



**ACTA DA QUARTA SESSÃO
ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE VISEU
REALIZADA NO DIA VINTE E
NOVE DE SETEMBRO DE DOIS
MILE OITO**

----- No dia vinte e nove de Setembro de dois mil e oito, teve lugar no Solar dos Peixotos a Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelos Senhores António Elísio de Jesus Dias e Joaquim Pedro Martins Lourenço, respectivamente como primeiro e segundo secretários. -----

-----A Sessão teve início às nove horas e trinta e cinco minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: Álvaro Peres Pereira, Fernando Casimiro Florentino, Herculano Duarte Gonçalves e José Hélder do Amaral. -----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, após verificação das faltas dos Senhores Deputados, acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, dá início à Sessão dizendo o seguinte: “Muito bem, estamos a postos, vamos começar a nossa Reunião Ordinária da Assembleia Municipal. Começava por cumprimentar as Senhoras e os Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores. Hoje temos uma Ordem de Trabalhos extensa, tudo leva a crer que vamos ter uma Assembleia Municipal que, vai durar bastante tempo. Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Junta da Freguesia de São João de Lourosa que nos irá apresentar aqui um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Presidente da Assembleia da Freguesia de São João de Lourosa, penso que deve ser um ponto que devemos tratar de imediato. Queria só aqui dar duas ou três informações aos Senhores Deputados. Temos estado aqui a fazer um esforço e é justo realçar a colaboração estreita que a Câmara Municipal tem estado a dar à Assembleia Municipal, de melhorar um pouco as nossas condições de trabalho. A sala do andar de cima está concluída e neste momento já está a ser utilizada pelos Senhores Deputados e pelas Comissões da Assembleia Municipal, com boas condições para se poderem fazer reuniões, não havendo necessidade de utilizar esta sala, quando o número de pessoas é mais reduzido. Também como repararam, melhorou-se a iluminação da sala, com preocupações ecológicas, como é óbvio, hoje tem que ser assim e ainda não está concluído. Repararão que foi retirada uma fila de cadeiras, para haver maior facilidade de passagem de um lado para o outro, bem como o estrado que vai ser prolongado para que efectivamente, todas as cadeiras dos Senhores Vereadores e do Senhor Presidente da Câmara, estejam no estrado ao mesmo nível. Este sistema também vai ser substituído com o “sistema wireless” e por isso é que ainda não se substituiu este estrado. A razão pela qual o Senhores Deputados do Partido Socialista e a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, hoje estão um bocadinho mais atrás, é mais perceptível, porque ainda não está o estrado concluído, é com boa intenção, não é com nenhuma intenção como o Senhor Deputado João Cruz já estava ali a procurar insinuar, embora a brincar, presumo eu. Penso que houve uma melhoria substancial e estamos também a perspectivar resolver ali um problema na porta para que não haja tanto frio nas Sessões de Inverno. A preocupação é de podermos ter aqui cada vez mais, melhores condições para o desenvolvimento do nosso trabalho. Os Senhores Deputados também têm na vossa mão, como é habitual a correspondência expedida e recebida, como sabem poderão sempre solicitar directamente aos serviços cópia de tudo aquilo que consta dessa listagem. Faríamos já a votação da



Acta, que é para também ficar este assunto resolvido. Portanto, temos aqui a Acta de vinte e nove de Junho, pergunto se algum dos Senhores Deputados quer qualquer esclarecimento ou se quer dar alguma sugestão em relação à Acta. Não tenho nenhum pedido, vou passar à votação da Acta da Assembleia Municipal de 19 de Junho de dois mil e oito. A Acta foi aprovada com uma abstenção. -----

- CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: -----

- A Assembleia Municipal recebeu vários convites, de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

- Diversas entidades e partidos políticos, solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----

- A ANMP remeteu a este Órgão Autárquico, três exemplares do Boletim número cento e setenta referente a Junho, e três exemplares do número cento e setenta e um referente ao mês de Julho de dois mil e oito; Remete cópia sobre o parecer da ANMP sobre proposta de Lei, que altera as taxas e prazos de isenção previsto no Código do IMI; Remete ofícios sobre “Transferências de competências no âmbito da Educação”. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remete vários convites à Assembleia Municipal; Remete ofícios para serem agendados na Sessão de vinte e nove de Setembro de dois mil e oito; Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a Actividade Municipal e situação financeira; Remete convocatória para o dia nove de Junho de dois mil e oito pelas catorze horas e trinta minutos – Conselho Municipal de Educação de Viseu; Remete convocatória para o dia trinta de Junho de dois mil e oito pelas quinze horas e trinta minutos – Conselho Municipal de Segurança; Remete ofício, com planta em anexo a comunicar as alterações de trânsito previstas para a Cava de Viriato no seguimento da reunião ordinária do Conselho Municipal de Segurança. -----

- A ATAM remete ofício sobre o Colóquio Nacional da Atam XXVIII – de um a quatro de Outubro de dois mil e oito. -----

- O Partido Comunista Português, o Grupo Parlamentar “Os Verdes”, o Grupo Parlamentar do PSD, a Casa Civil do Presidente da República, do Gabinete do Primeiro-Ministro, da Assembleia da República., do CDS/PP, acusam recepção da Moção referente à Sessão de vinte e três de Junho de dois mil e oito. -----

- A União das Misericórdias Portuguesas remete livro sobre “Quem somos nas Misericórdias”, Versão dois mil e oito. ----- Do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente, foi comunicada a recepção da Acta relativa à III Assembleia Municipal Jovem de dois mil e oito. -----

- A Escola Profissional de Torredeita remete revista de “Evoluir Aprendendo”. ---- O Ministério da Educação (DREC), sobre a “Construção da Escola Básica integrada com Jardim-de-Infância de Ranhados”, comunica que o projecto da mesma já esteve integrado em PIDDAC nos anos dois mil e cinco, dois mil e seis e dois mil e sete. -----

- A CGTP remete “Manifesto em defesa da Escola Pública”. -----

- A Empresa GENERG (SGPS) remete cheque sobre o BPI no valor de seiscentos euros, referente ao patrocínio da III Assembleia Municipal Jovem, destinado ao Agrupamento de Escolas do Viso. -----

- A Viseu TV (Órgão de Comunicação Social), solicita que seja incluído no grupo de Órgãos de Comunicação Social na lista da AMV. -----

- O Presidente da Junta de São Salvador justifica a falta na Sessão de vinte e três de Junho de dois mil e oito. -----

- A Omnitur – Agência de Viagens e Turismo envia o seu programa para um congresso europeu sobre “Intervenção Municipal e a qualidade de vida dos cidadãos”. -----

- A Assembleia Municipal do Porto remete Moção aprovada em Sessão da AMP de trinta de Junho de dois mil e oito. -----



- O Governo Civil do Distrito de Viseu acusa a recepção da Petição apresentada na Sessão da AMV de vinte e três de Junho de dois mil e oito e informa que a reencaminhou para a CMV. -----
- O Comandante do Regimento de Infantaria Número Catorze, informou por via oficiosa, que cessou funções de Comandante e oferece os seus préstimos como Comandante em Valência. -----
- O Presidente do Instituto Politécnico de Viseu, informou por via oficiosa que cessou funções como Presidente desse Instituto. Enviou a mais recente produção literária do departamento Cultural do IPV. -----
- O Teatro Viriato enviou o seu Programa de Espectáculos para os meses de: Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro. -----
- O Ministério das Finanças e da Administração Pública do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, remete o relatório número quatrocentos e sete de dois mil e oito da Inspeção-geral de Finanças sobre a avaliação do endividamento municipal. Processo número dois mil e sete/vinte e cinco/quarenta e três/quinhentos e vinte e cinco. Envio em suporte digital no dia vinte e seis de Junho de dois mil e oito. -----
- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu enviou via e-mail a esta Assembleia uma informação enviada à ANMP, sobre "Pedido de informações sobre protocolo celebrado entre a ANMP e Ministério da Justiça em cinco de Junho de dois mil e três", solicitando o envio do texto do referido protocolo, bem como a informação quanto à validade do mesmo. -----
- O Ministério da Economia e da Inovação enviou um ofício a esta A.M, sobre a Lei número doze/dois mil e quatro de trinta de Março – Licenciamento Comercial – Envio de pedido de prorrogação da autorização concedida – Artigo vigésimo. -----
- O Chefe do Centro de Recrutamento de Viseu (Coronel Jaime Luís Pires C. Anselmo) enviou ofício a comunicar que cessou as funções. -----
- O CESAI Delegação de Viseu, remeteu ofício a solicitar uma visita a esta AMV, dos alunos do Curso EFA. -----
- **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----
- Foi dado conhecimento por via oficiosa à Câmara Municipal de Viseu, de todas as deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no passado dia vinte e nove de Setembro de dois mil e oito. -----
- Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, aos Partidos Políticos que o solicitaram, bem como, às Entidades e Organismo que efectuaram o mesmo pedido. -----
- Foi dado conhecimento por via oficiosa, o envio de fotocópia da Moção apresentada pelo Senhor Deputado Municipal do Partido Social Democrata, António Mateus da Silva, Presidente da Junta de Ranhados na Sessão Ordinária de vinte e três de Junho de dois mil e oito Para as seguintes Entidades: Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Governador Civil do Distrito de Viseu, Directora Regional de Educação do Centro, Ministra da Educação, Primeiro Ministro, Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, do Partido Comunista Português, do Centro Social Democrata / Partido Popular, do Bloco de Esquerda, do Partido "Os Verdes". -----
- A Assembleia Municipal de Viseu enviou as aprovações e deliberações, por via oficiosa para o Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
- A Assembleia Municipal de Viseu enviou por ofício ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e ao Senhor Governador Civil do Distrito de Viseu, a fotocópia da petição apresentada pela Senhora Maria João Ferreira Freitas na sessão de vinte e três de Junho de dois mil e oito. -----
- A Assembleia Municipal de Viseu enviou por via oficiosa, para o Senhor Presidente da



Câmara Municipal e para o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados, fotocópia do ofício número vinte e sete mil oitocentos e catorze da Direcção Regional de Educação do Centro. -----

- A Assembleia Municipal de Viseu enviou por via oficiosa, para o Presidente do Agrupamento de Escolas do Viso um cheque sobre o BPI, no valor de seiscentos euros que foi endereçado a esta AM e se reporta à visita dos alunos ao Parque Eólico de Vouzela. ----

- A Assembleia Municipal de Viseu informou e agradeceu por ofício, que tomou conhecimento da cessação de funções e agradeceu o envio do livro “Intervenções do Presidente do IPV, Prof. Dr. João Pedro Antas de Barros. -----

- A Assembleia Municipal de Viseu informou e agradeceu por via oficiosa, ao Senhor Comandante do Regimento de Infantaria Número Catorze, o ofício a comunicar a cessação de funções e envia felicitações pela nova missão em Valência. -----

- A Assembleia Municipal de Viseu por via oficiosa, agradece à Digníssima Presidente do Campus Universitário do Instituto Piaget o envio da Obra Poética em quatro volumes do Dr. António Oliveira Cruz. -----

- A Assembleia Municipal enviou ofícios para publicação de Edital da Sessão de vinte e nove de Setembro de dois mil e oito aos Jornais: “Jornal da Beira e Diário de Viseu”. -----

- A Assembleia Municipal remeteu para conhecimento aos Partidos com assento nesta Assembleia o Edital da Sessão de vinte e nove de Setembro de dois mil e oito. - A Assembleia Municipal remeteu a todas as Juntas de Freguesia, o Edital para afixação referente à Sessão de vinte e nove de Setembro de dois mil e oito. -----

- O Presidente da Comissão do Desenvolvimento Regional, convocou uma reunião para o próximo dia um de Outubro do corrente ano, nesta Assembleia Municipal. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São João de Lourosa, para apresentar um Voto de Pesar. -----

- UM – ANTÓNIO DE SOUSA DA FONSECA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOÃO DE LOUROSA (PSD) – Pede a palavra para apresentar o seguinte Voto de Homenagem: Juntamente com todos aqui presentes, venho recordar e ao mesmo tempo pedir, um voto de homenagem para ANTÓNIO FAUSTINO MARQUES DIAS, que nos deixou no passado dia treze de Julho do ano em curso e que como Presidente da Assembleia de Freguesia de São João de Lourosa, colaborou e participou activamente em todas as actividades cívicas e propostas de desenvolvimento e progresso desta Freguesia, que ele adoptou como uma segunda terra. Foi sempre um jovem lutador, activo, muito sociável, vivendo intensamente e com alegria o seu dia-a-dia, a todos envolvendo e contagiando com a amizade e disponibilidade para ajudar os seus amigos, que julgo serem todos os que o conheciam. A morte deste jovem surpreendeu a todos, por tudo se ter precipitado rapidamente, dois meses apenas, mas será sempre lembrado como o homem que quis e sempre se envolveu no desenvolvimento da Freguesia de São João de Lourosa e como agradecimento do seu trabalho e participação. Agradeço a todos o reconhecimento deste Voto de Homenagem. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar, diz o seguinte: “Pergunto de algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre o Voto, não tenho o pedido do uso da palavra. O Voto foi aprovado por unanimidade e portanto, proponho que façamos um minuto de silêncio. De seguida o Senhor Presidente da Mesa prossegue do seguinte modo: “Vamos então dar início ao PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA e vou dar a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira. -----

- DOIS – SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Deu-se início ao arranque de um novo ano lectivo, ao contrário do que aconteceu em variadas situações ao longo de todo o País, em Viseu ocorreu um bom arranque do ano lectivo, do qual não transpareceu a ocorrência de problemas. No entanto, preocupações existem sempre. Começando por uma questão



que na minha opinião é estrutural e fulcral, nos últimos anos assistiu-se a um êxodo dos alunos das escolas rurais, estamos a falar do pré-escolar, do primeiro ciclo, mas também dos segundos e terceiros ciclos para as escolas localizadas no centro urbano. Essa procura das escolas pela cidade, que é um legítimo anseio dos pais, ocorreu devido a um vazio de legislação que regule de forma adequada as admissões. Em função disto, existe um excesso de alunos nas escolas da cidade, particularmente do primeiro ciclo, estando a maioria delas sobrelotadas, uma vez que funcionam em regime de desdobramento. Para quem não sabe, ou seja, as turmas têm aulas apenas de manhã ou apenas de tarde, o que origina como consequência situações peculiares e preocupantes, das quais refiro alguns exemplos: Primeiro exemplo – por vezes não são admitidos nas escolas alunos que residem junto à escola, quando ela é frequentada por alunos que residem a dezenas de quilómetros, uma vez que o critério de selecção efectivamente válido, pois os restantes eram facilmente ultrapassados, era a data do nascimento da criança. Ora, felizes dos pais que têm assim os filhos com a data de nascimento em Janeiro, coitados daqueles cujos filhos nascem a partir de Outubro; Segundo exemplo – as escolas têm os seus espaços físicos completamente preenchidos com as actividades curriculares, pelo que as actividades de enriquecimento curricular têm que obrigatoriamente funcionarem em espaços externos à escola. Um terceiro exemplo – o esvaziamento de algumas das escolas rurais, não permitiu que elas próprias se transformassem em centros educativos com garantias de qualidade e de funcionamento. Ora, outros exemplos deste excesso de sobrelotação de alunos ou consequência deste excesso, podiam ser referidos, mas também não vos quero maçar com um elenco muito exaustivo. Passando a dar ênfase a um outro aspecto, as actividades de enriquecimento curricular organizadas pela Autarquia tiveram os respectivos docentes colocados a tempo e horas, embora os Agrupamentos de Escolas tivessem atrasado alguns na organização dos respectivos horários e por isso o início do seu funcionamento sofreu alguns atrasos. Acresce a este aspecto, o facto de que nas escolas do primeiro ciclo cujas turmas funcionam em desdobramento, devido à inexistência de estruturas físicas para o efeito, as actividades de enriquecimento curricular têm que funcionar obrigatoriamente em locais externos aos estabelecimentos de ensino, o que aumenta exponencialmente as dificuldades com a gestão dos recursos envolvidos. Não posso também de deixar de referir outra situação, pois este ano, devido ao esvaziamento de algumas escolas do terceiro ciclo, o Ministério tentou forçar a transferência de alunos de escolas e turmas onde já estavam integrados, para escolas com faltas de alunos, o que deriva da desregulamentação já atrás referida nas admissões e na tentativa de a corrigir “a posteriori”, com consequências que são duplamente negativas para os alunos. Passando ainda a um outro aspecto, a tão propagada transferência de mais competências educativas para as autarquias, que na sua fase final vai ter como corolário a passagem de trinta e seis mil funcionários ao nível do pessoal não docente para a tutela das autarquias, que serão pagos pelo Ministério até dois mil e nove, mas a partir de dois mil e dez este custo será suportado pelas finanças locais, sendo que, o aumento nos custos com o pessoal, poderá ascender a cinquenta por cento nalgumas autarquias. Torna-se assim também premente rever a Lei de Finanças Locais, adequando-a a esta nova realidade. Além disso, é evidente que a transferência de responsabilidades políticas e de gestão de diversos quadros do ensino público até ao nono ano para as autarquias, vai criar diversos desequilíbrios, uma vez que, regra geral, as autarquias não estão organizacionalmente preparadas para tal medida, pois não dispõem nem de quadros próprios nem de experiência na área. Sendo evidente que a dimensão da estrutura organizacional da maioria das autarquias não está preparada para acolher e levar a bom termo esta transferência de competências. É necessário primeiro redimensionar a organização para que possa ser realizada uma gestão eficaz e eficiente das competências que serão transferidas. Aliás a própria Ministra da Educação o admite, quando no discurso que profere no acto de assinatura dos primeiros protocolos de



transferência de competências para as autarquias, refere e passo a citar: “As mudanças nunca estão completamente preparadas”, fim de citação. Neste caso, não estão minimamente preparadas. Mas já estamos habituados a ver, que quando se trata de posar para a fotografia, para este Governo tem importância a pose, tem importância a quem tirar a fotografia, aonde passa a fotografia, a quem vê a fotografia, depois há muito pouca relevância aos conteúdos que deram origem a que fosse tirada a fotografia. Voltando às particularidades do nosso Concelho, ficamos ainda a aguardar que o cumprimento das promessas de descentralização de gestão do processo educativo venha acompanhado do desbloqueamento de verbas necessárias, para concretizar as infra-estruturas que o acompanham. Lembro que continuamos à espera do início da edificação da Escola de Ranhados e esperamos que outras obras, como a construção dos Centros Escolares de Santo Estêvão, na Avenida da Europa e de Rio de Loba, com a requalificação da Escola Emídio Navarro, são alguns exemplos, que não sofram atrasos no financiamento, a que já estamos habituados”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

- TRÊS – SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DE ASCENSÃO (PS) – Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Quando em Dezembro de dois mil e seis, aqui viemos falar e alertar os viseenses e a Câmara Municipal acerca do PDM, estávamos longe de pensar que hoje, decorridos cerca de dois anos, ou quase dois anos, tivéssemos ainda que falar deste mesmo documento, praticamente no mesmo estado em que se encontrava então. De facto, afinal estava muito longe, como demonstrámos, de se poder dizer que teríamos um PDM disponível para os anseios e preocupações dos nossos autarcas. Falo dos autarcas, porque de facto, são eles quem em representação dos seus fregueses, mais preocupações fazem sentir neste documento estratégico de desenvolvimento local, que como temos vindo a assistir ao longo de todo este tempo, que decorreu desde a última vez que se discutiu aqui o PDM. Tem vindo a ser amplamente discutidos e ampliados através da Comunicação Social, sites na Internet, etc. De facto, os Presidentes de Junta, têm que ter preocupação acrescida, dado o tempo decorrido, depois das promessas e das suposições feitas neste mesmo local, de que no máximo um ano depois, a Câmara teria o documento pronto para ser levado à prática. Como sabemos, prejudica enormemente o desenvolvimento do Concelho, particularmente as Freguesias não urbanas, cuja desertificação é também e muito, em especial provocada por este arrastar de pés que a administração da Câmara Municipal tem dedicado à revisão do PDM. O regime aplicável ao PDM, previsto nos Decretos duzentos e dezasseis de dois mil e sete, dezanove do nove que alterou o Decreto-Lei duzentos e oitenta, noventa e nove de vinte e dois de Setembro e particularmente a Portaria mil quatrocentos e setenta e quatro de dois mil e sete de dezasseis de Novembro, que regula a constituição, composição e funcionamento das Comissões de acompanhamento, introduziram simplificação e atribuem novas e maiores responsabilidades em todo o processo, nomeadamente na condução dos trabalhos, de referir a Comissão de Acompanhamento, através da fixação de metodologia do acompanhamento que lhes passou a competir. Ora bem, de facto o PDM de Viseu, que segundo informação que foi divulgada pela Câmara Municipal, terá sido remetida à então Comissão Técnica de Acompanhamento, em Fevereiro de dois mil e sete, vê-se agora passado este tempo todo, cerca de ano e meio em Setembro de dois mil e oito, novamente remetida à Comissão de Acompanhamento. Uma nova proposta certamente como está previsto que seja, depois de rectificado aquilo que a Comissão, objectivamente possa ter levantado e a Comissão de Acompanhamento recebe-o, segundo informação também, no dia vinte e dois de Setembro. Faltam ainda bastantes passos para que possamos ter a publicação em Diário da República do PDM. De facto, a Comissão de acompanhamento, cujo motor é a Câmara Municipal, a conciliação de todo o PDM depende em grande parte do dinamismo e da vontade política da Câmara Municipal e aí reside certamente toda a



estratégia e toda a celeridade que lhe possa ser dada. Portanto, só depois de definitivamente acertada em Comissão de Acompanhamento, será devolvido para ser feito o inquérito público, que também está previsto legalmente, após o qual e uma vez entendido e acertado, que não será necessário rever outra vez o PDM, passará pela Assembleia Municipal aonde será aprovado, para depois ser processada a sua publicação em Diário da República, então sim, teremos o PDM. De facto, aproxima-se uma altura em que interessa que o PDM seja divulgado como seja uma coisa prestes a ser conseguida. Também interessa dizer-se que depende não da Câmara mas doutras Entidades. É a Câmara que estará sempre em causa no PDM. É à Câmara que compete fazer evoluir o PDM. A Câmara não tem que assumir responsabilidades do que é bom, como as Entidades Governamentais não tem que assumir o que é mau, o que é mau e o que é bom, é quem tem responsabilidades sobre isso.” -----

- MESA – Dá a Palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- QUATRO – JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “O Partido Socialista teve durante dez anos, responsabilidades na governação do País, isto nos últimos treze anos. Já passaram três anos e seis meses desde que o Partido Socialista assumiu de novo a governação do País. O Governo do Partido Socialista, significou para muitos portugueses um factor de esperança, Governo em que muitos portugueses confiaram, Governo que parecia ter um projecto, um rumo para o País. Mas este último período da governação do Partido Socialista, ficará na história do País como um caso de referência, um caso de estudo nos manuais da Ciência Política, mas nos capítulos do marketing da propaganda do espectáculo, da imagem, do controle social e da informação, da multiplicação de anúncios, da criação de factos políticos e de “fait divers”. O Governo que teve e tem todas as condições políticas, institucionais, direi mais, condições excepcionais de governabilidade como nenhum outro. Um Presidente da República cooperante, uma maioria absoluta, uma legislatura prolongada, um Governador do Banco de Portugal compreensivo, uma Comunicação Social desculpabilizadora e uma opinião pública expectante. Desde o vinte e cinco de Abril, nenhum Governo teve estas condições. Mas, pouco a pouco, nos intervalos das encenações e da propaganda, começaram-se a ver e a sentir, alguns sinais preocupantes. Depois de algumas medidas de contenção de custos, do controlo momentâneo das contas públicas, da introdução de inglês no ensino básico, do prolongamento do horário das escolas em actividades extracurriculares, de medidas no âmbito de sustentabilidade da Segurança Social, da simplificação burocrática, do combate à evasão fiscal, da reestruturação da Administração Central, da recessão de férias sociais e da venda de medicamentos fora das farmácias, para além do fascínio com a Dinamarca e da Finlândia, passados três anos e seis meses, como estamos? Qual será o balanço para além da ficção, construída pela propaganda do Governo? Que resultados concretos atingimos sem considerar as engenharias financeiras, as engenharias estatísticas, as engenharias educacionais, as engenharias políticas e as engenharias sociais? O País está mais seguro? O País está mais próspero? O poder de compra das famílias melhorou? Os cidadãos desempregados são em menor número? As desigualdades sociais atenuaram-se? A convergência com a Europa melhorou? O controle das contas públicas é confiável e duradouro? É óbvio que não. Falharam na luta contra o desemprego. As dificuldades dos jovens para encontrarem o primeiro emprego aumentaram. O número de desempregados aumenta de dia após dia. Falharam no combate às desigualdades na distribuição da riqueza. Portugal é hoje o País da União Europeia com maior fosso entre ricos e pobres. O endividamento de cidadãos aumentou. O poder de compra das famílias diminuiu. Divergimos da Europa. A Eslováquia e a Estónia, já ultrapassaram Portugal em riqueza por habitante. A insegurança é hoje uma realidade preocupante. Quando se analisarem os resultados no final de dois mil e oito, poder-se-ão verificar que temos os mesmos e na



maioria dos casos, piores indicadores que tínhamos em dois mil e cinco. Os portugueses questionarão, pediram-se sacrifícios para quê? Podem multiplicar as operações de propaganda, aperfeiçoar os espectáculos de encenações. Podem manifestar um crescente optimismo, transformando as pequenas décimas de um qualquer resultado económico e social num grande êxito e até arranjar slogans enganadores de mudança, mas a verdadeira mudança irá acontecer, a rosa já murchou. Nem todas assessorias, agências de comunicação, consultores, poderão salvar o que é evidente. O ambiente de pessimismo é generalizado, os níveis de confiança dos agentes económicos e consumidores são os mais baixos destes últimos anos. A Economia está estagnada e a insegurança aumentou, estamos a empobrecer sem esperança. O fim da crise não se decreta como pretendeu o Ministro da Economia, a crise enfrenta-se falando verdade aos portugueses, transmitindo as dificuldades não desvalorizando e muito menos agravando com os investimentos faraónicos, símbolos do novo riquismo rosa. É preciso haver um projecto mobilizador da sociedade, é preciso fazer de cada português um agente de mudança, é preciso um rumo para o País, é preciso esperança e confiança no futuro. Precisamos de acreditar em nós e no nosso País e a nível local e regional. Devemos estar conscientes, que a crise também terá consequências na nossa região, devemos por isso, todos, contribuir para a superação da crise a nível local e regional, criando condições para um crescimento económico sustentado no futuro. Devemos exigir equidade territorial, reivindicar uma partilha justa do investimento público pelo País, assim recorda esta Assembleia alguns anseios e algumas carências que tem reunido o consenso generalizado e consideramos imprescindíveis ao nosso desenvolvimento. Recordo que os consensos, muitos estão escritos e fazem parte de uma lista entregue nesta Assembleia em mil novecentos e noventa e seis. A rápida conclusão da Auto – Estrada Viseu Mealhada, a rápida requalificação da Estrada duzentos e vinte e nove, a construção do célebre itinerário complementar Viseu, Nelas, Seia, Covilhã. A ferróvia com uma instalação de ligação à linha da Beira Alta. A criação de uma Universidade Estatal. A instalação definitiva da Escola Superior Agrária. A contínua diferenciação tecnológica do Hospital São Teotónio de Viseu, chamo a atenção que faz parte da defesa que temos feito nesta Assembleia todos. Da Unidade de Medicina Nuclear de Radioterapia e da Unidade Litotricia e criar as condições para a promoção da investigação. A construção célebre da extensão de saúde de Lordosa e das três Unidades de Saúde Familiares e a instalação de uma Unidade de Cuidados Continuados, que Viseu, é um dos poucos Concelhos do País que não tem nenhuma Unidade. Benefícios Fiscais para as empresas que também fez parte desse pacote, uma linha de crédito bonificado para indemnizar zonas e parques industriais existentes e a criar. Apoio ao comércio local. Apoio à exploração da vinha na região demarcada do Dão e a criação também fazia parte disso do mercado de origem para a colocação de produtos dos pequenos agricultores. O reforço policial em todo o perímetro urbano e Concelho, a criação do Tribunal de Relação e o apoio à constituição do Museu Municipal, à conservação do património arquitectónico monumental e a construção do Arquivo Distrital e o lançamento de novas infra-estruturas de apoio à infância, à terceira idade e ao cidadão deficiente. No capítulo da organização administrativa, vou transcrever textualmente o que dizia essa proposta, subscrita por todos os grupos nesta Assembleia. Reorganização da Administração Pública sediando em Viseu organismos com autonomia administrativa e financeira, por se ter provado que a sua saída de Viseu prejudicou o desenvolvimento do Concelho e da Região e isto fez parte do consenso em que todos concordamos. Ora de acordo com o PRACE e que já aqui foi falado, que na sua resolução do Conselho de Ministros, refere na alínea b do número oito, que a organização dos serviços centrais a nível regional será efectuado segurando uma equilibrada distribuição dos organismo do Estado, no âmbito das regiões e no ponto i da alínea c do número oito refere mais, que o equilíbrio na distribuição dos serviços públicos entre os diversos centros urbanos do âmbito da região e por isso tendo em atenção esta



preocupação na reorganização da Administração Pública. Considerando que estamos na sua implementação, esperamos todos, penso e fazemos fé, que vai haver um resultado muito positivo para Viseu e a Região, da parte deste Governo. Esta lista não é exaustiva, são alguns anseios das reivindicações, mas alguns há que considerar. É uma obrigação, como Viseense lutar pela nossa terra, exigir mais investimento conseguir melhores condições de vida para os nossos concidadãos”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Fernando Correia de Campos. -----

- CINCO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Eu ouvi com muita atenção, muita satisfação também, a intervenção do meu amigo Deputado Municipal Doutor Mota Faria e devo dizer-lhes se eu estava à espera de uma crítica ao Governo, devo reconhecer que ele tem uma imensa objectividade, ele fez aqui um elogio à actividade deste Governo ele listou um conjunto de realizações que realmente não é preciso usar os tais instrumentos de propaganda que ele refere, são os próprios opositores, os próprios adversários políticos que reconhecem o que o Governo tem feito ao longo destes quatro anos. Muito obrigado Doutor Mota Faria, fico-lhe imensamente agradecido. Só queria dizer mais uma coisa, há pequenos erros na sua nota, quando o Senhor tentou depois passar para a parte da crítica o Senhor teve alguns falhanços, se me permite usar esta expressão. Sete vírgula três de desemprego é o ponto mais baixo de desemprego destes últimos três anos, portanto o desemprego não disparou, Senhor Deputado Mota Faria, o desemprego baixou menos de três por cento do défice conseguido em dois mil e sete, não é como o Senhor Deputado disse, as pequenas décimas em grande estilo, bom, é menos de metade do défice do que encontramos à chegada, era seis vírgula oito, para quem já não se lembra. Portanto, investimentos faraónicos do novo-riquismo rosa, o Senhor quer que o Governo rosa não faça a rápida conclusão da Auto-Estrada Viseu-Mealhada, o Senhor quer que não faça? Acha que é um novo-riquismo? Acha que é um investimento faraónico fazer essa auto-estrada? Eu penso que ninguém aqui considerará isso, mas no entanto esse é um projecto que nós temos. Bom, Senhor Deputado, não quero dizer mais nada sobre esta matéria, apenas dizer-lhe e agradecer-lhe muito os aspectos positivos que o Senhor qualificou a intervenção do Governo. Se ainda tenho alguns minutos, segundos... Gostaria também de me referir a algo do que disse o Senhor Deputado Paulo Pereira”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa intervém da seguinte forma: “O Senhor Deputado quando pede a palavra para pedir um esclarecimento, tem três minutos, mas ainda tem um minuto”. -----

- SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Pede a palavra para responder da seguinte forma: “Mas não foi para pedir esclarecimento nenhum, mas o Senhor perguntou-me se é para usar da palavra e eu disse que sim, que era para usar da palavra”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa responde da seguinte forma: “Isto é assim Senhor Deputado, o Senhor tem obrigação de saber o Regimento da Assembleia, já cá está há uns anitos. Para uma intervenção as pessoas tem direito a dez minutos, para pedir um esclarecimento são três minutos”. -----

- SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Pede a palavra para responder da seguinte maneira: “Mas depois o Senhor Presidente perguntou-me e eu respondi que era para uma intervenção, portanto como é que entende a minha pretensão, eu submeto-me a tudo o que o Senhor disser.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa responde da seguinte forma: “Senhor Deputado, não tem a ver com submissão, é uma questão de regras. O Senhor Deputado Mota Faria fez uma intervenção, na sequência da intervenção do Senhor Deputado, o Senhor Deputado pediu para usar da palavra para pedir um esclarecimento. Tem três minutos, se quiser inscrever-se durante o período antes da Ordem do Dia na listagem do seu Partido



tudo bem”. -----

- **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)** – Pede a palavra para responder da seguinte forma: “A seu tempo o informarei”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa responde do seguinte modo: “Neste momento já não pode, porque a listagem já está arbitrada”. Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, tem três minutos para responder. -----

- **SEIS** – **SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUE MOTA FARIA (PSD)** – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Quem ficou espantado fui eu, eu fiz aqui um resumo e tive alguma dificuldade até em listar, tentei ser correcto, verdadeiro na listagem e cheguei ao final e disse assim: Para três anos e meio quase uma legislatura, são contra isto e quando me dizem que eu estou a elogiar o Governo, eu fico muito preocupado. Eu julgava, que entendiam com esta listagem, que era demonstrativo de uma fraca capacidade de decisão, de uma fraca capacidade de resolução de problemas, mas não, isso chega. O que eu listei aqui, é considerado um elogio para o Governo. Em relação à questão do desemprego, não nos vamos esquecer de duas coisas, quais eram as taxas em dois mil e cinco e depois conversamos. Também outra coisa que a noção de desempregado o INE mudou em dois mil e seis, e por isso as taxas também têm a ver com essa revisão da noção de desempregado. Mas vamos à taxa de dois mil e cinco, e depois veremos em relação se o desemprego tem vindo a aumentar ou não em Portugal”. -----

- **MESA** – Dá a palavra à Senhora Deputada Fátima Ferreira. -----

- **SETE** – **SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “A integração plena na União Europeia, mundialização, este rasgar de fronteiras constituiu e constitui, para a sociedade portuguesa uma desafiante problemática. Tem implicado uma discussão profunda e a procura de consenso sobre o papel da educação e da escola e as respostas, que esta dá, face à complexidade e diversidade dos problemas económicos, sociais e políticos, que esta realidade levanta. Reclama-se ao nível Europeu e Nacional, políticas comuns, que valorizem a aquisição de competências, científicas, tecnológicas de iniciativa de empreendedorismo, com particular ênfase na educação, formação ao longo da vida. O projecto educativo do espaço europeu, passa acima de tudo pelo desenvolvimento humano sustentado, que pressupõe a afirmação humana em todos os domínios em relação consigo, com os outros e com o meio ambiente. Que a urgência está na educação, é consensual. Que em Portugal o grande problema económico, é a falta de produtividade e competitividade decorrente de uma estrutura produtiva para baixa qualificações, também o é. A imagem de marca era, de um País atrasado com taxas de terceiro mundista de analfabetismo, de abandono e de insucesso escolar. O nosso parque escolar, estava maioritariamente degradado e ineficaz, com equipamentos obsoletos e com sucesso muito restrito às novas tecnologias, formação e comunicação. Evidentemente, que esta escola, não podia assumir-se como motor de desenvolvimento e de combate às assimetrias económicas e sociais. Fase a este cenário, muitos com visões míopes e desfocadas reclamavam mais e melhores Universidades, ficando apenas pela rama da questão, passando ao lado, do que determinaria o simples bom censo. Pensar na Educação por um todo, como um direito de todos. Potenciar a educação pré-escolar e secundário e perspectivar o ensino básico como espaço fundamental no desenvolvimento do aluno, percebendo-lhe os constrangimentos e particularmente as especificidades no que respeita ao primeiro ciclo. Atribuindo-se a este ciclo a responsabilidade de desenvolvimento de competências fundamentais para a criança, nesta faixa etária ao nível físico e motor, emocional, cognitivo, linguístico do conhecimento do Mundo, das artes e acima de tudo da autonomia. Ignorava-se completamente os contextos, onde este processo decorria, fazendo tábua rasa das actuais teorias sobre a aprendizagem, que tanto valorizam as experiências activas e significativas da aprendizagem da interacção com os outros. Sobre estes ditos contextos onde decorriam



as aprendizagens no primeiro Ciclo, dispenso-me de as descrever pois são sobejamente conhecidas de todos. Para a história ficaram algumas tentativas de mudança desta realidade de triste memória, como desde as alterações curriculares a debates acesos sobre a monodocência, programas e projectos nacionais com resultados apenas paliativos. O impacto mais significativo no entanto, deu-se sem dúvida com a criação do Agrupamento de Escolas. Para resolver os problemas estruturais, que se mantinham era preciso a coragem de romper paradigmas, de enfrentar poderosas resistências à mudança, os “Velhos do Restelo”, as previsíveis manifestações, os lóbis e os bairrismos. O décimo sétimo Governo Constitucional, assumiu este desígnio e com a sua política educativa operou uma verdadeira revolução, uma revolução na verdadeira ascensão da palavra. Da escola a meio tempo, passa-se para a escola a tempo inteiro apoiando alunos e família. De edifícios degradados, isolados com menos de dez alunos, passa-se e passar-se-á a curto prazo para centro escolares ou para as escolas requalificáveis e devidamente apetrechadas. De quatro paredes vazias e um quadro preto, passa-se para quadros interactivos e para material adequado às aprendizagens. Do isolamento da monodocência, passa-se para as actividades de enriquecimento curricular, que traz há escola professores de Inglês, Música, Educação Física, Expressões Artísticas e outros. Do leite escolar passa-se para o fornecimento de refeições. Dos cadernos e mapas rasgados e desactualizados e bibliotecas fantasmas, passa-se para as novas tecnologias da informação e comunicação. Quem em bom rigor imaginaria ser possível a entrega de quinhentos mil computadores, do “Magalhães”, aos alunos do terceiro ciclo e a estes preços e as medidas de acção social escolar e o passe escolar e a rede de bibliotecas, o plano nacional de leitura e a oferta de um livro a cento e cinquenta mil alunos do primeiro ano. Quem visionaria há seis, sete anos atrás este cenário de uma escola, agora sim, capaz de promover uma educação de qualidade e de vencer as desigualdades sociais e as assimetrias. Entretanto que faz a oposição e alguma comunicação social? Como reagem a este instrumento de esforço, com o silêncio, ou com o apontar do acessório, em vez de se associarem a este processo histórico, e as Autarquias e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, em abono da verdade, há municípios que concentram esforços e se assumiram como parceiros do Ministério da Educação com práticas e experiências de grande alcance contribuindo para o sucesso daquelas medidas. Outros vacilaram ou resistiram de uma forma orquestrada às propostas governamentais. É o que se passa agora com a transferência de competências para as Autarquias, consignada Decreto-lei cento e quarenta e quatro dois mil e oito, vinte e oito de Julho, inexplicavelmente na sua introdução, afirma-se e passo a citar que resultou de um consenso negocial entre o Governo e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. O que as populações esperam na área da Educação, é que os Autarcas assumam pela sua proximidade dos problemas e das soluções o seu papel imprescindível e que deixem de lado os compromissos eleitoralistas e fidelidades partidárias. Aproveito a minha intervenção, remetendo-me à intervenção do Senhor Deputado Paulo Pereira, para referir, que se as escolas rurais na minha opinião, deixaram perder os alunos para as da cidade, de quem é a responsabilidade, pergunto? Se não havia condições de fixação, os pais escolhem o que é melhor para os seus filhos. No que concerne ao desdobramento, tem a ver também com a falta de espaços como todos sabem e volto a questionar, quem deveria ter equacionado esta realidade, há anos que se mantém em escolas, que inexplicavelmente já sofreram requalificação, sem haver esta vertente”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Tenho dois pedidos de esclarecimento, um pedido de esclarecimento por parte do Senhor Deputado Luís Simões, que tem a palavra e de seguida o Senhor Deputado Vicente de Figueiredo, quatro pedidos de esclarecimento”. -----

- OITO – SENHOR DEPUTADO LUÍS MANUEL FERNANDES SIMÕES (PSD) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção. “Muito rapidamente, esta intervenção da



Senhora Deputada, deixou-me, como profissional da Educação, Professor, deixou-me um pouco, estupefacto. Senhora Doutora, eu não sei há quantos anos, não faço ideia, há quanto tempo está desligada das aulas, dos alunos ou se continua a estar ligada a essa actividade. Mas, se não está, era bom que se informasse, que conhecesse. Se está, nem sei de que forma o estará. Mas isso tem a ver com a percepção da realidade de ensino, que hoje temos em Portugal. As medidas avaliam-se pelos seus resultados. É evidente, que se pode dizer que as medias, que ultimamente estão a ser tomadas na área da educação, só terão resultados daqui a uns anos, julgo daqui a dez ou quinze anos. Mas nós, não nos podemos esquecer e mais uma vez e o Deputado Mota Faria, já aqui o referiu, que mais uma vez, treze anos, dez anos, são do PS Governo. Portanto, do que muito existe hoje em Portugal, na Educação e em todos os outros sectores de actividade, têm o cunho forte, quase exclusivo do PS. Eu questiono! Hoje a educação é melhor que há dez anos? Que há treze anos? A qualidade dos alunos, que nos chegam ao ensino superior é melhor? Estão mais bem preparados para o Mundo globalizado que está aí fora? Estão mais preparados para serem competitivos nesse Mundo globalizado, tal como a Senhora Deputada referiu. A percepção que eu tenho, diária, é que não. É a minha percepção, que não. A questão da formação, temos uma série de programas, que seriam bem vindos, tal como o programa das Novas Oportunidades, a entrada no ensino superior dos maiores de vinte e três anos, entre outros programas. Mas a verdade, é que isso apenas e só defrauda na maior parte das vezes, na esmagadora maioria das vezes, não tenho problemas em dizê-lo, defrauda as expectativas dos jovens e de quem quer regressar à escola, de quem quer continuar a sua formação. A questão dos “Magalhães” Senhora Deputada, posso-lhe dizer, que não são de hoje, os “Magalhães” é um projecto da Intel, de dois mil e seis, distribuído no Terceiro Mundo. Portanto, isso é algo que já se sabe há muito tempo por isso não vale a pena estarmos aqui com esta história dos “Magalhães” podiam ser “Magalhães” ou “Vasco da Gama”. A verdade, é que é uma medida positiva, mas a verdade é que por esse facto apenas e só por isso, não vão estar melhor preparados para enfrentar a produtividade e a competitividade do Mundo Global”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz o seguinte: “A Senhora Deputada tem cinco pedidos de esclarecimento, vou dar a palavra a todos e depois dou-lhe cinco minutos, que é o que está previsto no Regimento para responder. Dou a palavra ao Senhor Deputado António Vicente”. -----

- NOVE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma. “Eu fico verdadeiramente espantado com a intervenção da Senhora Deputada Fátima, é o mais descarado panegírico que ela faz ao Governo. Sistemáticamente, nós temos aqui da bancada socialista, duas pessoas que são exímias nisto, é o Doutor Correia de Campos e nós vimos como é que ele veio fazer a defesa do Governo, tal como conseguiu fazer. Então veio dizer que os outros acusaram de elogio ao Governo, mas já é hábito no Senhor Doutor Correia de Campos e depois é a Doutora Fátima Ferreira que diz, ou trouxe aqui, uma série de inverdades, que eu forçosamente tenho que combater. Só tenho pena e lamento, que disponha apenas de três minutos, ainda fui perguntar ao Senhor Presidente da Mesa se me era permitido ter uma intervenção para poder ter mais tempo, mas ele diz, que de acordo com o Regimento é impossível. Eu vou tentar ser sintético nestes três minutos. Primeiro a Senhora Deputada disse aqui uma barbaridade, mas permite-nos através dela, ver a posição do Partido Socialista em relação à Universidade Pública para Viseu, não tenhamos dúvidas, mas desta vez ficamos esclarecidos sobre a posição do Partido Socialista. A Senhora Doutora Fátima Ferreira diz assim: “Alguns têm uma visão míope ou limitada, ao reclamarem a construção de uma Universidade Pública”. Então eu perguntava à Senhora Deputada, quando o seu Governo criou a Faculdade de Medicina para o Algarve, não disse nada, remeteu-se ao silêncio. Mas permitam-me que eu recorde aqui, algumas palavras



proferidas nesta legislatura pelo Senhor Doutor Correia de Campos. “Eu sinto estamos disponíveis para quaisquer outras actividades”, isto a propósito do PSD que trazia sempre uma Moção para ser aprovada com intuito de relembrar, que uma das pretensões e do sonho dos Viseenses era a criação de uma Universidade Pública. Manifestara-se na rua, foi por isso que fizeram os abaixo assinados e nós pensamos que nessa altura o Partido Socialista também estava ao nosso lado, ao lado dos Viseenses, porque inclusive à última da hora integrou-se também nessas manifestações, pois o Senhor Doutor Correia de Campos dizia isto: “Estamos disponíveis para quaisquer outras actividades”, não para votar aquela Moção porque os comprometia. Seja a Constituição uma comissão de homens e mulheres para organizar, coordenar, realizar qualquer coisa nesta matéria, seja a missão junto do Governo no sentido de fazer chamar a nossa atenção para a necessidade de uma Universidade Pública, seja os contactos com as outras Universidades existentes no sentido de encontrar parecerias. Claro, que todos nós sabemos que isto era para ir entretendo. De qualquer das formas, pergunto ao Partido Socialista, que digam faz favor o que é que pretendem e qual é a vossa estratégia relativamente à criação de uma Universidade Pública para Viseu, digam-no de uma vez. Mas rapidamente, só a política educativa deste Governo, operou uma autêntica revolução, antes era o deserto, hoje com este Governo estamos no oásis, é uma maravilha, é tudo bom. Sobre os “Magalhães”, a Senhora Deputada cometeu aqui um lapso, ainda não foram entregues quinhentos mil, poderão vir a ser entregues, o que quer dizer, Senhores Deputados, que nós vamos ter quinhentas mil festas daqui para a frente. Porque, de cada vez que é entregue um “Magalhães”, o Governo faz uma festa, isto é uma vergonha. Num País de crise, em que os portugueses tem que apertar o cinto e estamos a viver a pior crise de sempre deste País, nós temos que ir a festas sistemáticas do Partido Socialista.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira. -----

- DEZ – SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Podemos assistir aqui a uma intervenção, como é costume, como muitas ali da bancada Socialista. A responsabilidade de tudo o que é positivo é do Governo, a responsabilidade de tudo o que é negativo é das Autarquias, já estamos habituados a ouvi-lo fazer. Nós reconhecemos aquilo a quem de direito. Quanto aos aspectos específicos e concretos, em relação à Doutora Fátima Ferreira, “escola a tempo inteiro”, nós estamos perante uma situação da escola a tempo inteiro, não existe, nem aqui na cidade de Viseu, nem em muitas cidades deste País. Porque, as crianças como eu referi, estão a frequentar a escola em desdobramentos, uns têm aulas de manhã outros têm aulas de tarde. A escola não é possível funcionar a tempo inteiro, é mais um exemplo de uma medida, que se pretende implementar, que depois não tem condições na prática para ser executada. O “Magalhães”, já todos vimos que deriva de um computador de baixo custo, que foi desenvolvido para os Países do Terceiro Mundo, que não é mais do que uma máquina de calcular avançada. Obviamente que, terá aspectos positivos mas não é propriamente aquilo que o Partido Socialista pretende referir. Quanto a transferência de competências, a meu ver, o que existe é efectivamente uma irresponsabilidade das Autarquias, que aceitam as transferências de competências e vamos ver as Autarquias que aceitaram. Quantas Autarquias do Partido Socialista estão representadas, qual é a sua proporção? As Autarquias não estão preparadas para aceitar as transferências de competências. A atitude responsável é efectivamente querer aceitar essas transferências, mas de uma forma responsável de uma maneira, previamente preparada para realmente criar as estruturas necessárias, para que depois com eficiência e eficácia se aplicar essas competências”. -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

- ONZE – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Eu queria perguntar à



Senhora Deputada Fátima Ferreira, depois de ter focado algumas medidas positivas da responsabilidade do Governo Socialista, se teve presente na sua intervenção aspectos que se prendem com as condições em que este ano lectivo vai ter início. Eu sou também professora, estou no local de trabalho, tenho até responsabilidades na escola como avaliadora, inclusive, deparo-me com um ambiente, que parece ser não isolado mas generalizado. Aliás, estive patente numa manifestação de cem mil pessoas em Maio, peço desculpa, não foi em Maio. Nas ruas, deparo com o prolongamento dessa instabilidade, desses receios e pronunciam-se algumas consequências desse clima de instabilidade. Assiste-se nas escolas a medidas, que a nível da avaliação de professores, estejam embrenhados numa teia de procedimentos burocráticos, que em prejuízo da educação, em prejuízo dos seus alunos, o tempo para preparar aulas, para cumprir a função máxima e primeira dos professores, que é ensinar, que é educar, é cada vez mais reduzido. Há um ambiente de ansiedade e um clima de jogo de lego em que as direcções de escola caem sobre os professores, coordenadores e titulares. Esses por sua vez, caem nos professores não titulares, esses por sua vez tentam a todo o custo ter sucessos, resultados no produto final do sucesso que não é um sucesso de qualidade, mas um sucesso sobretudo estatístico. O que se passou com os últimos exames no ano lectivo passado, são bem uma amostra e a contestação que foram alvo, são bem uma amostra desse sucesso e a forma como se entende esse sucesso. Será insucesso de qualidade, pergunto-me? As escolas estão a melhorar em qualidade, quando à maior precarização de professores e restante pessoal nas escolas, pessoal não docente, quando o trabalho é cada vez mais precário, quando a mobilidade é cada vez maior, quando os alunos com necessidades educativas especiais deixam de ser considerados alunos com respostas, a necessitar de respostas particulares no plano educativo e estão cada vez mais desprotegidos. Será esta a escola de qualidade, de que eu ouvi aqui falar? Algumas inovações nomeadamente de âmbito tecnocrático e informático não podem escamotear, esconder a realidade destas escolas. Portanto, o Concelho de Viseu não será muito diferente, no primeiro ciclo esse ambiente não será de facto muito diferente. Ambiente, que afecta professores e funcionários. Já agora passar, como a transferência de competências, os trabalhadores da educação, estão de facto muito receosos, porque eles próprios, têm consciência de que as Autarquias não estão preparadas para além de outros aspectos, não estão preparadas para os integrar e os abranger. Agradecia que me fossem dadas estas respostas". -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Renato Pereira. -----

- DOZE – SENHOR DEPUTADO RENATO ALEXANDRE REIS PEREIRA (PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: "Eu vinha aqui apenas questionar a Senhora Deputada de uma afirmação, que proferiu no seu discurso, porque sendo um pedido de esclarecimento, gostaria de ter conhecimento sobre esta matéria. Questiono a Assembleia, sobre quem acharia possível serem distribuídos quinhentos mil computadores no âmbito do programa "Magalhães". Eu gostaria de saber, se são os alunos que viram as escolas serem encerradas em diversas Freguesias nestes últimos anos, são esses que podiam pensar, se são as famílias que tem todos os anos dificuldades para adquirir livros, são esses que podiam pensar ter um "Magalhães", se são os netos do Engenheiro Belmiro de Azevedo, que têm um computador por meia dúzia de tostões, são esses que podiam pensar? De facto, há programas que têm a sua viabilidade, programas que são úteis e que até podem ser portanto apresentados nas suas perspectivas positivas. Agora fazer disso bandeiras, quando tantos problemas que existem na educação, fazer disso bandeira com tantos problemas que existem na sociedade, é de facto estar fora, estar descontextualizado que Portugal vive actualmente. Mas fique descansada, que a sua intervenção não foi a pior, já ouvimos aqui hoje muito pior e que afrontou-me muito mais e a muitas pessoas, que aqui estão". -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: "Eu



tenho aqui um pedido, mas eu não sei se de facto é mesmo assim. O Senhor Deputado Correia de Campos quer pedir um esclarecimento à sua colega de bancada? Enfim, insólito é. Mas é para pedir um esclarecimento à sua colega de bancada, Senhor Deputado? Muito bem”. Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----

- **TREZE** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)** –

Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Senhor Presidente, surpreende-me muito a sua surpresa e vou fazer as perguntas à minha colega de bancada. Em primeiro lugar Senhora Deputada Fátima Ferreira, eu ouvi aqui dizer, que a escola a tempo inteiro e segundo o Senhor Deputado Paulo Pereira, salvo erro, que não é possível ser executado. Ora eu vivo num meio urbano e convivo com muita gente, professores do ensino secundário, ficaram inicialmente muito aborrecidos por ter que trabalhar de manhã e à tarde e vejo as escolas agora, a trabalhar a tempo inteiro, eu só queria perguntar-lhe, Senhora Deputada, isto é ou não verdade? É possível ou não é possível, executar esta medida. Segunda questão, foi aqui dito que o “Magalhães” é uma máquina de calcular avançada, eu gostaria que dissesse Senhora Deputada, se isso é assim? Acha que é uma máquina de calcular avançada? Porque se é uma máquina de calcular avançada, eu sinto-me também enganado. Foi aqui dito que as Autarquias não estão preparadas para receber competências, foi o Senhor Deputado Paulo Pereira logo no início, que o disse, até citou uma frase que eu não conhecia da Senhora Ministra da Educação, “As mudanças nunca estão preparadas”, que é uma frase absolutamente realista, com a qual eu estou a cem por cento. Gostaria de saber Senhora Deputada, se acha que as Autarquias não estão preparadas para receber competências, e o que é que acontece com as várias dezenas, pelo menos, mais de meia centena de Autarquias, que já aceitaram estas delegações de competências. Serão Autarquias inconscientes? Senhora Deputada, foi aqui também perguntado, se a Faculdade de Medicina do Algarve, se tem conhecimento de como é que foi feita a candidatura da mesma. Se foi através de uma cunha do Algarve, ou foi através de uma anúncio do Público, para várias candidaturas se poderem apresentar, feitas por Universidades, naturalmente. Candidaturas que eram apreciadas e gostaria de saber, se tem conhecimento que a candidatura inicial do Algarve foi chumbada a primeira vez, foi refeita, e foi à segunda vez, aprovada. Era uma informação que eu tinha, mas posso eu não estar certo, a Senhora Deputada vai dizer-me. Finalmente, queria perguntar-lhe uma coisa, foi aqui dito, que vamos ter mais quinhentas mil festas pela frente quando forem entregues os computadores “Magalhães”, aos quinhentos mil futuros utilizadores. Ó Senhora Deputada, queria perguntar-lhe, a Senhora acha que quando se recebe um computador a baixo custo, não é uma máquina fabulosa, mas suponho que também não é uma máquina de calcular, como aqui foi dito. Quando se recebe um computador daquela natureza, num esforço financeiro enorme, com o desenvolvimento da nossa capacidade exportadora conseguindo já colocar esse aparelho em vários outros Países, a Senhora acha que isto é um dia de festa? Ou é um dia de luto para essa família, diga-nos Senhora Deputada”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz o seguinte: “Afinal de contas eu verifico que o Senhor Deputado estudou, há bocado eu estava errado, o Senhor Deputado estudou muito bem o Regimento e soube arditosamente utilizar o mecanismo”. Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- **QUATORZE** – **SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD)** – O Senhor Deputado pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Ó Senhor Deputado, o Senhor fala do “Magalhães”, não é uma calculadora avançada, concordo em absoluto. É uma máquina óptima para as crianças, concordo plenamente. Agora o meu protesto é referente a uma coisa, o Senhor Deputado vem aqui falar num esforço financeiro enormíssimo nos computadores “Magalhães”, então não foram oferecidos ao Estado Português de certeza? Não houve concurso nenhum no Diário da



República, é isso que eu quero protestar, será que eu estou enganado? Ou será que o Senhor é que está a dizer a verdade e andam-me a enganar, a mim e ao Povo Português. Houve algum concurso público para fornecimento de quinhentos mil computadores para o Estado Português os pagar e fazer um esforço financeiro para pagá-los, ou há algo escondido? É isto que eu queria protestar. Como é que o Senhor diz aqui que não apreciam o esforço financeiro, qual foi o esforço financeiro, diga-me? É o meu protesto”. --

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Fernando Carlos. -----

- QUINZE – SENHOR DEPUTADO FERNANDO ANTÓNIO ALMEIDA CARLOS (PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo:”Eu, em relação à intervenção da Senhora Deputada Fátima Ferreira não fico admirado, porque isso é uma coisa natural dela, até dá impressão que nem estão no Governo e que nós não conhecemos a realidade das Autarquias, como se nós não tivéssemos partilhado e participado activamente no processo educativo. Até porque nós em Viseu, sabemos que a Câmara sempre se preocupou com o desenvolvimento, com as nossas crianças, com os nossos alunos, com as refeições. Eu recordo-me perfeitamente de o Senhor Presidente da Câmara, uma vez me ter dito, nós não podemos permitir que uma criança qualquer das nossas escolas passe fome, quando tiver esse problema venha sempre ter comigo, porque eu estarei sempre disponível para colaborar e para satisfazer as necessidades. Para responder à Senhora Deputada, como já sabe, todos nós sabemos, todos nós conhecemos a realidade, eu acredito que alguém mais do que eu conheça a realidade deste Concelho, porque participei e colaborei com todos os Presidentes das Juntas. Eles sabem e colaboram e o primeiro impacto a sofrerem com a educação são eles, porque os professores são dinâmicos, reivindicativos e não há problemas nenhuns. Eu para responder só lhe quero frisar o seguinte, a Secretária de Estado da Educação Doutora Ana Benavente, ela disse: “A escola mudou para pior”, os professores tem sido massacrados com medidas que são casuísticas, não há estratégia clara da escola sequer. O Governo impõe políticas muito autoritárias e o Governo se não resolver os problemas sociais, não há escola que se salve”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ermida Rebelo. -----

- DEZASSEIS – SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDO ERMIDA REBELO (PSD) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Quero fazer um pedido de esclarecimento à Senhora Deputada Fátima Ferreira e tem a ver com a Faculdade de Medicina, isto é, se o Governo tomou em consideração, digamos o projecto que Viseu já tinha para a Faculdade de Medicina, quando foi preterida perante a da Covilhã e se nessa altura houve por parte do Governo, ou da tutela, alguma indicação para que Viseu pudesse reformular o seu projecto, tal como aconteceu na Universidade de Faro. Isto é, na medida em que Viseu na minha perspectiva atendendo às condições ímpares perante um hospital qualificado que tem, reúne de forma inequívoca melhores condições de que provavelmente o Hospital de Faro para integrar uma Faculdade de Medicina.” -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Fátima Ferreira. -----

- DEZASSETTE – SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS) – Pede a palavra para responder da seguinte forma: “O espanto é meu honestamente, perante a intervenção de alguns membros desta Assembleia, face realmente à minha intervenção. As questões, se eu estou ligada ao ensino ou não, se estou preparada, ou não, acho que nem sequer vou responder a isso. As questões relativamente à enumeração das propostas, das medidas já concretizadas do Governo, estão aí, eu escuso-me de voltar a referir, a não ser que os Senhores Deputados queiram, porque denegriram tanto a entrega do computador, denegriram as suas características, que estão divulgadas nos jornais e em tudo quanto é lado. Portanto, também dispenso de as enumerar, e se chamamos propaganda e procura de fotografia e de melhor ângulo para se tirar relativamente à entrega, eu acho que continuo a referir, o que disse, na minha intervenção inicial, que é confundir o essencial com o acessório e se há alguém aqui, no seu bom rigor, sem



demagogia, consegue dizer que a escola de hoje tem alguma coisa a ver, e há aqui professores na sala, do primeiro ciclo, que conseguem dizer que a escola de hoje, é pior que a escola de há uns anos atrás, eu fico estupefacta. Não consigo perceber como é que se faz este tipo de comparação. Querem voltar às escolas isoladas e veio de uma intervenção de um jovem Membro desta Assembleia, que me doeu. Vindo de um jovem falar das escolas isoladas, então vamos voltar às escolas perdidas no meio dos montes, quatro paredes com o quadro, ou voltamos à ardósia e ao giz. Talvez esse saudosismo vindo de um jovem, é extremamente complicado aceitar. A escola de hoje não tem comparação com a escola anterior, ainda não é a escola perfeita, mas está a caminho dela. Quando nós falamos e quando se questionou aqui, por várias intervenções, se a escola está a preparar-se para a mundialização, para a globalização, ou para a competitividade, se não está agora, então não estava há uns anos atrás e por outro lado, estamos a questionar a qualidade de educação, a qualidade dos professores. Foi aquilo que se disse aqui e sobre essa questão, os resultados são feitos por vários protagonistas, vários intervenientes, a escola são paredes, são as pessoas que fazem os resultados. As escolas são paredes, equipadas melhor, ou pior, a comunidade educativa onde se insere a Autarquia, são responsáveis no novo modelo de gestão pela responsabilidades dos resultados e por isso o Ministério está preocupado com essa questão e temos a avaliação de escolas e dos professores. Temos vários mecanismos neste momento de intervenção de avaliação da própria comunidade e onde o Conselho Municipal de Educação e com os órgãos de gestão abertos, hoje há alguns anos, há intervenção da Autarquia nessa gestão. Eu penso que, relativamente a essas questões que foram referidas, penso que já respondi. Sobre a Universidade, queria aqui deixar uma nota, o que eu disse é que normalmente quando se questiona a qualidade da escola, a qualidade da resposta da escola e dos jovens que saem hoje desta, entram no mercado de trabalho, empola-se a situação da Universidade, é preciso Universidades, muitas, muitas, muitas, quantas mais possíveis, disseminadas pelo País. Não interessa pensar, se o pré-escolar está a dar a resposta na idade fundamental, que estão naquela faixa etária, isso foi sempre uma tábua rasa desta questão, até de muitos Governos, alguns Socialistas. Portanto, eu estou a reforçar agora o papel deste Governo e desta Ministra, que teve uma visão pela primeira vez abrangente, integrada, integradora sobre o que é o sistema educativo, que rasgadamente se pensar no pré-escolar e na Universidade, deixa-se um vazio enorme de formação e deu nos resultados que deu, com os níveis de analfabetismo, da exclusão social e de abandono da escola, que nós temos actualmente, que nos punha nos rankings europeus para não falar mundiais e é para fazer esta revolução, que este Governo está a fazer este esforço enorme e que não tem sido fácil. Portanto, a questão da Universidade da nossa associação a uma Universidade em Viseu, está fora de questão, já dissemos várias vezes o que pensamos sobre isso. Não a qualquer preço, não a criar cursos vazios. Eu então completo, na minha opinião pessoal, eu acho que a Universidade em Viseu não tem que preencher um vazio, para nos acalmar o ego, mas sim ser uma Universidade de qualidade, que não esteja a criar cursos vazios, ou a engrossar o desemprego. Então eu só quero dizer que a história fará justiça”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Ó Senhor Deputado eu não vou andar aqui constantemente a dar a palavra para protestos. Debate político, é o debate político e faz-se o mesmo, o protesto é uma figura para usar de vez em quando, muito excepcionalmente. Senhor Deputado, não vejo motivo nenhum para fazer o protesto, não lhe dou a palavra”. Dá a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Pedro. -----

- **DEZOITO – SENHOR DEPUTADO JOAQUIM PEDRO MARTINS DO AMARAL LOURENÇO (PSD)** – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção. “Em dezoito de Setembro de dois mil e oito foi publicada a “Carta de Lei”, que delimita a região demarcada do Dão, tornando-se a segunda região demarcada portuguesa. Está assim de



parabéns a Região Demarcada do Dão, que faz agora cem anos. Estão de parabéns os produtores e as suas associações, os técnicos, e os comercializadores de Vinho do Dão. Está de parabéns a Comissão Vitivinícola do Dão, que tem promovido de forma competente, um dos principais produtos da região. Estão de parabéns todos aqueles que lutam diariamente para que o Vinho do Dão atinja um patamar de excelência e reconhecimento. O Vinho Dão não tem apenas um componente sócio-cultural importante. Trata-se também de um produto com grande potencial económico. Produzem-se cerca de cinquenta milhões de litros de vinho por ano, a partir de sessenta mil vitivinicultores. Temos cento e cinquenta empresas a trabalhar nesta área. Os vinhos do Dão estão representados em mais de cinquenta países dos cinco continentes. Apesar do estatuto, que o vinho Dão adquiriu dentro e fora das fronteiras de Portugal, existem ainda muitos desafios a ultrapassar. A curto prazo, é necessário concluir a organização das estruturas do sector do vinho e ultrapassar o impasse criado na constituição da nova Entidade Certificadora e para que não aconteça aquilo que está a acontecer com o centro de restauro por exemplo, vou fazer a seguinte Moção: “Considerando que, Ponto um, a Região Demarcada do Dão tem uma história de cem anos que não é possível apagar e com a qual todos temos de aprender. Ponto dois, a Região Demarcada do Dão possui uma dimensão substancial no panorama nacional dos Vinhos. Ponto três, O vinho produzido nesta região tem uma qualidade superior e um potencial enorme de exportação. Ponto quatro, a Região possui espaços físicos adequados para albergar uma nova Entidade Certificadora. Ponto cinco, a existência de uma Escola Superior Agrária na Região é um factor potenciador para se criar um projecto inovador nesta área. A Assembleia Municipal de Viseu, reunida a vinte e nove de Setembro de dois mil e oito, apela para que se verifique um entendimento quanto à criação da Entidade Certificadora, que aglutinará as actuais Comissões Vitivinícolas Regionais do Centro, respeitando as dimensões e representatividade de cada uma, e que Viseu seja a sede dessa nova Entidade Certificadora. O conteúdo desta Moção deve ser dado a conhecer ao Senhores Ministro da Agricultura e Presidente da Comissão Vitivinícola Regional do Dão”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz o seguinte: “Está em discussão a Moção”. Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo.

- DEZANOVE – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “O Partido Socialista votará evidentemente, a favor desta Moção. Estamos de acordo, assim como, está de acordo, como se sabe, julgo, o próprio Ministro da Agricultura, que ainda na sexta-feira na entronização dos novos membros da Confraria dos Enófilos do Dão, anunciou precisamente a ideia e o projecto da criação desta Entidade Certificadora dos Vinhos da Região Centro e localizá-lo precisamente em Viseu”.

- MESA - O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz o seguinte: “Pergunto se algum Senhor Deputado se quer pronunciar. Então ponho à votação a Moção. Está aprovada por unanimidade”. Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de São Cipriano, Aurélio Lourenço.

- VINTE – SENHOR DEPUTADO AURÉLIO PEREIRA LOURENÇO – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO CIPRIANO (PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Tenho vindo já algumas vezes nas reuniões descentralizadas das Juntas de Freguesia, a chamar a atenção pelos actos de roubo e vandalismo, que se tem verificado na minha Freguesia. O que me deixa muito preocupado. Da primeira vez, que chamei à atenção tem a ver com aquela senhora que andava a cascar as espigas e foi alvejada com dois tiros de caçadeira e até hoje não se conseguiu descobrir o autor dos disparos. A seguir, em plena hora do dia, um casal agricultor, ainda por cima pobre, ficou sem algumas ferramentas que eram precisas. Nomeadamente uma moto serra, uma moto roçadora, a máquina que corta o estrume, para pôr nos pés dos animais, alguns sacos de



batatas e um cesto de feijão ainda por descascar. Como se já não bastasse, agora já nem os sinais de trânsito e os contentores do lixo escapam. Os sinais são arrancados, vergados até ao solo e os contentores são arrumados às ribanceiras. Os camiões e carros, que ficam à noite na rua, de manhã são encontrados pelos seus donos sem combustível. Estou a ficar muito preocupado, com todos estes actos, por isso pedia a quem tem a responsabilidade pela segurança do País, que o fizessem com mais frequência e que não se esqueçam dos meios mais rurais. Eu não sou contra a segurança das estradas do País, mas sei que é mais fácil patrulhar as estradas do País, que daí vêm alguns lucros para o Estado, mas também gostava que as aldeias, que os meios mais rurais tivessem a mesma segurança”. ---

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta, Dário Costa. -----

- **VINTE E UM – SENHOR DEPUTADO DÁRIO DE ALMEIDA COSTA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOSÉ (PSD)** – Pede a palavra para fazer o seguinte esclarecimento: “No que toca ao assunto trazido aqui pelo meu colega de São Cipriano, é um assunto que particularmente também me preocupa. Até porque, na minha Freguesia, além dos actos de vandalismo, são também os assaltos, aos automóveis, aos estabelecimentos comerciais, às pessoas, o esticão está na moda. Ainda recentemente uma Senhora foi parar bastante mal tratada ao Hospital, porque foi atirada para a estrada, roubaram-lhe a carteira. Agora já nem o latão que envolve as floreiras e que a Câmara põe à disposição das Juntas de Freguesia, para colocar e embelezar os espaços da cidade e das Freguesias, até o latão roubam. Há dias, às quatro horas da tarde, junto ao Centro Comercial Académico na zona envolvente à Junta de Freguesia, foi visto um indivíduo a roubar e a meter num saco o latão. No dia seguinte, foram as floreiras que estão junto ao cemitério velho de Santiago. Eu sei que isto, não é um trabalho só da Polícia, tem que ser um trabalho de todos nós. O problema é que as pessoas dizem, chamar a polícia, dar andamento a isto para quê? Os detidos, passado umas horas da sua detenção, são postos na rua e já estão a fazer outra vez novos assaltos. É aqui, que eu acho, que cabe a quem nos governa, fazer alguma coisa pela segurança das pessoas, para que se sintam seguras, se não eu qualquer dia não sei onde isto vai parar”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Ranhados, Professor Mateus. ---

- **VINTE E DOIS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO MATEUS DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA RANHADOS (PSD)** - Pede a palavra para fazer o seguinte esclarecimento: “Em complemento das intervenções dos Senhores meus colegas, que me antecederam, eu queria reforçar o problema, importante aqui na Freguesia de Ranhados. Um roubo inédito de quatro portões de alumínio, nem a Santa Eufémia iluminou esta gente. Entre dezasseis e dezassete de Setembro pela calada da noite, dois indivíduos junto à Sede da Freguesia de Ranhados e mais dois na Rua Amor de Perdição, é inédito, há dezanove anos que estou na Junta de Freguesia e pela primeira vez que houve o desvio desses portões, a pessoas até com bastante necessidade. Também queria apelar, como falou precisamente o Senhor Dário, da Polícia de Segurança Pública, que é a zona da Freguesia de Ranhados precisamente integrada nessa polícia. Eu não quero dizer, que haja em cada casa um Senhor agente, mas pelos menos que haja a possibilidade de haver mais segurança nas Freguesias rurais e urbanas, para tentarmos resolver a solução”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “A Senhora Deputada Cláudia Bento, também quer fazer um pedido de esclarecimento, está inscrita mais à frente. Então, podemos antecipar a intervenção e trata-se desta questão da segurança. Tem a palavra, se tiverem todos de acordo, como é óbvio. Se a Senhora Deputada tem uma intervenção sobre esta matéria, acho que faz todo o sentido antecipar, estava inscrita mais à frente, por isso pode usar da palavra”. -----

- **VINTE E TRÊS – SENHORA DEPUTADA CLÁUDIA ISABEL DA COSTA BENTO (PSD)** – Pede a palavra para fazer o seguinte esclarecimento: “De facto acho que se



justifica até a intervenção que eu tinha preparado tendo em conta as situações que os Presidentes de Junta aqui trouxeram. Infelizmente, começam a proliferar e a ser, cada vez mais, os episódios isolados, que no seu cômputo nos fazem reflectir sobre a problemática da segurança em Viseu. A tranquilidade, a segurança e a ordem pública são premissas que qualquer cidade almeja. Viseu está, ainda, longe da criminalidade violenta que se assiste nos grandes centros urbanos, na sua maioria motivada por problemas sócio-económicos. No entanto, enquanto cidade de média dimensão em expansão, paulatinamente, acentuam-se problemas. Em zonas rurais ou urbanas, encontramos sinais de uma certa insegurança que provoca inquietação e intranquilidade nas pessoas. Actos de vandalismo variados, como foram aqui exemplificados; roubos ou furtos de bens pessoais, ou mais recentemente como trouxe aqui o Presidente de Junta de Ranhados, objectos em alumínio e também em cobre, como foi exemplo em Silgueiros que também assistiu a furto de objectos em cobre; furtos em viaturas e até assaltos a diversas lojas comerciais! Assalto, estes, já praticados em plena luz do dia, no coração da cidade, como foi o caso de uma tabacaria na Rua Direita!... De que todos ouviram falar. Embora não estejamos perante uma situação de alarme, porém, há a necessidade de reflectir sobre uma nova problemática que germina em Viseu. Uma nova realidade traduzida na imigração ilegal, cada vez em maior escala, em redes de prostituição, numa marginalidade associada à toxicoddependência e a fruto de problemas sócio-económicos. Urge intervir numa lógica de prevenção para melhor acção. Muitas são as vozes que falam de uma falta de patrulhamento policial. A ser verdade, será o reflexo de um quadro de pessoal deficitário nas forças de segurança? É importante, também, não esquecer que em Viseu confluem importantes vias de comunicação como o IP Três, A Vinte e Cinco e A Vinte e quatro, pelo que se torna imperioso equacionar o perigo que isto nos pode trazer, nomeadamente, Viseu representar um ponto de passagem para grupos que têm como “actividade” a prática de ilícitos. Porque para nós a segurança não é uma questão menor, deve este órgão autárquico estar atento aos sinais que vão evidenciando que caminhamos, infelizmente, para uma situação de intranquilidade e insegurança. Pelo exposto, proponho ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal a realização de audiências com os Comandantes da PSP e GNR, no sentido de se fazer um ponto de situação, bem como tomar conhecimento das medidas adoptadas e a adoptar pelas forças de segurança, em Viseu, como resposta a um presente e a um futuro de um Concelho que, naturalmente, cresce.” -----

– MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Ó Senhora Deputada, está a fazer uma proposta concreta, pergunto se alguns dos Senhores Deputados querem usar da palavra para debater a proposta concreta, apresentada. Portanto, a proposta é que a Assembleia Municipal faça um pedido formal de audiência ao Senhor Comandante da PSP e ao Senhor Comandante da GNR, obviamente que em moldes que depois definiríamos”. Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. --

- VINTE E QUATRO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Em nome da bancada do Partido Socialista para dizer que concordamos com esta chamada de atenção. Esta atitude e sugeria à Senhora Deputada, que acrescentasse na sua Moção duas coisas. Ver que cada um de nós, tem que ver rápida e celeremente a participação de qualquer crime, mesmo que, não seja um crime violento e portanto eu não tenho dúvidas, que os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que aqui vieram relatar os seus acontecimentos, no dia seguinte a eles terem acontecido, imediatamente deviam ter apresentado nos Órgãos competentes a sua queixa. Não me passa pela cabeça, que não o tenham feito. Com certeza que o fizeram e que tenham procurado recolher o máximo de provas, porque isso, é a atitude cívica importante e ajuda as forças policiais a encontrar o máximo de elementos que permitam identificar os factores desses acontecimentos. Segundo lugar, a própria Polícia Municipal e o Município não estão disponíveis, para se descartarem das



responsabilidades que tenham. Não são responsabilidades nacionais, não são iguais às das outras polícias, mas não estará certamente interessado em descartar desse tipo de responsabilidades. Com estas notas, eu queria dizer que o Partido Socialista, comunga do ponto de vista aqui apresentado. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta Joaquim Polónio. -----

VINTE E CINCO – SENHOR DEPUTADO JOAQUIM POLÓNIO LOPES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CÔTA (PSD) – Pede a palavra para

responder da seguinte forma: “Não era para intervir, mas..., mexeu comigo o facto da insegurança e escusamos de estar a não querer levar as coisas a peito, a esconder a realidade. É verdade que vivemos actualmente, se calhar noutras zonas do País, mais que em Viseu, mas infelizmente também aqui, até na minha Freguesia a insegurança é muita. Lembro-me dos anos de setenta e sete setenta e oito, em que em muitas localidades rurais, teve que se deitar mão às milícias, para defenderem os seus bens. Fazer vigia durante a noite para defender os seus bens. Acontece que actualmente e não é só o roubo, é a agressão que está a acontecer e ainda recentemente, isto são dados que podem confirmar, eu encontrava-me na urgência do Hospital e vi chegar duas pessoas, que tinham acabado de ser agredidas, certamente não foram as únicas, deve haver mais, uma delas nem sequer soube quem foi o agressor, foi agredido pelas costas. O outro, em conversa com o agredido tive oportunidade dele me dizer que sabia quem é que tinha sido o agressor, mas não é só, o roubo a pessoas idosas que por vezes lhes levam as reformas de sobrevivência, ludibriam-nos e é como um dos meus colegas aqui disse, o roubo de utensílios agrícolas, mas não só, também industriais. No património das Juntas de Freguesia e o vandalismo das paragens dos autocarros, o roubo de uma simples grelha de rua, o roubo de árvores, que são essenciais para o nosso património nomeadamente na minha Freguesia, de carvalhos, que os cortam e levam e roubo de tantas outras coisas, que nos começa a preocupar. Por isso, reforço aqui a questão que é necessário haver o patrulhamento, mas esse não é essencial. Aquilo que se prende com essa questão, é que haja justiça, que haja motivação para que as autoridades de policia ao levarem o autor destes crimes, a quem de direito os façam bem, que sejam julgados e punidos. Não estejam primeiro que o próprio policia na rua, a rir-se e a planear outro assalto. Isto é que era importante e era isto que eu queria frisar. Importante que a justiça actue e que puna os autores”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de São José, Dário Costa. -----

- VINTE E SEIS – SENHOR DEPUTADO DÁRIO DE ALMEIDA COSTA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOSÉ (PSD) – Pede a palavra para

responder da seguinte forma: “Só para dizer o seguinte: Conforme diz o Senhor Deputado Correia de Campos, é verdade, quando nós temos conhecimento destas situações, por escrito damos conhecimento há polícia. O problema que se põe, foi aquilo que eu disse na minha intervenção, é que as pessoas, enfim. com a justiça que temos caem em descrédito e muitos já não dão conhecimento. Por isso, é que eu disse que é preciso de facto, haver aqui um trabalho de todos nós, neste sentido e também da comunicação social e das pessoas. Os residentes e aqueles que enfim são alvos destes assaltos, comunicarem à polícia. Mas há aqui um problema, também eu pessoalmente fui estudante à noite e recordo isto quando saía à meia noite, da Escola Emídio Navarro, antiga Escola Industrial e Comercial, eu via com muita frequência andar ali dois policias a passear a Rua Direita, Emídio Navarro, hoje, enfim, vêem-se mas muito poucos. Eu penso que, também o reforço de policia, não ficava nada mal e isso compete a quem nos Governa fazer este trabalho”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Torredeita, Serafim Almeida. ---

- VINTE E SETE – SENHOR DEPUTADO SERAFIM LIMA DE ALMEIDA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE TORREDEITA (PSD) – Pede a palavra

para intervir da seguinte forma: “O meu assunto prende-se também com a segurança na minha aldeia, basicamente na área de serviço desactivada de Torredeita. Fi-lo



atempadamente há mais de seis meses, uma comunicação ao Senhor Governador Civil, às estradas de Portugal, à GNR e a outras entidades. Sei que a GNR tem feito por lá algumas passagens, mas não é suficiente. Porque ali trata-se de negócios escuros, prostituição e vandalismo. É uma área de serviço que está desactivada há bastante tempo e que nenhuma entidade até agora pôs mão à situação. O Senhor Governador Civil teve amabilidade, o Senhor Secretário respondeu-me, a resposta, é que tinha dado conhecimento à GNR e às Estradas de Portugal, para que obrigue a GALP a fazer a sua destruição dos imóveis existentes. A partir daí, nada mais sei desta questão, é realmente uma imagem para a Freguesia. Na qualidade de Presidente da Junta é bastante triste, as instalações que ali se vêem e da forma como estão degradadas. A maior parte dos imóveis já foram destruídos, tudo que é portas e alumínios já toda a gente desembarcou as coisas, até as tampas de saneamento foram. Há lá buracos, as aberturas ainda estão abertas, ninguém faz uma selagem aquele acesso, é perigoso para as viaturas que ainda entram e saem naquele local, portanto deixava aqui um apelo a esta Assembleia, para quem de direito, ponha um pouco de mão aquela situação. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Silgueiros. -----

- **VINTE E OITO** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS LOPES COELHO DA SILVA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SILGUEIROS (PSD)** – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “No seguimento das intervenções dos meus colegas, só quero lembrar que Silgueiros também não é uma Freguesia alheia a estes problemas. Frequentemente aquilo que se passa em Silgueiros, é o roubo dos cabos das linhas telefónicas, que nos deixa várias dias, para não falar por vezes em semanas e já tivemos um período de mais de uma semana, que ficamos privados de telefone e de serviços de Internet. Mas aquilo que eu queria lembrar nesta Assembleia, é que há cerca de quatro anos, foi apresentada uma Moção para a criação e instalação de um posto da GNR, em Silgueiros, Moção essa subscrita por cerca de setecentos Silgueirenses e até hoje não houve resposta do Governo actual, era isto que eu queria dizer”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz o seguinte: “Fase à unanimidade existente, acho que não vale a pena fazer nenhuma votação. Fica a recomendação da Senhora Deputada Cláudia Bento, solicitar uma audiência, que eu vou fazer esse pedido à Senhora Deputada, ao Comandante da GNR e ao da PSP e obviamente que pedirei depois aos Partidos para nomear um representante, que acompanhará a Mesa nesses pedidos de audiência. Portanto, se tiverem de acordo, como é uma matéria que colheu o consenso, acho que nem valerá a pena votar, porque há uma grande unanimidade em relação a essa matéria. Portanto, eu irei rapidamente solicitar essas duas audiências, depois comunicarei aos Partidos qual é o dia. Peço é que esses Partidos, indiquem para a Assembleia Municipal quem será o representante, que irá acompanhar essas duas audiências”. Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas. -----

- **VINTE E NOVE** – **SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “A Resolução do Conselho de Ministros número sessenta e sete, de dois mil e quatro, de vinte e nove de Maio, viabilizou o projecto da Universidade Pública de Viseu, liderado pelo Professor Veiga Simão, entre outras figuras de credibilidade indiscutível. Esta resolução foi então tomada, tendo sido o Plano de acção entregue ao Governo, em quatro de Janeiro de dois mil e cinco. Para mal de todos os Visienses, o Governo Socialista, e diga-se de uma forma frontal, com a conivência, ou melhor, inércia do PS de Viseu, deixou cair uma aspiração antiga que alimentava os nossos sonhos de desenvolvimento de Viseu e da sua região envolvente. O porta-voz desta triste notícia, como todos sabemos, foi o Ministro da Ciência e do Ensino Superior, Mariano Gago, quando no fatídico dia vinte e dois de Abril, de dois mil e cinco, durante uma Assembleia-Geral do Conselho Coordenador dos Institutos



Politécnicos, curiosamente no Algarve, confirmou aquilo que todos temíamos: Não há Universidade Pública em Viseu, Mariano Gago referiu neste encontro, que «O programa do Governo é taxativo nesta matéria. Refere claramente, que durante esta legislatura não será criada nenhuma Universidade, nenhum Instituto Politécnico nem nenhuma escola». Foi esta decisão cega e fundamentalista do Ministro Mariano Gago, que nunca se alicerçou num critério de racionalidade. Como sabemos, esta não era uma Universidade como as outras, contava já com um plano de acção subscrito pelo Presidente da Siemens Medical Solutions, por professores da Universidade Erlangen-Nuremberg e do Imperial College of London. Este não era um projecto qualquer, apontava para um novo conceito de Ensino Superior, partindo de uma «plataforma de conhecimento», incorporando o actual Instituto Politécnico, responsável pela oferta de licenciaturas. Esta não é uma região qualquer, a descentralização não se apregoa, pratica-se. O anterior Governo da Maioria praticou descentralização. O actual executivo Socialista muito fala e pouco faz. Viseu é um exemplo disso. Viseu é uma região que necessita deste projecto estruturante e decisivo para o seu futuro. Um futuro de desenvolvimento e oportunidade. O compromisso foi assumido, por nós, PSD de Viseu, deve ser cumprido. No entanto, caros Membros da Assembleia Municipal de Viseu, qual o nosso espanto quando aquele Governo que rasgou o compromisso com Viseu, anuncia a criação nesta legislatura de um curso de medicina no Algarve. O que era ontem uma verdade absoluta para o Ministro Mariano Gago, hoje não o é. Mas também qual a surpresa? Este Senhor é membro do mesmo Governo que criava cento e cinquenta mil postos de trabalho, que não subia os impostos. Do mesmo executivo que para chegar ao poder não hesitou em mentir aos Portugueses. A oportunidade que ontem nos negaram, hoje volta a ser confirmada. Qual foi o critério desta decisão? Se Viseu dispõe de um Hospital Central de reconhecida capacidade técnica e de uma Escola Superior de Saúde, qual o critério para uma vez mais ficar para trás? Se o modelo é semelhante ao Projecto que estava na base da criação da Universidade Pública em Viseu. Primeiro, foi para a Covilhã e agora para o Algarve. Mais uma vez a oportunidade de encorajar o interior esquecido foi adiada, sempre no mesmo sentido, o litoral. Esta criação da Faculdade de Medicina no Algarve só vem demonstrar aquilo que infelizmente já todos sabemos: o peso do PS Viseu junto do Governo, é nulo. Mais, onde esteve o PS Viseu, que tantas conferências de imprensa faz para criticar o executivo camarário, para tomar uma posição forte e inequívoca de desagrado por uma vez mais Viseu ter sido preterido. Senhores Deputados do Grupo do PS, posso ainda ser muito novo no que toca a actividade política, mas há uma realidade que não me suscita dúvidas: Enquanto os Senhores forem subservientes e seguidistas de um Governo injusto para com Viseu, podem ter a certeza de uma coisa, dificilmente terão a confiança e a oportunidade de liderar os destinos de Viseu. Nós precisamos de um Partido Socialista que lute por Viseu, de uma forma altruísta e que saiba dizer não quando os mais altos interesses de Viseu se levantem, mesmo que, a lei da rollha do PS Nacional vos imponha. Tudo isto por respeito aos Visienses, que confiaram em vós para a defesa da nossa terra. Posto isto Senhor Presidente da Assembleia Municipal, quero aqui apresentar o meu voto de protesto, pelo facto de uma vez mais Viseu ter sido preterido, quando tínhamos a oportunidade de ter aqui uma Faculdade de Medicina, numa altura em que cada vez temos menos médicos e que era preciso realmente apostar nisto”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo. -----

- TRINTA – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) –
 Pede a palavra para fazer o seguinte esclarecimento: “Diz o Deputado Pedro Ruas, que é novo, mas que, não se cansará de repetir que o PS tem uma atitude subserviente. O PS local é pouco reivindicativo junto do Governo, que neste momento como sabe também é do Partido Socialista e eu venho dizer ao Pedro Ruas, que não se cansará ele de o fazer e que não esqueceremos nós, Membros desta Assembleia eleitos pelo Partido Socialista, de lhe



dizer que o Partido Socialista nessa matéria nunca teve uma posição dúbia, ao contrário do que recorrentemente alguns dos Membros do PS eleitos nesta Assembleia Municipal procuram passar. Já não é a primeira vez que o faço, recordar as manifestações, apoiamos inclusivamente e hoje temos o prazer de contar com o Professor Correia de Campos nesta Assembleia Municipal, na altura, digamos, em que encabeçou e de alguma forma liderou um processo como estamos todos recordados, quando da criação de duas Faculdades de Medicina no País. Falamos sempre da Faculdade da Covilhã, criou-se na altura outra em Braga e como sabe acompanhou os trabalhos da Assembleia Municipal criada para o efeito, na altura. Portanto, só vem reforçar de facto estando o Professor Correia de Campos hoje eleito nesta Assembleia pelo Partido Socialista, a posição inequívoca do PS nesta matéria. O que também é verdade, é que as Faculdades ou uma Universidade como é evidente, é um conjunto de Faculdades e decidiu o Governo agora, na Universidade do Algarve criar uma Faculdade de Medicina. Obviamente que, o Partido Socialista em Viseu e julgo que o Partido Socialista em todo o País, só tem que se congratular com o facto de aparecerem Faculdades de Medicina, como o próprio PSD seguramente também o faz na medida em que, formará mais profissionais, neste caso, mais médicos e como sabemos nunca são demais, os que nos ajudam e nos tratam nas alturas em que mais precisamos. O que não significa, como dizia, que a nossa posição e o PS em Viseu, portanto, está inequivocamente na defesa de uma Ensino Superior Universitário em Viseu, como desde sempre tem estado. Em resumo, dizer ao Deputado Pedro Ruas, que por mais vezes que diga, que isto não é verdade estará sempre alguém do Partido Socialista aqui nesta Assembleia, a repor a realidade dos factos e que o PS está como sempre na defesa desta aspiração para Viseu”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz o seguinte: “O seu a seu dono, deixem-me fazer aqui uma correcção, a uma afirmação do Senhor Deputado. O processo na altura foi liderado pelo Senhor Engenheiro Coelho de Araújo, que através de uma Comissão da Assembleia Municipal, solicitou os bons officios do Doutor Correia de Campos para preparar uma candidatura à Faculdade de Medicina, o seu a seu dono e a memória da pessoa em causa merece essa correcção”. Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- TRINTA E UM – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD) – Pede a palavra para fazer o seguinte esclarecimento: “É só para me congratular com esta declaração, mas referir o silêncio. As pessoas que andam tão preocupadas com o silêncio de outros, nesta área houve um silêncio completo, aquando foi criada a Faculdade de Medicina do Algarve. Viemos hoje aqui a saber, que afinal mantém a defesa e ainda bem e congratulamo-nos com isso, matem a defesa do Ensino Universitário Público. De qualquer maneira também gostaria aqui de dizer, que a candidatura de Viseu à localização do Instituto de Ciências da Saúde contemplava a Faculdade de Medicina e está lá no Ministério e foi considerada por todos uma candidatura inovadora em termos de modelo institucional do Estado e com uma elevada especialidade técnico-científica. A questão que se coloca é se esta, a candidatura, está no Ministério, se se pretendia criar uma Faculdade de Medicina, porque é que não foi tida em conta essa candidatura? Era só isto.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Vicente Figueiredo. -----

- TRINTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD) – Pede a palavra para colocar uma questão ao orador: “Era só para perguntar ao Deputado Pedro Ruas, se porventura já viu alguma posição do Partido Socialista no Governo do Senhor Engenheiro José Sócrates? Porque, foi dito aqui, que o Partido Socialista teve uma posição de defesa da Universidade Pública, nomeadamente participando em manifestações, mas isso foi antes das declarações do Ministro Mariano Gago. A partir daí e no momento em que o Ministro Mariano Gago disse que, não haveria



na criação desta legislatura lugar à criação de novas Universidades. Gostaria de saber Senhor Deputado Pedro Ruas, se porventura ouviu ou leu alguma posição do Partido Socialista relativamente a esta matéria e também perguntar se porventura não encontra aqui uma contradição, entre o que foi dito pela Senhora Deputada Fátima Ferreira, que a título pessoal e de qualquer das formas, é um elemento do Partido Socialista com responsabilidades nesta Assembleia Municipal, que disse que não há lugar à criação de Universidades Públicas. Que se deve investir no pré-escolar e no primeiro ciclo e agora temos aqui uma posição contraditória, que afirma, que pelos vistos o Partido Socialista continua atento à criação da Universidade Pública”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ermida Rebelo. -----

- **TRINTA E TRÊS** – **SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDO ERMIDA REBELO**

(PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Ao Senhor Deputado Pedro Ruas um pedido de esclarecimento. Penso que, na sua apresentação estaria a referir-se ao Ensino Público Universitário de Viseu, ou também se não se referia ao Ensino Cooperativo e ao Ensino Privado. É uma constatação de todos os responsáveis políticos e cidadão comum, da falta de profissionais de saúde designadamente da área médica no País. Daí que a fazer fé das notícias que vem a público, a Senhora Ministra da Saúde de se deslocar a Cuba para conseguir médicos cubanos que venham exercer em Portugal. Eu relembro, que em dois mil e dois foi criado o “Grupo de Acolhimento da Saúde” liderado por um Professor da Faculdade de Ciências do Porto, Professor Alberto Amaral para digamos, aferir da possibilidade ou não de iniciativa privada ou cooperativa, poder abrir Escolas de Medicina em Portugal. Penso que, não será uma exclusividade do sector público as Faculdades de Medicina, embora eu defenda o Ensino Público, mas também não descarto o Ensino Privado ou Cooperativo. Passados três anos, esse “Grupo de Acompanhamento” concluiu que, das dez candidaturas ao ensino de Medicina, nenhum projecto apresentaria condições suficientes para ir por diante. Curiosamente um dos projectos, era sediado aqui em Viseu, através do Instituto Piaget. Não vou discutir os aspectos técnicos, porque não fazia parte da Comissão, nem li, apenas me apercebi do estudo do Piaget, que me pareceu numa primeira fase bastante interessante e liderado por um Professor da Faculdade de Medicina do Porto e fico de certa forma preocupado quando o Governo faz sair uma Portaria, em Agosto, juntamente com a participação da Fundação Calouste Gulbenkian e o Grupo dos Jesuítas em Portugal. O Governo financia alunos de Medicina de Países fora da União Europeia, isto é, que a Ordem dos Médicos e Portugal não reconhece as suas licenciaturas, o Estado Português vai financiar digamos a reconversão profissional desses licenciados para que possam exercer no Serviço Nacional de Saúde, eu pergunto: O Instituto Piaget tem uma Faculdade de Medicina em Moçambique, o que não tinha qualidade aqui em Portugal, tem em Moçambique e esses alunos serão digamos, requalificados para poderem exercer em Portugal? Na qualidade de Membro da Comissão de Saúde nesta Assembleia, se calhar faria um apelo aos Membros da Comissão da Educação desta Assembleia, de um dia com tranquilidade e com calma, podermos visitar as Instalações do Instituto Jean – Piaget em Viseu. Pelo que eu sei, há um investimento muito forte e significativo em termos de milhões de euros em equipamentos de retaguarda do ensino básico da Medicina e há um protocolo entre aquele Instituto e o Hospital de Viseu, no sentido digamos da parte Hospitalar para poder ser dado um apoio à Faculdade de Medicina pertencente ao Instituto Piaget. Esse projecto inclusive seria uma mais valia para o Hospital, na medida em que, os seus profissionais ficariam ao abrigo de um Protocolo com a Universidade de Medicina de Santiago de Compostela para a sua valorização profissional, académica e por conseguinte de uma mais valia para o Hospital de Viseu e todo para esta Região. Relembro que, quando foi criada a Faculdade de Medicina na Beira Interior, na Covilhã, que eu saiba, não foi preciso pôr nenhum anúncio



nos jornais a solicitar qualquer corpo docente, isto é, há número suficiente de professores de Medicina, para poderem enfim, abrir Escolas de Medicina que o País necessita”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas. -----

- TRINTA E QUATRO - SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD) – Pede a palavra para responder da seguinte forma: “O representante do Partido Socialista aqui na Assembleia Municipal, tinha uma posição clara e inequívoca, bem a posição do PS aqui nesta matéria relativamente à Universidade Pública de Viseu faz-me lembrar um anúncio há uns anos atrás de uma operadora de telemóveis, onde aparecia um político a dizer: “Eu sempre disse, sempre que digo algo, sobre o que disse, o que disse”, ou seja não se disse nada, e a verdade é que nós ainda não percebemos qual é o modelo. O que é que o PS Viseu quer fazer relativamente ao dossier da Universidade Pública de Viseu. Relativamente à questão que me foi lançada, se teria visto alguma posição. Eu confesso, primeiro comecei por o Diário Regional, depois pelos outros tipos de Comunicação existente em termos locais, fui à nossa vizinha Espanha ao “El País”, passei pela “Algeira” e pelo “New York Times” e absolutamente nada. Não há uma posição do Partido Socialista de Viseu sobre esta matéria, de resto relativamente às intervenções que me antecederam dos meus colegas do Grupos, queria dizer-lhes que subscrevo na íntegra o que foi dito”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Está esgotado o período antes da “Ordem do Dia”, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer os comentários habituais a estas várias intervenções”. -----

- TRINTA E CINCO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Pede a palavra para responder da seguinte forma: “Vou tentar para não ser maçador, rebuscar aquilo que aponte e foi muito. Sobre este período antes da “Ordem do Dia”, eu gostaria em primeiro lugar, tal como o fiz presencialmente, apresentar à Junta de Freguesia de São João de Lourosa as sentidas condolências, por o desaparecimento precoce do Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia. De facto, era um Autarca devotado e ainda por cima daqueles incompreendidos, naturalmente como a maioria dos Autarcas de Junta de Freguesia. Portanto, eu estive presente no funeral, gostaria de deixar aqui em termos institucionais, os sentimentos por o desaparecimento tão rápido do Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de São João de Lourosa. Comentando aquilo que se disse aqui, eu gostaria que em relação à procura das escolas da cidade, dizer ao contrário do que se insinua, que é a Câmara que os manda vir para a cidade. Naturalmente que isto decorre na Legislação, que é incorrecta, que não deixa que os alunos figurem, ou que deixa esta variabilidade de opção. Digamos de ano para ano, com uma facilidade espantosa, o que significa que só dificulta quem trabalha nas Autarquias, já por várias vezes dissemos isto, não é possível adequar empreendimentos físicos, à variabilidade de opção dos encarregados de educação. Se por hipótese, todos os alunos viessem para a cidade, é evidente que de um momento para o outro não havia espaço para todos, e de um momento para o outro ficavam todos os espaços, donde saem, como temos algumas escolas vazias sem alunos. Eu gostaria também de dizer ao Deputado Paulo Pereira, o seguinte: Nós sabemos o peso do pessoal não docente, no Quadro da Câmara e é bom que tenham esta noção ao contrário do que aqui se disse. Disse-se aqui muita coisa, a maioria delas sem elementos nenhuns. Começou-se logo por dizer que, agora temos uma escola a tempo inteiro e quase que se criticou o papel das Autarquias. A escola é a tempo inteiro por causa das Autarquias, isso é bom que se diga uma vez por todas, a menos que alguém queira roubar estes louros. As Autarquias são as grandes responsáveis pelas actividades de enriquecimento curriculares, por a escola a tempo inteiro, sem as Autarquias não havia isto. Portanto, bem podem tentar tirar os louros, mas esta é uma responsabilidade das Autarquias, naturalmente com o Governo a pedir à Associação dos Municípios colaboração e a tê-la. Ao contrário do que foi dito aqui, por uma Senhora Deputada, mas



já lá vamos, esclarecer essa questão. Ora, eu gostaria de lembrar que o peso do não docente oferecido à Câmara de Viseu e que nós negamos, pelos vistos há muita gente que não queria isto. Negamos porque de repente, tínhamos mais de quinhentos funcionários a mais, não docentes e ainda por cima vinham para a Câmara com a dupla tutela. O Município, que é um Município consciente, como aliás foram a maioria dos Municípios do País, reparem que, dos trezentos e oito Municípios, apenas noventa e dois assinaram e se contarmos o que eu represento em termos de população, talvez menos de dez por cento. O que significa, que aquilo que a Associação sempre defendeu, foi pilotar a experiência. Cá está a acontecer ao contrário do que foi dito aqui pela Deputada do Partido Socialista, que pelos vistos não percebeu nada desta reforma. A reforma queria-se pilotada pelo processo, cá está o processo pilotado. Se eventualmente todos os Municípios aderissem a esta iniciativa, não havia pilotagem nenhuma, quer dizer exactamente isso. Como é que a experiência ocorre a generalizar ou não, também ninguém perceberia, como é que nesta Assembleia foi dado o exemplo de Lisboa, que eu abomino. Tanta vez que me foi dada aqui, eu não quero copiar nenhum exemplo de Lisboa, tanta vez foi dito aqui para copiar o exemplo de Lisboa e ninguém agora se pronunciou, porque é que Lisboa não aderiu a este contrato-programa? Porque é que os outros Municípios não aderiram? Dá impressão, que quem está bem foram os noventa e dois Municípios que aderiram, os mais de duzentos que não aderiram, esses é que estão todos errados e portanto eu acho uma visão muito redutora. Mas deixem-me dizer-vos, que aquilo que mais me preocupou e que mais me levou à não aceitação desta responsabilidade, que eu quero ao contrário daquilo que foi dito, é bom que se esclareça isso de uma vez esta transferência de competências, é um desafio da Associação dos Municípios, custa-me falar em nome da Associação, embora seja o seu Presidente, mas como sou atacado constantemente, posso de vez em quando usar essa responsabilidade, foi decorrente de um desafio, que a Associação lançou ao Governo e não o contrário, portanto nós é que queremos a transferência de competências. Queremos a transferência de competências por uma coisa, que não se teve coragem de se dizer, mas pelos últimos acontecimentos felizmente se constata, chegou-se à conclusão que os Municípios fazem melhor que o Governo, ainda bem que chegaram a essa conclusão, tardiamente, agora já é bom. Os Municípios agora sabiam fazer pouco, para receber as competências da Educação, já é muito melhor, isso já nós sabíamos há muito tempo e portanto, eu gostaria de dizer, que só mais quinhentos funcionários, quando tudo estiver esclarecido e nomeadamente quando estiver esclarecido uma coisa que se chama dupla tutela. Já alguém dos Senhores Deputados, imaginou o que é receber um Auxiliar de Serviços Gerais, que vem para a Câmara com duas autoridades, isto é, depende da Câmara e depende também da escola onde está e então o que é que se passava com os nossos Auxiliares de Serviços Gerais, são iguais? Não tem a mesma categoria? Portanto, resolvam esse problema, não sei de onde é que isto vem. Houve compromissos com os Sindicatos e agora tem-se algum problema em dizer aos mesmos, que eles passam de vez para as Câmaras. Eu enquanto tiver responsabilidades no Concelho de Viseu, receberei as competências quando tudo estiver esclarecido, contando que eu quero receber as competências, mas tem tudo que ficar esclarecido, a tutela dos funcionários e o montante para requalificar os estabelecimentos. Porque senão, ao contrário do que é dito, estamos a retirar a responsabilidade para o futuro. É muito bonito assinar os documentos e a gente sabe quem os assinou e de que maneira, porque se vão requalificando agora algumas escolas, mas depois se isto não ficar assegurado, causa exactamente os mesmos problemas, que causou nos transportes escolares e quem andou no ensino sabe muito bem o que é que foi. Definiu-se uma escolaridade de sete anos, passou-se para nove e agora passa para doze e as Autarquias receberam o mesmo montante, eu não cairei neste logro. Já agora, deixem-me dizer-vos quanto é que a Câmara de Viseu suporta em transportes escolares para o ano dois mil e oito, dois mil e nove, é bom que os Viseenses tenham esta noção, um



milhão cento e trinta e seis mil, novecentos e noventa euros, é quanto a Câmara de Viseu gasta em transportes escolares. Para terem uma noção as actividades de enriquecimento escolares para o ano dois mil e oito, dois mil e nove, são abrangidos quatro mil e duzentos alunos, quase cem por cento, com participação são duzentos e sessenta e dois virgula cinco, por aluno. Os professores colocados foram sessenta de Inglês, cinquenta e sete de actividade Física-desportiva, vinte e seis de Música e mais quarenta e nove de outras actividades. Ninguém refere, que a Câmara de Viseu para dar resposta ao regime duplo, tem que alugar instalações, que custam quarenta e oito mil euros por ano. Portanto, é isto que sai dos Municípios e dos contribuintes do Concelho de Viseu. Ouvi aqui, uma outra intervenção, sobre o Plano Director Municipal e gostaria de dizer o seguinte: Foi prometido no Plano Director Municipal, que ele sairia no dia vinte e dois de Setembro e saiu, o Plano completo para a Comissão Técnica de Acompanhamento, agora, o que eu não percebo, não está em lado nenhum, que a Câmara seja o motor da criação Técnica de Acompanhamento, vejam lá a anomalia deste raciocínio, como é que é possível. A Comissão Técnica de Acompanhamento, quer-se uma Entidade estranha exactamente para se pronunciar sobre o próprio plano, sendo a Câmara o motor... Já agora, deixo aqui esta informação, eu vou pedir, visto que o dia vinte e dois foi há pouco tempo, já tentei fazer o contacto, vou pedir à Presidente da Comissão Técnica de Acompanhamento, que acelere o processo. Não refiro o nome, porque não vale a pena, mas vou pedir, para quem é motor, o facto disto dá que pensar. A Presidente da Comissão Técnica de Acompanhamento, é uma técnica da Comissão da Coordenação da Região Centro, portanto, o que se vem para aqui dizer com um ar de bem informado de facto cai pela base, basta ouvir isso. Da mesma forma que estava há dois anos quando foi aqui dito em Setembro, bem isso não é uma ataque ao Presidente da Câmara, ou aos serviços, estes fizeram um longo trabalho com os Presidentes de Junta, se calhar queriam o plano revisto, que está há mais tempo como eu queria, mas foi o trabalho técnico, que o determinou, que só agora fosse possível mandar à Comissão Técnica de Acompanhamento. Não é nenhuma Comissão Política de Acompanhamento, é uma Comissão Técnica de Acompanhamento, que aprecia trabalho técnico que seguiu no dia vinte e dois. Há gente que quer insistir que a responsabilidade é nossa. A Comissão Técnica de Acompanhamento vai apreciar o trabalho e portanto, é um trabalho exterior à Câmara. Quando voltar para a Câmara, o tempo que decorreu é da responsabilidade externa a esta, quem não quer saber isto, não quer, quer imputar culpas à Câmara a todo o preço e não é verdade. Neste momento está no exterior da Câmara, os serviços fizeram o seu trabalho, a única coisa que tem de fazer a seguir, é se a Comissão Técnica de Acompanhamento imputar algum erro rever o que está dito, mais nada, já fizeram o trabalho que tinham a fazer. Há uma coisa que eu queria dizer e tenho aqui todos os Senhores Presidentes de Junta de testemunha, incluindo os do Partido Socialista. Tenho a certeza, que os conheço e são homens sérios, nenhum dos Senhores incluindo o Senhor Deputado, alguma vez se interessou mais pelo PDM, o mínimo que eu, em reuniões públicas, portanto não me venha falar do PDM, dizendo que é um desinteresse do Presidente da Câmara. Os Senhores Presidentes de Junta, que levantam constantemente o problema nos lugares próprios, nas reuniões, sabem qual é a posição do Presidente da Câmara. Eu não lhe admito, que venha para aqui dizer que a Câmara mostrou-se desinteressada em relação a isto. Sobre aquilo que o Doutor Faria veio trazer, sobre a equidade territorial nos investimentos públicos, a intervenção que fez foi de tal maneira clara, que basta atentar aquilo que foi dito, para que se conclua da forma como concluiu. Há uma injustiça enorme em relação à segurança e também aqui o silêncio se mantém da parte do Partido do Governo. Então não foi o Senhor Comandante da Polícia, que veio dizer que tinha menos sessenta efectivos. Eu ouvi numa rádio local dizer isto. Então não foi comprovado, que a GNR de Viseu Brigada tem não sei quantos efectivos a menos e em cada Verão três vezes vai de GNR a cavalo guardar as matas de



Mortágua. Então onde é que estava o Partido Socialista de Viseu, não disse uma. É evidente que isto repercute-se na segurança. Depois vem o Senhor Deputado Correia de Campos com as responsabilidades, naturalmente que as tem, até pelas funções que desempenhou, mas incluía também a Polícia Municipal, isto é um erro legal. A Polícia Municipal não tem funções de segurança, tem funções meramente administrativas e por isso ainda mais a frustração do Presidente da Câmara, que criou uma Polícia Municipal para deixar as forças de segurança com maior número de efectivos disponíveis, para a segurança. Fazemos o trabalho, que até aqui a Polícia fazia e não vemos, digamos, aumentar a segurança, porque cada vez diminuem mais os efectivos. Eu pergunto, se fosse assim, por exemplo na Quinta da Fonte, ou no Benfica / Sporting, se calhar são os que lá estão, que nos fazem falta, só que não há ninguém a impor-se, havia lá à volta de seiscentos polícias no último jogo, Benfica / Sporting. Se calhar alguns deviam estar aqui, também, a fazer prevenção. O Doutor Faria falou, também, no PRACE, é obvio que estamos para ver os seus resultados, até agora sabemos o que é que nos calhou. A única coisa, que eu ouvi até agora de um responsável Socialista a propósito da Entidade de Turismo da Região Centro, que não ficou aqui, apesar da Câmara ser a única, que eu conheço e se candidatou oferecendo instalações. Foi dizer, que ele tinha que ir para alguma lado, foi para Aveiro, pronta foi a lógica do alfabeto, Aveiro começa por a letra A, Viseu fica no fundo e cá está uma resposta bem dada, tinha que ir para algum lugar. É isto a posição de força, que naturalmente vão tendo. Também não percebi isto, não vou repetir aquela do árbitro, não vá para aí algum problema. Isto de facto, depois daquilo que foi dito pelo Senhor Deputado Mota Faria, o Senhor Deputado Correia de Campos vir dizer, que nunca ouviu um elogio maior ao Governo, bem o Governo além de não ter feito aqui nada, só se retirasse algumas coisas, leva-se a Sé. Bem assim, sim, é que já era melhor, já podia ter ficado satisfeito, por amor de Deus. Aliás, eu penso que o Governo aqui copiou, não sei se tem a ver com o convénio luso-brasileiro, já tem aqui muitas palavras, que vêm do brasileiro, que fala sempre no gerúndio, nós vamos fazer, nós vamos fazendo e é sempre a atirar para o futuro. Porque se nós quisermos comparar obras com o Governo, é sempre, nós vamos fazer a estrada tal..., nós vamos fazer..., não há comparação com nenhuma obra feita. Isto de facto é difícil fazer este exercício. Depois, uma coisa que eu não percebi, diz o Senhor Deputado Correia de Campos quando chegamos ao Governo, foi o que encontramos, foi encontrado e quem é que vos deixou? Quem foi a pessoa que vos deixou este testamento. Houve um, que teve quatro meses e pouco, que testamento teve para deixar? Depois outro, que esteve lá dois anos e tal, depois receberam o testamento de seis anos do Partido Socialista. Aliás, é curioso dizer o seguinte, fala-se sempre nesta revolução do Partido Socialista na Educação, então não há uma palavra para o Senhor Ministro Santos Silva, que foi Ministro da Educação, nem para o actual Presidente do Tribunal de Contas que foi Ministro da Educação, nem para a Secretária de Estado Ana Prebenda, então esses não fizeram nada? Reconheçam, digam-lhes isso, um até é porta-voz do Governo. Olhe, o Senhor quando lá estive na Educação, não fez nada, esta Senhora Ministra é que revolucionou tudo, mas não, esquecem-se, nem para o Engenheiro Guterres que tinha aquela paixão, que pelos vistos, não deixou nada. A paixão do Engenheiro Guterres, não deixou nada? A do Ministro Santos Silva, nada deixou, a do actual Presidente Guilherme Martins, também não deixou nada? A Secretária de Estado Ana Prebenda, ainda deixou alguma coisa, deixou algumas críticas, como aquela que foi lida há bocadito pelo Senhor Deputado Fernando Carlos. Depois falou a Senhora Deputada Fátima nos quadros interactivos, agora já há quadros interactivos. Eu só lhe queria lembrar o seguinte: Já o trouxe à colação e à opinião pública. Eu tenho aqui as vinte medidas do Governo, diz um quadro interactivo para cada três salas, se foram esses, que deixou, está aqui as medidas. Ó Senhor Presidente, mas a sério, eu estive aqui calado e bem me custou também ouvir, mas também não sei qual é a vantagem do Senhor Vereador estar aqui sempre... é para



ver se me despista? Mas olhe, que eu quando tenho as coisas muito estruturadas, dificilmente é coisa que não pega comigo. Sobre o “Magalhães”, também uma coisa que eu não ouvi, sinceramente. Ó Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Deputados, eu tenho uma ideia positiva da distribuição do “Magalhães” e quero assumi-la aqui, mas o que eu não acho correcto é que não houve uma palavra. Nenhum dos Senhores Deputados está aqui como Deputado da Assembleia da República, estão como Deputados Municipais, algum dos Senhores, questionou porque é que em Viseu neste largo Distrito, os “Magalhães” só terem sido distribuídos em Mortágua e Resende, curiosamente não podiam ter escolhido melhor, Mortágua que fica a caminho de Coimbra e Resende a caminho do Porto, foi isto. Não houve uma palavra de um Deputado Municipal, de um representante do Partido Socialista local, a dizer que neste Distrito há mais Concelhos, sem serem os dois do Partido Socialista, ainda para mais um em cada ponta. Aqui é que não houve uma palavra e depois dizem que há um “Magalhães”, em cada sala. Olhe, eu fui ali à sala do Senhor Presidente da Assembleia, também lá encontrei um “Magalhães”, mas é um quadro. Na Câmara também tenho um “Magalhães”, também tenho o Doutor Hermínio Magalhães. Bem, agora o que eu não posso, e de facto não posso deixar passar em claro e pedia à Senhora Deputada, a não ser que não me queira ouvir, vou-lhe dando resposta, tem a ver com os comentários, que fez sobre a Associação Nacional dos Municípios, pelo seguinte, Senhora Deputada: Gostaria, que através das influências que tem partidárias, que a Senhora Ministra confirma aquilo que disse. A Senhora Ministra andou três anos e tal a dizer bem da Associação Nacional dos Municípios, depois numa tarde quente transmontana, disse mal, voltou a corrigir, disse bem. Eu quero pensar, que quando disse mal, que tenha sido influência do sol transmontano, que isso é que foi excepção, muito sinceramente, que é para continuarmos com um diálogo franco e aberto, que temos tido sempre por parte da Associação Nacional do Municípios, que tem sido relevado pela Senhora Ministra. Eu espero, sinceramente que a Senhora Deputada não traga aqui uma posição oficial, não trouxe e ainda bem. A Senhora Ministra não vai confirmar, vai dizer que a Senhora Deputada, abusou daquilo que disse, tenho a certeza absoluta. A Senhora Deputada veio dizer, que a Associação dos Municípios não colaborou, que até andou, não sei quantos mais... As resistências foram feitas por quem na meia-noite anterior aos contratos de programa, ainda estava a contactar os Presidentes de Câmara para assinar. Não há um Presidente de Câmara, nem um no País, que ouvisse um telefonema do Presidente da Associação dos Municípios para actuar desta ou daquela maneira. Não vale a pena a Senhora Deputada tentar vir embaralhar a situação, porque não há, e eu queria separar as águas, mas não posso deixar passar em claro alguém, que veio referir a Associação sabendo que o Presidente da Câmara é também o Presidente da Associação Nacional dos Municípios, por isso naturalmente a pergunta era para mim. Quero deixar-lhe aqui um desafio, diga à Senhora Ministra, que repita aquilo que disse sob pena de eu achar que disse meia verdade. É bom e claro, que fiquemos por aqui. A Senhora não vai de certeza responder a isso, vai refugiar-se numa série de coisas, que não vai dizer aquilo que a Senhora disse aqui, disse... disse..., eu sei que depois é muito fácil depois não dizer, mas pronto. Já agora, deixe-me dizer-lhe que o Senhor Deputado Correia de Campos, fez-lhe uma série de perguntas, por acaso também se esqueceu das respostas. Eu estava à espera. Esta figura nova regimental que o Senhor Deputado agora arranjou de perguntar... pronto, mas os cinco minutos podia ter escolhido, não respondeu e eu também dei conta disso. O Senhor Deputado Esteves Correia, trouxe aqui a questão... Eu também não sabia, fiquei a saber hoje, que os “Magalhães tinham sido comprados com dinheiros do Orçamento do Estado, o que é uma ilegalidade a toda a prova, o Senhor Deputado não disse isso, pronto não houve esforço financeiro do Governo, está dito. O “Magalhães”, não há nenhum esforço financeiro, senão tínhamos caído aqui numa grave ilegalidade que o facto de não ter havido concurso público se não tivesse sido oferecido



havia um concurso público obrigatório, portanto não houve, já ficamos a saber disso. Sobre a Faculdade de Medicina ir para Faro, e ter ido para a Covilhã e não ter vindo para Viseu, o protagonista é o mesmo. O Senhor Deputado Correia de Campos, deve remexer-se na cadeira, ajudou a fazer um estudo e ainda bem, que o Senhor Presidente deu o seu a seu dono, mas não lhe tiro o mérito, chefiou a elaboração do estudo de uma forma brilhante e depois quando toda a gente pensava que vinha para aqui, primeiro foi para a Covilhã, depois para Faro e curiosamente pelo mesmo protagonista, foi fazer agora a festa a Faro, na altura fez a festa na Covilhã, agora fez a festa em Faro e com o silêncio absoluto do Partido Socialista local, era o mesmo Ministro do Ambiente na altura e foi fazer a festa, exactamente a mesma coisa, e agora Primeiro-Ministro. Vou continuar, depois disse a Senhora Deputada Fátima, essa eu estou de acordo, que andamos distraídos, que estão divulgados nos jornais e em tudo quanto é lado, isso é verdade, aquelas medidas do Governo, os “Magalhães”, estão divulgados nos jornais e em tudo quanto é lado, foram as suas palavras, que estou perfeitamente de acordo, não havia mais lugares para divulgar, se não era em mais sítios, isso é mesmo correcto, estou perfeitamente de acordo com aquilo que disse. Depois veio dizer uma outra coisa, que a escola de hoje, não tem nada a ver com a escola daqui há uns anos atrás, está bem, têm culpas uma série de Ministros da Educação, nestes últimos treze anos rosa, do Partido Socialista e portanto, a andarem todos distraídos, nós assumimos a responsabilidade, já fomos castigados em eleições, agora tenho que saber o que é que andaram a fazer estes Ministros. Eu também os conheci, o que é que eles fizeram? Não fizeram nada, só hoje a Senhora Ministra é que deu a volta ao texto, foi assim. Sobre as posições do Senhor Deputado Joaquim Pedro, queria-me congratular com aquilo que trouxe a esta Assembleia. Assistimos aqui, com grande elevação a cerimónias de grande inovação, melhor dito, da Coroação do Bicentenário da Região Demarcada do Dão e gostava também de dizer, não venham outros à pressa, a correr, que a Entidade Certificadora cuja Sede vai ser em Viseu, no Solar do Dão. É uma resposta do Senhor Ministro a uma posição que o Presidente da Câmara lhe colocou e que já tinha colocado anteriormente, pelo menos uma das pessoas dos Presidentes da Junta, que está aqui, mas estava lá noutra situação. O Presidente da Junta de Fragosela aquando da discussão do Matadouro, coloquei o problema, por isso há mais de um ano, exactamente no tom em que lhe coloquei agora no Salão Nobre, portanto não venham outros à pressa tirar o mérito à Entidade Certificadora. O Presidente da Junta de São Cipriano, veio aqui trazer o problema da insegurança, aliás foi comum aos Presidentes de Junta, uma das coisas que a nós, digamos que, quem vive em Viseu e tem responsabilidades, se deve questionar para onde vão os nossos dinheiros no fim-de-semana. No mobiliário urbano, nos latões nas placas sinaléticas, nos abrigos, nas tampas sanitárias, nas grelhas, enfim tudo roubado. Naturalmente que isto, só tem a ver com a falta de efectivos, não tenho nenhuma dúvida sobre o que estou a dizer. O resto, foram questões ligadas à Segurança. Gostaria de dizer uma outra coisa, gostaria de deixar isto aqui bem frisado, se há alguma coisa, é que ninguém pode acusar as Autarquias, no que tem a ver com a questão da segurança. Primeiro, porque não é uma responsabilidade das Autarquias, o Senhor Deputado Correia de Campos, bem andou aí a ver se arranjava alguma ligação, que estava nas suas responsabilidades, não está. As funções de segurança, é uma das funções de soberania, está como a defesa, reserva do Governo, portanto, isto não é matéria dos Municípios e a prova é que, a Câmara de Viseu como algumas Câmaras o fizeram, tiveram que pedir um Contrato Local de Segurança que já foi aprovado pelo Senhor Ministro, isto revela que, não sendo matéria das Câmaras, para se exercerem é preciso ser contratualizado. O que significa que, nós vamos fazer segurança em função e em nome do Governo, mas é bom que se diga isto. Quem ouvir dizer que está nas suas responsabilidades, também eventualmente podia dizer que a Câmara por sua vez tinha um exército de Infantaria, não pode. Como não pode exercer funções de Justiça, não pode



exercer funções de Segurança, é bom que se saiba isto e o Senhor Deputado sabia isto perfeitamente. Não temos responsabilidades, estamos a assumi-las em nome do Governo, exactamente por iniciativa da Câmara. Já agora, só uma última coisa, em relação à intervenção do Senhor Deputado Pedro Ruas, achei extremamente importante, ele veio aqui lembrar um facto muito importante, que tem passado despercebido a uma boa parte das pessoas, que quando acham que dá jeito utilizam as Resoluções do Conselho de Ministros, quando não dão jeito, não as utilizam, não dão para nada. As Resoluções do Conselho de Ministros, só servem, depois se tiverem sequência, se servissem já tínhamos a Universidade Pública, está criada em Resolução de Conselho de Ministros, isto é para responder a algumas pessoas, que vem dizer, por exemplo, que o Senhor Primeiro-Ministro já reduziu o IMI, isto não é verdade, está em Resolução do Conselho de Ministros e portanto, vale a mesma coisa, que valeu a Resolução do Conselho de Ministros para a criação da Universidade Pública, que foi zero. Portanto, tudo aquilo que se reduzir aqui do IMI é responsabilidade da Câmara, não há Primeiro-Ministro que tenha responsabilidade a ver com isso, que é para não andarmos a confundir as coisas, para não andarmos a preparar o terreno, eventualmente para se dizer que foi o Senhor Primeiro-Ministro que reduziu o IMI, não há Resolução nenhuma, as propostas que aqui trouxermos futuramente são da nossa responsabilidade. Por último, dizer que, ficamos a saber que o Partido Socialista não tinha posturas equívocas, a Universidade, confesso que nunca vi, depois da tomada de posse do Ministro Mariano Gago, nunca vi uma posição do Partido Socialista sobre a Universidade, nunca. Podiam naturalmente ter sempre estado na primeira linha mas foi anteriormente, há três anos a esta parte, desde que o Senhor Ministro Mariano Gago, não sei se foi pelo nome, ficaram surdos também, não falaram absolutamente nada. Eu gostava de ver que resposta é que há desde que este Governo tomou posse, sobre a Universidade Pública, nem uma posição do Partido Socialista. Já agora, a última coisa do que foi dito pelo Doutor Ermida Rebelo, é uma novidade, nós acompanharmos este processo das petições, nomeadamente algumas instruções de Viseu, lembro-me do Piaget, eu recebi vezes sem conta o Senhor Professor Araújo Teixeira que chefiava a delegação, nomeadamente com outros médicos ilustres já aposentados e que achava que o projecto do Piaget era excelente. Nós não tivemos nem Universidade Pública, nem Faculdade de Medicina Pública, nem Faculdade de Medicina de cariz Cooperativo, porque também não deixaram as Cooperativas tê-la, nem privada, porque nós não tivemos absolutamente nada. Acho sinceramente que ficou dado o mote, porque é que nós não temos Faculdade de Medicina. Já percebemos todos que ela era muito mais importante ser colocada no Algarve”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Acabámos o período “Antes da Ordem do Dia”, vamos passar à nossa “Ordem de Trabalhos”, aos dezasseis pontos que ela contém, vamos começar primeiro pela informação do Senhor Presidente da Câmara, sobre a Actividade Municipal, nos termos da Lei, dava de novo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a intervenção do período da Actividade Municipal”. -----

- **TRINTA E SEIS** – **SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Também muito rapidamente vou ler a intervenção que preparei para esta Assembleia Municipal. Prosseguindo uma política de melhoria ambiental e da qualidade de vida dos Viseenses, que residem e que procuram o Município para trabalhar e visitar. O Executivo traduz os seus objectivos em implementação de investimentos, que são um meio decisivo no planeamento estratégico que delineou. Não olvidando os investimentos que são garante da eco-sustentabilidade, de que são exemplo: A circulação de transportes públicos “amigos do ambiente”; O aproveitamento do potencial energético de recursos endógenos importantes (biomassa e água, essencialmente); Rede viária determinante de circulação fluida e energeticamente mais



benemérita, Circuitos ciclo-pedonais; Sistema de telegestão da rede pública de abastecimento de águas; Novos sistemas de deposição de resíduos; O Executivo vem materializando um conjunto de investimentos que requalificam, reabilitam e valorizam o Património Natural. A estratégia assenta nos vectores determinantes de conhecimento e valorização das componentes dos “green belt” e “brown belt” que se espriam pelos limites das Freguesias urbanas e periurbanas, mas que realçam a componente mais natural dos espaços verdes das Freguesias rurais. A rede de “percursos pedestres” que se estende por ora a várias Freguesias de Viseu: Calde; Campo, Cepões, Côta, Mundão; Santos Evos e São João de Lourosa, valoriza um património para muitos desconhecido e a que é fundamental dar visibilidade. Com tradução também ao nível da protecção civil, estes “percursos” foram devidamente limpos de infestantes, de lixos e desperdícios; foram sinalizados e viram exaltada a sua singularidade patrimonial: não há, efectivamente, dois “percursos”, idênticos. O envolvimento das Freguesias, através dos seus Órgãos eleitos, dos seus concidadãos e de Associações, é garante da manutenção e da sua valorização presente e futura. O exemplo do relevo dado às componentes do património naturalizado de Várzea de Calde ou de Santa Luzia, em fases diferentes, é bem a prova que é possível fazer reverter situações que pareciam irreversivelmente perdidas. O linho de Calde ou o quartzo de Santa Luzia constituem património naturalizado que estaria irremediavelmente perdido se não tivesse a valorização que estamos em vias de materializar. Também, na zona mais próxima das antigas Freguesias urbanas, o património natural ou naturalizado vem sendo alvo de uma especial atenção. A valorização da Cava de Viriato não incidiu apenas na sua vertente histórico-cultural. Não foi apenas e só objectivo reabilitar e recuperar o fosso adjacente ao talude; ou o talude propriamente dito; ou a envolvente do monumento a Viriato; mas também realçar a potencialidade do seu espaço verde. Foram efectuados o levantamento e a identificação das espécies botânicas e da fauna que enriquece os mais de trinta hectares da Cava. Oportunamente, será dado à estampa todo esse trabalho de campo. A Cava de Viriato terá como resultado da sua valorização física, uma maior atractividade para os viseenses mas também para os visitantes, pelo que uma estratégia para a sua fruição e animação assenta na obra feita, no sentido de melhorar a acessibilidade ao espaço patrimonial que será, proximamente, disponibilizado. Os sinais da passagem de “povoadores” pela Cava constituem um bom objecto para visitas guiadas, mas também os espécimens mais marcantes podem ser objecto de, por exemplo, “observação de aves”. Acresce que os investimentos realizados na Cava privilegiam o “andar a pé” e em “bicicleta” para que se possa “metabolizar” melhor o que a Cava tem para oferecer. O acesso à Via perimetral do Parque Urbano da Aguieira, com uma via ciclo-pedonal, permitirá uma melhor fruição de um espaço naturalizado (vinte e três hectares), atravessado na sua base de uma ecopista que pode ser prolongada pelos Municípios vizinhos. Este Parque integra as componentes do “green e do brown belt” da cidade. Numa segunda fase e, dentro do programa “parcerias para a eco-sustentabilidade”, no âmbito do QREN, poderá ser materializada a valorização destes vinte e três hectares, falo do Parque Urbano da Aguieira, se a candidatura, apresentada conjuntamente por Viseu, Tondela, Nelas, Mangualde, Santa Comba Dão e S. Pedro do Sul, for aprovada. Já sabemos que a primeira parte já o foi, isto é a ecopista entre Viseu e Santa Comba. Descendo um pouco mais, detemo-nos na valorização da Quinta da Cruz, mormente, na componente da “Quinta Pedagógica” em que o verde natural e naturalizado chegará aos visitantes, com privilégio para a população escolar. Esta componente tem a respectiva empreitada já adjudicada. A reabilitação da “Casa Senhorial” e a futura edificação do Arquivo Distrital de Viseu, da tutela do Ministério da Cultura, em terrenos disponibilizados pelo Município, constituirão uma mais-valia para a freguesia de S. Salvador. A preservação da “Colina Verde” (encosta adjacente à ribeira de Marzovelos), a Quinta da Alagoa, bem acompanhada pela Escola



Superior Agrária, e os terrenos marginais à Primeira Circular Sul, levam-nos à Mata do Fontelo, alvo de estudo pela Escola Superior Agrária, e onde os investimentos no seu complexo desportivo e lúdico serão contempladas com a reabilitação do Pavilhão do Fontelo. O Solar do Dão, a Alameda Fuschini, as Piscinas Municipais, os campos de futebol de relva sintética e o Centro de Estudo, são mais-valias que se associam à componente verde. Futuramente, será possível estabelecer uma ligação mais coerente e natural com o Parque de Santiago e com toda a orla ribeirinha. O Parque de Santiago patenteia uma mais-valia ambiental da baixa do Pavia. Efectivamente, depois de penosos trabalhos de erradicação dos esgotos (Matadouro, pequenas unidades industriais, domicílios) que eram lançados no curso principal, o Pavia apresenta as suas águas em condições bem melhores. Ainda com uma carga orgânica variável, em função da adubação das terras das suas margens, que se traduz numa necessidade regular de contrariar a tendência para a entrofização, a água apresenta-se límpida, tornando viável o regresso de algumas espécies mais sensíveis às alterações do meio. Dentro de pouco tempo havemos de fazer um concurso de pesca no Pavia. O Parque de Santiago concilia a fruição de um espaço notável da margem esquerda do Pavia com o equilíbrio do ecossistema. A nobilidade da reabilitação/valorização foi bem apreendida pelos visitantes que contribuem para a dignificação dos mais de sete hectares de verde e vias ciclo-pedonais. A continuidade da valorização das margens é assegurada pelo trabalho executado no Parque Linear. Nas duas margens é, agora, possível circular da “Rotunda do Coval” até aos “Moinhos da Balsa”, passando pela “Ribeira”, pelo “Campo de Viriato”, “Feira de São Mateus”, passar por baixo da Av. Dr. António José de Almeida e, chegar ao Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, nos antigos “Moinhos da Balsa”; espaço mais vocacionado para os alunos das nossas escolas que, acompanhados, pelos seus educadores, poderão ter uma “lição” diferente e enriquecedora. Não está acabado o trabalho, pois estão ainda em causa investimentos de grande volume: A construção da barragem do Pavia, destinada a amortecer os caudais de cheia e a constituir uma “reserva” de água para a recarga do caudal, nos períodos de estiagem rigorosa; A execução das segundas fases do Parque de Santiago e da Cava de Viriato; A materialização da substância do Parque Urbano da Aguieira; A conclusão do “Funicular”, o qual poderá ser fortemente incentivador da ligação da parte ribeirinha da cidade ao seu “casco histórico”; O lançamento da empreitada de “reinterpretação do Parque Aquilino Ribeiro são desafios que, no curto prazo, devem ser vencidos. Para a fruição de todos estes espaços naturais e naturalizados, os cidadãos, reunidos ou não em Associações, e os Serviços Municipais darão, confiadamente, o melhor para promover a sensibilização, motivação e incentivo das “boas práticas” ambientais. Para concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixamos, igualmente, à consideração e análise de V. Exas., através das folhas em anexo, as matérias tipificadas no número quatro do artigo sessenta e oito da Lei número cento e sessenta e nove, de mil novecentos e noventa e nove, com a redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, designadamente: Situação financeira, saldo actual das dívidas e outras origens de fundos; Informação prevista na alínea d) do número um do artigo cinquenta e três: participações em entidades societárias e não societárias; Reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e seu estado; com vista ao acompanhamento legalmente previsto.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Madeira Antunes. -----

- TRINTA E SETE – SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO SILVA BENTO MADEIRA ANTUNES (PS) – Pede a palavra para fazer o seguinte pedido de esclarecimento: “É inegável que Viseu é de há muito considerado uma cidade verde, uma cidade jardim, por aqueles que aqui vivem ou visitam a cidade, com os espaços verdes emblemáticos como o Parque Aquilino Ribeiro ou a Mata do Fontelo. Verifica-se igualmente algum cuidado na limpeza e manutenção urbana, ou na plantação de árvores,



ou no ajardinamento dos canteiros, dos separadores centrais das rotundas e de outros espaços. Mormente no Centro Urbano e nas salas de visita da cidade, foram concluídas ou estão a finalizar, finalmente alguns espaços públicos, que vêm reforçar uma certa matização verde natural ou naturalizada da Cidade de Viseu. Refira-se por exemplo a Cava de Viriato, do Parque Linear e do Parque de Santiago, que incluíram umas infra-estruturas da moda, como as ciclovias e vias pedonais que vão de encontro às necessidades e vivências contemporâneas, desfrutar o ar livre e praticar actividade física. Gostaria de enaltecer a Câmara Municipal de Viseu, pelo acordo alcançado recentemente com a autoridade florestal nacional, tendo em vista a requalificação da estrada de Nelas em Cepões. Na sequência do apelo à autoridade florestal para a agilização do processo do Parque de Lazer no perímetro na Serra do Crasto, por parte da Câmara Municipal de Viseu, aproveitamos a oportunidade para incitarmos a Autarquia a apreciar a ideia base do Parque Florestal em Castro Santa Luzia, representado pelo Doutor Miguel Ginestal em Setembro, de dois mil e cinco e posteriormente reiterado. Este projecto, mais ambicioso, de amplitude mais vasta, contribui para consubstanciar a imagem de Viseu Concelho da Floresta. No enquadramento das cidades médias nacionais, Viseu tem de facto de vincular imagens de marca, produtos ou serviços que gosta, como o Vinho do Dão que finalmente parece ter uma áurea nesse sentido. Efectivamente a cidade de Viseu vende a imagem da cidade verde, mas não chega. Há duas questões absolutamente decisivas para a avaliação do desempenho do actual Governo, que o Município de Viseu, que desvirtuou o discurso de hoje ou aquele que tem vindo a ser apregoado nos últimos anos. Primeiro, gostaríamos de sentir o mesmo zelo dos espaços públicos nas Freguesias Rurais e periurbanas, sem prejuízo saudar a implementação da rede de percursos pedestres, que para além de ficarem bem na fotografia, podem constituir-se como factor de interesse para a qualidade de vida nas aldeias. Sobre esta questão gostaria de ecoar apenas um extracto de um comentário que circulou esta semana na boa auto esfera de Viseu e que entendo paradigmático, face a uma realidade, que eu também vivo assim todos os dias, que eu passo a citar: Quando se ouve falar em qualidade de vida, quando se diz que Viseu é uma cidade onde é agradável viver, penso no local onde moro, a Quinta da Falorca nos arredores de Viseu no Mundão, tão perto e tão longe e que as ervas daninhas crescem onde deveriam crescer flores tal como inúmeras rotundas da cidade. Queria só mostrar uma fotografia, que tirei na quarta-feira no Rio Pavia perto da ETAR de São Salvador e deixar aqui uma questão ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, em jeito de momento da verdade, considere efectivamente que o Concelho de Viseu é ambientalmente exemplar, era só”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de São José, Dário Costa. -----

- **TRINTA E OITO – DÁRIO DE ALMEIDA COSTA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOSÉ (PSD)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma:

“São muitos os que nos visitam e têm vontade de voltar, basta estarmos atentos aos Órgãos de Informação para sabermos que Viseu é a melhor cidade para viver. De facto, só não será assim, para quem não quer ver. Em tantos elogios, pessoalmente registei dois, que gostaria de recordar. Em tantas visitas à nossa cidade feita pelos governantes, um deles o actual Ministro da Cultura, outro o Senhor Engenheiro Carrilho, este último com conhecimento de causa e outro, que de passagem, ainda jovem que é, agora mais recentemente, ambos testemunhos mais que suficientes de que em Viseu é bom viver. Assim podemos ficar descansados relativamente onde vivemos, na verdade falta-nos algumas coisas para podermos fixar os nossos jovens, evitamos que estes tenham de procurar outros pontos do País e o estrangeiro, o seu primeiro emprego e outros tipos de equipamentos, que nós não temos, bem como proporcionar a vinda de outros, mesmo o seu regresso. No entanto, isso decerto cabe aos Governos dotarem-nos de serviços, não deixar fugir os que cá estão. Agora, voltando ao assunto que o Senhor Presidente hoje nos trouxe



aqui, tem a ver com a melhoria ambiental, leva-me como representante da Freguesia de São José a não ficar indiferente, até porque esta Freguesia, como tantas outras, graças à boa estratégia da nossa Câmara Municipal, aqui com o apoio do Governo, beneficiou e em muito do Programa Polis. Daí o aparecimento do Parque de Santiago, Parque Linear do Pavia com toda a zona envolvente à Feira de São Mateus e já que falo desta, não abduco de deixar de congratular-me com a forma como ela mais uma vez decorreu, ultrapassando esta ano as quarenta e cinco mil entradas em relação a dois mil e sete, o que demonstra bem o gosto que as pessoas têm em visitar este certame, que de ano para ano tem melhorado e que este ano com a valorização ambiental, proporcionou aos seus visitantes ficarem não só com o espaço da feira, mas poderem usufruir de toda aquela zona de lazer, espaço este, que no futuro virá a ser enriquecido pelo funicular. Muito brevemente vamos ter outros espaços, já foram aqui referidos pelo Senhor Presidente da Câmara, o Parque da Aguieira, a Cava de Viriato, mas muitos outros espaços existem na Freguesia, tais como: Jardim de São Pedro na Esculca, a zona verde na Quinta da Carreira, vários jardins na Estrada Velha de Abraveses, da Aguieira dois mil, além de outros que já existiam criados recentemente, espaços que proporcionam aos seus residentes uma boa qualidade de vida. Falo em nome da Freguesia de São José. Todavia, se dermos uma volta pelo nosso Concelho, encontramos Freguesias com espaços com tanta qualidade ou melhor dos que acabei de referir. São estas razões, mais que suficientes para que os Viseusenses sintam orgulho na Câmara que têm e na cidade que ajudaram a construir e eu aqui, acrescentava ao Deputado que me antecedeu, que uma cidade jardim é uma cidade verde pinho, que dá gosto viver, cidade das rotundas e porque não, será a cidade dos ensinamentos, isto porque Viseu de certo pode bem ensinar a quem queira, como foi capaz de se tornar uma das cidades mais apetecidas para viver”. – -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Côta, Joaquim Polónio. -----

- TRINTA E NOVE – JOAQUIM POLÓNIO LOPES – PRESIDENTA DA JUNTA DE FREGUESIA DE CÔTA (PSD) – Pedes a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Antes da questão que eu desejo colocar, permitam-me que, primeiro felicite a Câmara Municipal na pessoa do Doutor Fernando Ruas, pelo facto da semana passada, quando o Senhor Ministro da Agricultura e do Senhor Secretário de Estado e do Senhor Presidente da Autoridade Florestal estiveram no Salão Nobre da Câmara, pelo facto de ter chamado à discussão pública e à atenção dos nossos governantes para o património de Vale de Cavalos, na nossa Freguesia de Côta. Por isso o nosso reconhecimento e as nossas felicitações à Câmara. A questão que eu venho colocar, é sobre a situação do Centro de Saúde dois, já aqui se falou diversas vezes e eu gostaria de saber qual é o ponto de situação, para que não se arraste por muito mais tempo aquele facto de as pessoas com dificuldade de locomoção, ou com alguns ferimentos nos membros inferiores tenham que se deslocar àquele centro sem ter uma acessibilidade condigna para o poder fazer e condições capazes de o poder fazer. A minha Freguesia e não só são servidas por aquele centro de extensão de Cepões, mas no entanto, até com a retirada de um dos médicos de Cepões, basta que um deles esteja de férias ou doente, para muitos doentes se deslocarem para ali, por isso somos constantemente confrontados com esta dificuldade. No mínimo enquanto as Unidades de Saúde, penso eu que irão resolver esta situação, não forem implementadas, que coloquem na extensão de Cepões, enfermagem para prestar estes cuidados, porque lá tem condições para esse efeito. Por isso mesmo, fica a questão, fica o pedido para saber qual é o ponto de situação e se isto entretanto se puder resolver, que se resolva, porque no entanto já tinha até sido aqui mais ou menos prometido e assente que as instalações passariam a funcionar noutra local até que se resolvesse a situação e até ao momento pelo menos publicamente, não sabemos qual é o ponto da situação.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Silgueiros, António Carlos. -----

- QUARENTA – ANTÓNIO CARLOS LOPES COELHO DA SILVA – PRESIDENTE



DA JUNTA DE FREGUESIA DE SILGUEIROS (PSD) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Por várias vezes, eu já abordei quer em reuniões descentralizadas de Junta, quer na Assembleia Municipal, o problema que nos afecta em Silgueiros e que se prende ao estado lastimoso das margens do Rio Dão. Trata-se de um excelente cartaz de visitas, que nós temos em Silgueiros, a aldeia de Póvoa Dão, o mesmo não poderemos dizer do estado a que chegaram as suas margens. Envergonha-nos aquele espectáculo triste, que nós ali temos. A quem é que nós nos podemos dirigir e que nos pode valer nesta situação, é uma questão que eu deixo. Aproveitando o facto de estar aqui, para falar na Póvoa Dão, porque sei que pelos menos a empresa disse, que a ponte já tem paternidade. Queria saber se está prevista alguma intervenção, se o Senhor Presidente da Câmara tem algum conhecimento de alguma intervenção, para proceder a obras de requalificação daquela ponte.” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Fragosela, António Lopes. -----

- **QUARENTA E UM – ANTÓNIO DE ALMEIDA JESUS LOPES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FRAGOSELA (PSD)** – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Eu, o que me traz aqui, não estava na minha ideia cá vir. É que ouvi falar aqui muito de limpeza, rotundas sujas, ou por limpar, eu queria aqui lembrar, duas rotundas que temos em Fragosela, a única que é da responsabilidade da Autarquia, que está ajardinada, tem rega é limpa todas as semanas, mas há duas rotundas que são o cartaz de visitas, quem vem da Avenida da Europa e entra em Viseu, que para além de estarem sujas, as vezes que foram limpas por nós, que as mandamos limpar, mas não vamos mandar mais, porque custa dinheiro e não temos verbas para o fazer. Recentemente pedi, antes da volta a Portugal, como vem sempre um acréscimo de pessoal ali da Feira de São Mateus, pedi ao Administrador da ENOR, já que a EP não o fazia, para ver se o podia fazer. Comprometeu-se a ir ver, segundo ele diz que tinha sido posto a concurso a A vinte e cinco, é uma empresa que iria limpar e ia fazer todos os esforços, a mandar limpar, quer as duas rotundas, quer os acessos. Porque, entre as duas rotundas circulam as pessoas das aldeias, se tivessem uma máquina fotográfica iam tirar fotografias e mandavam para o Presidente do EP.” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Cruz. -----

QUARENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “O balanço que é feito do ambiente em Viseu, não deixa grandes margens para dúvidas. A política ambiental tem sido uma política de ziguezague, não resolveu os problemas da primeira geração das questões ambientais, nomeadamente o saneamento básico e o abastecimento da água. Lançou-se para uma etapa seguinte, resolver os problemas da segunda geração, também não os resolveu e portanto nós continuamos aqui, no ponto de vista ambiental, numa situação deficitária. A única coisa, que é um “super-habit” para a cidade, é o facto desta cidade ser uma cidade natural e que não foi fustigada pelas vagas industrias com que outras cidades foram fustigadas e isso é a única reserva natural que temos. A política municipal ambiental está ainda num nível muito primário. Mas a questão que me traz aqui não é propriamente avaliar a questão ambiental, é para avaliar a situação financeira da Câmara Municipal. Foi distribuído nesta Assembleia uma informação do auditor externo relativamente ao primeiro semestre de dois mil e oito e apraz-nos. O Partido Socialista congratula-se com esta informação financeira, que pela primeira vez e depois de ter sido contratualizado um auditor externo, é presente nesta Assembleia, é importante na história do Município e desta Assembleia, no momento que quis sublinhar e ainda bem que está e esperemos que continue. É evidente que, a auditoria apresentada pela sociedade, revisão de contas, deixa-nos aqui, relativamente à forma como vai ser executado o orçamento para dois mil e oito até ao fim do ano. A preocupação básica é o facto de termos subido as despesas correntes e subiram cerca de dezanove por cento e



estas despesas subiram à força de gestão de orçamento com base na permutação de verbas, que vieram nas despesas de capital, reforçando estas, para justamente dar execução aos compromissos que entretanto a Câmara Municipal foi assumindo. Ora aumenta a despesa municipal corrente. É evidente que, os dados aqui trazidos de hoje na Comunicação sobre a Actividade Municipal e situação financeira, já denotam efectivamente entre Junho de dois mil e oito a Setembro, há uma evolução, todavia persiste a preocupação no que diz respeito à forma como o Senhor Presidente vai executar o seu orçamento, naquilo que diz respeito às despesas de capital, estas tem neste momento dezanove por cento é uma questão de propor, vejo com alguma limitação a possibilidade de cumprir o seu orçamento para dois mil e oito. Mais do que isso aquilo que vinha reforçando as execução orçamental que permitia chegar aqui no final do ano com níveis elevados de execução, tem aqui um problema é que efectivamente, por via do aumento da despesa corrente vai-se reduzindo o saldo corrente do exercício, o que significa, que esse reforço da poupança, dificilmente suportará o encargo, que o Senhor aqui assumiu, relativamente à despesa de capital para dois mil e oito”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- QUARENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO DOS SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD) – Pede a palavra para fazer um pedido de esclarecimento:

“Eu neste ponto queria pôr aqui dois aspectos, que eu gostava que o Senhor Presidente da Câmara respondesse. Um deles concretamente diz respeito às máquinas de venda dos talões de estacionamento. Tem-me sido dito, por várias pessoas, que a maioria das máquinas, não posso afirmar, não quer dizer que sejam todas, mas é a mais larga maioria e pelo menos não me referenciaram nenhuma nessas condições. A tecla em que dá a possibilidade de um indivíduo abortar a operação, portanto, mete a moeda e se a quiser retirar esse tecla está bloqueada. A maioria das vezes, uma pessoa, que meta uma moeda elevada e que dê conta que era conveniente abortar aquela operação, porque vai estar muito menos tempo a estacionar e querer substituir a moeda, não consegue fazer isso e muitas vezes, tem que tirar aquele montante em estacionamento que não vai utilizar. Acho que isto é incorrecto da parte da Empresa que explora os estacionamentos e portanto, queria chamar isso à atenção e dizer ao Senhor Presidente da Câmara para poder tomar uma atitude referente a tudo isso. Outro aspecto, é o estacionamento dos carros junto à Escola Amarelinha, debaixo do túnel que passa por baixo da circunvalação. Além de ser proibido é perigoso este estacionamento, mas sistematicamente há lá carros estacionados, então no período de obras pior, era fundamental que fosse dada ordem à Polícia Municipal para que se tomassem ali atitudes muito firmes, a ver se se retira esse mesmo hábito às pessoas, bem como também nos cruzamentos da Avenida Infante Dom Henrique, é constante o estacionamento dos carros em cima das curvas. Qualquer viatura que saia dos cruzamentos para a Avenida Infante D. Henrique tem graves e sérias dificuldades para ver os carros que circulam na Avenida, porque os carros estão sistematicamente em cima dos cruzamentos. É um trabalho importante que acho que a Policia Municipal poderá tomar, mas também a Policia de Segurança Pública que sempre teve responsabilidade nisso e que nunca ligou. Por fim Senhor Presidente, já que estamos a falar de ambiente e trânsito, quero congratular-me pelo Ecoponto da Praça de Goa estar totalmente enterrado, já está há uns tempos, é todo subterrâneo, mas à uma coisa que me causa uma certa perplexidade. Aquela Praça, é uma Praça com um formato muito esquisito, de qualquer modo pode-se considerar uma Praça central e tem as ruas e passeios à volta, o Ecoponto está colocado na Praça central, as pessoas para despejarem os lixos e os resíduos urbanos tem que atravessar para a parte central. Ela tem, podemos considerar três fases, de nenhuma dessas fases, nenhum desses passeios há uma passadeira para acesso aos peões. Acho que era fundamental, em toda essas fases que houvesse passadeiras para as pessoas poderem ter acesso em segurança à placa central para poderem ir utilizar



o Ecoponto.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

QUARENTA E QUATRO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –

Pede a palavra para responder às questões que lhe foram colocadas. “Confesso que fiquei extremamente satisfeito com as perguntas que me foram colocadas, eu que vinha municiado com uma série de perguntas que estavam aí na “Ordem do Dia”, as tarifas de disponibilidade, o aumento da água, etc., etc., ninguém colocou isso e eu estava à espera de responder aos Senhores Deputados que as colocaram aqui algumas vezes, mas pelo vistos... Estamos a falar de coisas importantes, muito importantes, mas que também têm resposta fácil, mas de facto, são coisas que me parece que são menos estruturantes do que aquilo que eventualmente se colocou aqui com tanta veemência em reuniões anteriores. Começava por dar resposta ao Senhor Deputado Madeira Antunes, primeiro deixe-me dizer-lhe, de vez em quando também vou à auto esfera ver algumas coisa que não gosto. Tem essa desvantagem, as pessoas não dão a cara, escrevem à vontade, mas o que eu lhe queria dizer, nós que damos a cara, é que o bairro da Falorca, já foi adjudicado e já agora, talvez possa responder ao cibernauta o seguinte: É que, e a Câmara já o contou em pormenor, fizemos isso em nome do empreiteiro que fez aquele bairro, havia essa obrigação, não fez os arranjos exteriores e a Câmara para além de ter que aguardar pela falência do mesmo, retirou a obra, faz a expensas do erário público, uma obra que custa, esperava aqui que alguém me ajudasse, cerca de duzentos e cinquenta mil euro, é isso que custa? Portanto, obra que o empreiteiro não fez, não havia obrigação e a Câmara vai fazer agora a obra. Essas silvas que existem no Bairro da Falorca, se alguma coisa eu tenho que fazer justiça, faço com muito gosto, é ao Senhor Presidente da Junta de Mundão que sistematicamente conhece a situação e constantemente nos colocava a questão. Está sossegado porque naturalmente conhece todos os passos em relação a esta obra, eu gostaria de dizer se tiver oportunidade em meu nome ou se tiver nota, fique descansado que dentro de pouco tempo se ele quiser o nome, eu convidado-o para ir à inauguração da requalificação do Bairro da Falorca. Já agora, a requalificação da estrada das Nelas, Cepões, há muita gente a pensar que é a estrada de Nelas lá de baixo, havia muita pessoas a pensar que era essa. Nesta estrada Nelas, Cepões, há uma vantagem vinda do Senhor Ministro da Agricultura, parece que retirou finalmente a acusação que andava a ser apregoada que a Câmara é que não queria requalificar a estrada, sendo que agora toda a gente nos faz justiça. Tivemos que assinar um protocolo para requalificar a estrada, foi preciso que alguém nos desse autorização de uma estrada que era património do Ministério. É tanto que nos foi concedida por noventa e nove anos, como sabem, quem esteve no Salão Nobre. A estrada não é nossa, tivemos que pedir autorização em nome das populações para agora requalificar. Gostaria de deixar isto aqui com esta preocupação e as pessoas que andaram sempre a dizer publicamente que a culpa era da Câmara, mais com idas frequentes à população para nos culpabilizarem, sabem agora que a culpa não é da Câmara, esta vai requalificá-la em nome do Estado que pelos vistos abandona tudo, foi o que fez com Vale de Cavalos, o Senhor Presidente da Junta já o aqui trouxe, também já pedi para fazermos exactamente a mesma coisa. Faz com todas as estradas. Note, estão mais preocupados com esta estrada, porque é esta que dá resposta a uma povoação, porque o abandono continuou por esse Concelho. Não falamos das estradas florestais do Crasto, essas também a ligação de Abraveses a Quintela de Orgens, essas nem são estradas florestais, mas essas estão completamente abandonadas, como está abandonada a de Vale de Cavalos, como estão abandonados os espaços por aí, nomeadamente alguns sem nenhuma justificação. O Senhor Presidente da Junta de Abraveses, há mais não sei de quantos anos, que pede sistematicamente um protocolo com um projecto devidamente feito para tomar conta de uma parte do perímetro do Crasto. Dizendo as vantagens que tem, um parque de merendas, etc., etc., e sistematicamente lhe é negado. Portanto, queria



dizer que também estamos à espera que esta nova Autoridade Nacional Florestal eventualmente também possa, pelos vistos a ideia é essa, livrar-se entre aspas de património que está abandonado e que podia servir às populações. Depois diz, que não há zelo nas Freguesias Rurais, eu vou dizer-lhe isto mais uma vez. Qualquer um dos Senhores Presidente da Junta lhe pode mostrar aquilo que tem feito, eu acho que é uma injustiça, podem continuar com isso de todo o tamanho o que fazem às Freguesias Rurais, quando dizem que não há ajardinamento nas mesmas, nem fazem ideia do trabalho que é feito por aí, não fazem nenhuma ideia. Porque se não via espaços verdes em Freguesias, que nunca pensaram ter espaços tão bem ajardinados como os que há por aí. Eu convido-o a dar um salto às Freguesias. Os Presidentes de Junta, tenho a certeza, que lhe mostram os espaços concebidos agora nestes últimos anos da sua responsabilidade. Eu acho que, é uma injustiça dizer que nas Juntas de Freguesia não há espaços verdes. Nós temos um protocolo em que pagamos aos Senhores Presidentes de Junta a limpeza das zonas e o tratamento dos espaços verdes, então fazemos um protocolo de coisas que não existem, nós não somos muito disso, temos muito cuidado, até dizemos aos Senhores Presidentes de Junta quando vigiamos e vimos que aquilo não está bem, pedimos o protocolo, por isso não venha dizer nada disso porque é uma injustiça de todo o tamanho. Bem, porque os percursos pedestres deixaram muita gente incomodada. Foi uma ideia nova. É a primeira vez que as pessoas começam a conhecer o Concelho e digo-lhe com todo o gosto que participei em todos os percursos pedestres, fi-los todos a pé, com todo o gosto e com boa pedalada, as pessoas deram conta, sempre ali no ritmo certo e fui sempre acompanhado no mínimo por duzentas, ou trezentas, ou quatrocentas pessoas. Foi o impacto que causou nas populações, que pela primeira vez viram pedaços da sua Freguesia a serem reconhecidos por pessoas, que de outra forma nunca lá apareceriam. Eu gostava de ver mais gente a fazer os percursos pedestres, para depois conhecerem bem o Concelho, espaços bonitos, os espaços pedestres são anunciados publicamente, com muito tempo. Depois diz o rio a jusante da ETAR, então mas agora também é da nossa responsabilidade o rio. Então é tudo da nossa responsabilidade. Desculpe lá, o rio a jusante da ETAR, se é a descarga? Há uma coisa que foi criada há pouco tempo que se chama “Polícia do Ambiente”, esta vai lá, faz a sua análise e naturalmente se tiver que multar a Câmara que o faça, não tem problema nenhum. Nós requalificamos aquilo que é da nossa responsabilidade e isso temo-lo feito e de que maneira. Agora a pergunta, eu não tenho resposta. Acha que Viseu é um Concelho ambientalmente correcto? Eu, correcto acho que sim! Foi a única Autarquia do País, que recebeu um prémio Nacional do Ambiente dado por uma Ministra do seu Governo veja lá, a única, se esta não é correcta, as outras são todas um desastre, foi única, tenho lá na Câmara, posso-lhe mostrar, Prémio Internacional do Ambiente. O Senhor Presidente da Junta de São José, veio dizer aquilo que, veio cá dizer o Senhor Ministro da Cultura, e da Agricultura e eu folgo muito de ser o Dário a dizê-lo aqui, porque se fosse o Fernando Ruas, o Senhor Deputado Correia de Campos dizia uma coisa “Elogio em boca do próprio é vitupério”. Ó Senhor Deputado, olhe que culto não é quem diz que é, eu conheci este provérbio há menos tempo que o Senhor Deputado, apenas porque sou mais novo, mas conhecia-o desde miúdo, foi uma das coisas que aprendi. Queria dizer-lhe que, não fui eu que disse, foi o Senhor Presidente da Junta, espero que não lhe digam a mesma coisa, porque se referiu exactamente aquilo que eu fiz na última intervenção e causou tanta celeuma aqui nesta Assembleia. O Senhor Presidente da Junta referiu o que disse o Senhor Ministro da Agricultura e o Senhor Ministro da Cultura e eu referi da outra vez, o que tinha dito um jornalista, que eu não conheço, foi a única diferença, é que esses não são Ministros, aliás isto está na moda. Como sabem, há coisas, que tem muita importância num sítio, outras não tem. Distribuir casas num sítio é mau, distribuir casas noutra sítio, já não é assim tão mau, as coisas tem interpretação de acordo por quem os pronuncia. Vamos por partes, eu sobre o Viseu ambientalmente correcto, remeto para mim o Prémio



Nacional do Ambiente e se me encontrar mais alguma Autarquia, que tenha sido atendida pela Ministra Elisa Ferreira, sim senhora, ou daí para cá, que os Ministros do Ambiente zelosos não atribuíram a mais ninguém, é porque não houve mais ninguém que se distinguisse com o valor para ser Prémio do Ambiente. Depois queria acrescentar aquilo que disse o Senhor Presidente da Junta de São José, mais um outro factor para além daquilo que as pessoas dizem, dizia-me no outro dia alguém que não tinha nada a ver com a minha base de apoio, é impressionante a diferença de opinião das pessoas que nos visitam, para aquela que é referida aqui, sobretudo pelos Partidos da oposição sobre Viseu. Agora, até ouvimos o seguinte: Dizer que é bonito pelas condições naturais, foi preciso alguém que veio de Leiria, Viseu é bonito por causa das suas condições naturais, nós aqui não fizemos nada está tudo na mesma. Isto também aqui cada um fica naquilo que lhe parece, nós não fizemos nada, herdamos aquilo exactamente como estava, que o Senhor Deputado conheceu muito bem, Viseu é bonito porque já era. Como o Rio de Janeiro nasceu com favelas, era bonito. Uma boa teoria, também herdámos um País bonito mas estão a estragá-lo, essa é que é a grande verdade. Já agora, queria referir como um dado que é importante, se calhar não repararam no número de idosos que vieram de outros Concelhos no último fim-de-semana, naturalmente não foram para o “Deserto do Sahra”, vieram para Viseu, nem escolheram outros Concelhos, anda tudo enganado. Sobre o Centro de Saúde Número Dois, o Senhor Presidente da Junta ouviu o esforço, que foi aqui dito. O Senhor Deputado Correia de Campos na altura disse, que era uma vergonha para todos nós o Centro de Saúde estar onde está. A Câmara fez aquilo que lhe competia, indicou alternativas, indicou o Centro Académico, não conheço o proprietário não faço ideia, como uma boa alternativa e depois indicamos ainda um outro Centro Comercial na Rua Capitão Silva Pereira, também achamos que era uma boa alternativa e portanto, nada disto serviu e o Centro Saúde continua instalado no mesmo sitio, com aquela acessibilidade óptima. Não é da nossa responsabilidade. Também já ouviu mais alguma vez, voz sem ser esta, nada. Portanto, também há gente que se confina ao silêncio e de que maneira. Sobre aquilo que o Deputado Esteves Correia me perguntou eu queria dar-lhe resposta, eu não conhecia essa questão, não me tinha chegado a mim pessoalmente, mas uma coisa eu sei, o que me chegou é que está neste momento a decorrer um concurso para os Parques de Estacionamento e para os parcómetros, sei que o interesse está a ser tão grande que dezasseis empresas levantaram os documentos, o que significa que, esta procura vai rejuvenescer os equipamentos que estão desadequados. Sobre a questão que levantou sobre o estacionamento incorrecto, eu partilho isso. Quantas intervenções públicas eu tive nesse sentido e mais, há duas, três semanas tive uma reunião com o Comandante da Policia, com o da GNR e com o Senhor Comandante da Policia Municipal, exactamente para lhe referir estes pontos, enfatizando o aspecto do estacionamento em segunda fila e se houve algum estacionamento, que lhes referi foi o da Rua Nossa Senhora de Fátima, o da Avenida Engenheiro Carrilho exactamente na Avenida Infante Dom Henrique. O caso da Avenida Doutor António José de Almeida junto ao Lancheirão, a Rotunda de Santa Cristina, sei de cor, a rua junto ao Pingo Doce, todos estes que padecem constantemente de segunda fila a quem eu pedi aos Senhores representantes das Autoridades, que tivessem uma acção pedagógica que avisassem durante algum tempo e depois fossem severos, foi isso que me foi prometido e portanto, eu espero que já tivessem passado da acção pedagógica e que dentro de pouco tempo estejam a multar as pessoas. Sobre o Ecoponto, eu acho que o problema das passadeiras folgamos muito já estar nessa situação, porque é importante, isso parece que deve ser reforçado. É que nos últimos temos, tal como o Ecoponto da Praça de Goa, nós pusemos no terreno quinhentos mil euros de Ecopontos. Toda a gente deu conta, quem mora nos sítios onde há propriedade horizontal, o grande trabalho que está a ser feito com Ecopontos de dois mil litros espalhados pelos bairros residenciais, que permitem retirar aqueles contentores desusados



que ainda há muitos pelo País fora e que permitem ter o lixo salvaguardado em moloque. É isto que me oferece dizer sobre as perguntas que me colocaram.” -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz o seguinte: “ Está esgotado o primeiro ponto, vamos avançado com a “Ordem de Trabalhos”, com mais um ponto, o **Ponto Dois**, “**Imposto Municipal Sobre Imóveis - IMI**”. Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para abordagem deste tema, eu pedia aos serviços que distribuíssem um conjunto de informação que eu solicitei enquanto Presidente da Assembleia Municipal. Penso que é importante para o debate, que vamos fazer a seguir. Mandeí um e-mail à Associação Nacional de Municípios, em que solicitava na sequência das questões que se têm colocado quanto às taxas do IMI e no sentido de esclarecer os Membros desta Assembleia Municipal. Solicita-se a Vossas Excelências as seguinte informações, em cinco de Junho de dois mil e três foi assinado um Protocolo entre Ministério das Finanças, subscrito pelo Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Doutor Vasco Valdez e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, na pessoa do Senhor Presidente Doutor Fernando de Carvalho Ruas. Assim, solicito o envio do texto, do referido Protocolo, bem como a informação quanto à validade do mesmo, isto é, se está ainda em vigor. Enviei este e-mail no dia dez, foi-me enviada uma resposta, conforme solicitado, junto enviamos a Vossa Excelência, o texto do protocolo celebrado em cinco de Junho de dois mil e três entre a ANMP e o Ministério das Finanças. O Protocolo em referência destinou-se como se pode entender do respectivo texto, a concretizar formas de articulação entre o Ministério das Finanças e os Municípios no período transitório que decorreu entre a sua assinatura e a entrada em vigor dos Códigos do Imposto Municipal sobre Imóveis e do Imposto Municipal sobre transmissões honorosas de imóveis. Estes Códigos vieram a ser aprovados pelo Decreto-Lei número duzentos e oitenta e sete de dois mil e três de doze de Novembro. Tendo o CIMI, entrado em vigor em um de Dezembro de dois mil e três e CIMT em um de Janeiro de dois mil e quatro. Com a aplicação do Decreto-Lei número duzentos e oitenta e sete de dois mil e três e a entrada em vigor dos dois Códigos referidos, aquele período transitório terminou, deixando de estar em vigor. O Protocolo em apreço, o qual substituído pelo normativo legal, em anexo o Protocolo celebrado. São informações que eu dei, para os Senhores Deputados, como complemento informativo no debate que iremos fazer a seguir. Feito este esclarecimento e distribuição, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar este ponto da Ordem de Trabalhos”. -----

- **QUARENTA E CINCO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Eu peço desculpa, é que não vai levar a mal Senhor Presidente, porque eu passei uma folha das minhas e não dei respostas a dois Deputados, que intervieram e que eu confesso, que passei uma folha. Um, foi ao Senhor Presidente da Junta de Silgueiros, que me colocou uma questão, nomeadamente, também foi trazida aqui a esta Assembleia, como a Ponte Azevedo Sobral em Pedra Cavaleira, nas margens do Dão, entre a margem do rio que dá acesso à Póvoa Dão e à Pedra Cavaleira, é da responsabilidade da Câmara. Fomos uma série de vezes abordados, para dar uma série de explicações sobre a mesma e agora também está o assunto perfeitamente desvendado, porque o INAGUE nos diz que vai fazer inspeções subaquáticas. Assumi por esta via a personalidade da Ponte, já se sabe a partir de agora, não venham aí outras pessoas arranjar, sobretudo quando há problemas, que a Ponte é Camarária. Porque está preto no branco, que a Ponte é da responsabilidade do INAGUE, de qualquer maneira vou deixar o Senhor Presidente da Junta, mais descansado como a Ponte que vai ser inspeccionada, vai reforçar a segurança entre as duas margens. Depois o Senhor Presidente da Junta de Fragosela trouxe aqui um assunto, também não lhe dei resposta, que tem a ver com o estado das Rotundas, para reforçar aquilo que eu disse. Aquilo que está em algumas aldeias ainda em estado miserável foram aquelas rotundas, que foram feitas por a



Administração Central e que não lhes deu qualquer sequência. Se querem um exemplo para além daquele de Fragosela, são todos os nós que dão com os IP (s), todos eles estão uma vergonha, um contraste com aquilo que vemos nas estradas do Litoral e também, as Rotundas na EN dois na saída para Tondela, nenhuma daquelas é da nossa responsabilidade, quando forem não estarão assim, estarão como as outras rotundas, devidamente tratadas com rega automática e naturalmente com flores como nós gostamos, este é o contraste entre uma e outra. Depois, esqueci-me de dar resposta, não que não tivesse vontade, ao Senhor Deputado João Cruz, só lhe falei numa situação, mas outra coisa muito importante, nós trouxemos a Auditoria Externa por imposição legal e quando é obrigatório para o fazermos, quero realçar este facto, pensei que era para louvar a Câmara, mas pronto. Agora veio dizer uma coisa, que eu não percebi, não sei de onde é que tirou isso da Auditoria, que nós retiramos despesas de capital para correntes, não, é exactamente o contrário. Se há uma das coisas, que nas contas da Câmara sempre se enfatiza, são a retirada das receitas correntes para despesas de capital, é uma das performances da Câmara, constantemente. Agora eu sei do que é que estava a falar, percebi há bocadinho o nervosismo, porque é que a Câmara não assinou o Contrato com o Ministério da Educação, é exactamente aí que os Senhores querem chegar. Os Senhores transferiram-nos uma série de coisas, passaram-nos a actividade curricular e agora culpam-nos por termos despesas correntes a aumentar, essa é que é a questão. Os Senhores querem constantemente, não querem mais nada, querem passar competências para as Câmaras, para depois virem acusar este malandro de aumentar as suas despesas com o pessoal. Então será que o Senhor Deputado não sabe, que as despesas públicas correntes numa Câmara são virtuosas. Uma Câmara, que faz despesas correntes, fá-las por causa da Actividade, ou faz porque tem o parque com actividade de educação física e portanto, tem que arranjar alguém que garanta o trabalho extraordinário, ou porque dá trabalho extraordinário aos Bombeiros, ou porque tem equipamentos que constrói e é preciso acompanhar e por isso não percebo essa dificuldade, que tem em aceitar que as despesas correntes o facto de terem aumentado, só é bom sinal. Uma coisa que eu sei, dentro de pouco tempo, vamos tratar disso, do limite de endividamento e vê que a própria Direcção-Geral das Autarquias Locais nos concede e refere, que temos uma capacidade de tal maneira grande, que podemos contrair alguns empréstimos. Eu fico muito descansado, que esteja preocupado com a situação da Câmara sobre as contas, mas ó Senhor Deputado, vire a sua atenção e a sua preocupação para o outro lado, onde o Senhor tem mais responsabilidades, deixe estas, porque estas estão perfeitamente salvaguardadas com gente que as domina. Veja lá é se deixam de pagar as reformas e essas coisas todas, aí é que é mais complicado. Eu queria então apresentar, se me permite, o outro ponto e que tem a ver com as taxas e a redução, eu gostaria de dizer a este propósito o seguinte: Há bocadinho, “Antes do Período da Ordem do Dia”, fiz questão de realçar até para que se soubesse, que uma Resolução do Conselho de Ministros, que não tem sequência, não tenham efeito. Quero dizer que a Câmara de Viseu como acontece com outras Câmaras, eu dou apenas e de forma positiva, porque congratulo-me com o facto o impacto que teve a descida da Câmara de Braga, em termos de imposto de IMI. Saiu em tudo quanto foi sítio e na comunicação escrita, aliás, o meu colega de Braga e muito justamente, foi inclusivamente entrevistado por uma canal de televisão a perguntar-lhe porque é que era aquela descida, eu gostaria que as pessoas confirmassem. Os impostos em Braga são exactamente iguais às taxas de Viseu. O que eu queria dizer aqui, é que podem arranjar outros números. A Câmara baixou vinte por cento das taxas máximas no imposto e doze e meio por cento no outro, passou de zero vírgula oito, para sete, dá doze e meio e de descida passou de zero cinco para zero quatro e dá vinte por cento de desconto de alteração de redução e esta é da nossa inteira responsabilidade.” -----
 - MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mendes Silva. -----



- **QUARENTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: "Foi recentemente divulgado, julgo que a semana passada, o estudo da Direcção-Geral das Autarquias Locais, segundo o qual, cada português pagou em média duzentos e trinta e cinco euros e doze cêntimos, em dois mil e sete de impostos municipais, o que equivale a um aumento de vinte e cinco vírgula nove por cento, grosso modo, trinta por cento, em relação a dois mil e seis. Ainda e segundo o estudo das Autarquias Locais, este aumento deve-se ao aumento do IMT trinta e três por cento e do IMI trinta e dois por cento. Tendo em conta que os portugueses têm cada vez menos disponível este aumento, que demonstra em toda a plenitude a pressão fiscal a que estão sujeitos os portugueses, é verdadeiramente irresponsável e imprudente, aliás, a talhe de foice, não gostaria de deixar de congratular com admissão do Partido Socialista, que o IMI continua a ser um sorvedor dos familiares. Gostava que dissessem a mesma coisa relativa a todos os impostos, que aumentaram, quer as taxas que é um modo de cálculo e etc. Continuando, gostaria de dizer aqui, que não vale a pena esmiuçar por aí além, as várias posições que tem vindo a ser estendidas ao longo deste Mandato pelos vários Partidos, relativamente a esta matéria e elas são bem conhecidas. Da parte do CDS, sempre nos congratulamos com as condições de equilíbrio orçamental do Município, mas sempre alertamos também, que para o facto desse equilíbrio não constituir um fim em si mesmo, devendo em última análise uma estância permitir sempre uma redução significativa da carga tributária municipal. Perante esta posição o CDS foi sempre acusado, bem nos lembramos de irresponsabilidade e populismo, enfim, quando não há mais nada para dizer é sempre aquela acusação por defeito, que se faz ao CDS. Para além disso, o que a Câmara Municipal culpa sistematicamente o Estado Central, por causa das correcções ao zonamento e aos coeficientes de localização, que porventura terá razão, tem a minha solidariedade. No entanto, quer dizer se a Câmara Municipal se queixa tanto dessa questão e quando diz que por exemplo, que incita a Câmara Municipal, não pretende abdicar de baixar os valores do coeficiente de localização e do reflexo na consequente baixa patrimonial tributáveis dos imóveis. A qual se traduz num abaixamento dos impostos a pagar, por quem compra e quem vende. Eu pergunto se é esse o desidrato final? Se é esse o objectivo último, se é baixar os impostos porque é que não actua directamente naquela que é a sua competência principal que são as taxas. Aliás, percebe-se que a Câmara Municipal num magnífico jogo político de antecipação, os meus parabéns. O Senhor Vereador Ginestal está a dar com a cabeça mas enfim, em jogos de antecipação os Vereadores do Partido Socialista, também deram uma boa lição, quando nos vieram antecipar a sua proposta antes da reunião da Câmara. Para concluir e pegar na sequência, é de facto uma decisão no bem sentido, não quer dizer que seja propriamente uma decisão, desde logo porque não é significativa e acompanha meramente a descida anunciada pelo Governo. Claro o Senhor Presidente da Câmara diz que foi anunciada, foi proposta mas provavelmente será proposta no Orçamento de Estado, terá que ser aplicada, não sei se terá nem se não, o Senhor Vereador Ginestal está a dizer que não, então quer dizer que não se vai aplicar, em dois mil e nove? Então vai aplicar-se? Então se é certo, que em dois mil e nove já vão virar estes valores, a verdade é que presumo eu, que a boa técnica legislativa, que qualquer Câmara Municipal que aprovasse qualquer valor superior a estes, é obrigada por Lei a reduzir para estes valores. Portanto Senhor Presidente, em dois mil e nove, a grande probabilidade é que a Câmara Municipal de Viseu, cobrará taxa máxima no IMI". -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Cruz. -----

- **QUARENTA E SETE – SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS)** – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: "Em primeiro lugar uma referência à iniciativa, que tomou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de enviar um pedido de esclarecimento à Associação Nacional dos Municípios e



na resposta o Secretário-Geral Artur Trindade diz o seguinte: “O Protocolo referência, destinou-se a concretizar formas de articulação entre o Ministério das Finanças e os Municípios, no período transitório que decorreu entre a sua assinatura e a entrada em vigor dos Códigos Municipais”. É justamente aqui o problema, é que essa articulação em Viseu não foi feita e porque é que essa articulação não foi feita? Porque nós temos os coeficientes de localização que temos e daí o exagero na arrecadação da receita do IMI, proveniente por esse erro, que é o pecado original do IMI em Viseu. É justamente aí, que está o problema, mas a Câmara tinha um volante de manobra que podia utilizar e que o Código prevê, era precisamente criar a Taxa Municipal sobre o IMI, entre zero e dez por cento, mas não seguiu também o que disse o Secretário Geral, o tal Senhor Trindade. Foi, apliquem a Taxa máxima, apliquem no primeiro ano e apliquem no segundo e depois nos resultados, veremos o que dá e então aí chegamos a uma altura em que a Câmara Municipal veio reduzir a taxa máxima para os valores de zero setenta e dois e zero quarenta e cinco, foi a primeira redução da taxa que fez e portanto, naturalmente, que nesta matéria do IMI a Câmara deixou de aplicar a Taxa máxima, reduziu a mesma. É verdade que, reduziu a Taxa e o que é que acontece, é que o Governo presidido pelo Engenheiro Sócrates, vem introduzir uma reforma no IMI e fez uma iniciativa legislativa que já foi discutida e aprovada na Assembleia da República, no sentido de reduzir as taxas máximas em zero um ponto por cento e isso para vigorar já no ano de dois mil e nove. Ora Senhor Presidente, insensível à dinâmica legislativa da Assembleia da República, teimoso relativamente à aplicação das Taxas máximas, vai fazer com que os exageros do IMI se repercutam nos bolsos dos Viseenses em dois mil e nove. Estamos outra vez Senhores Membros da Assembleia Municipal com Taxa máxima no IMI e com exageros em dois mil e nove no Município de Viseu, porque efectivamente não está resolvido o pecado original, que foi a falta de sensibilidade política económica e social no que diz respeito à definição dos coeficientes de localização. Mérito seja dado ao Senhor Presidente da Câmara, no esforço que tem vindo a fazer no sentido de fazer a revisão de coeficientes de localização. Esse é um objectivo que o Senhor vai perseguir. Diz justamente aqui, que vai perseguir até ao fim, ainda bem que o vai perseguir, é essa a justiça fiscal e é essa a justiça que os Viseenses querem, mas enquanto isso não acontecer o Senhor Presidente tem justamente o intervalo entre zero e dez por cento para introduzir essa justiça. A justiça está nas suas mãos, aplique essa justiça e é justamente por isso que o PS pede em dois mil e nove, à semelhança do que tem vindo a fazer desde há quatro anos, zero cinquenta e seis e zero vírgula vinte.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- QUARENTA E OITO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD) – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Quando o Governo revelou tal sensibilidade social baixando o imposto a pagar pelas famílias, imposto que era receita de outros e por isso é fácil, porque não baixar outros, como o imposto sobre os produtos petrolíferos, o IRC e o IRS. O Município de Viseu já o tinha feito anteriormente e foi dos poucos a nível Nacional, que baixaram o imposto como se poderá verificar. O Município de Viseu, queria baixar mais e como aqui já discutimos, apresentou uma proposta à CNAPU, que propõe um abaixamento sensível dos coeficientes de localização, em alguns casos menos de trinta e cinco por cento e que tem repercussão final, quer no IMT, quer no IMI. Porque que é que não se insurgem contra a CNAPU, não questionam inclusivé? Pressionam e acho que todos os Viseenses agradeciam para a resolução dessa situação que já deveria estar resolvida em finais de dois mil e sete. Não quero acreditar e penso que ninguém desta Assembleia não está interessado na resolução deste problema com a CNAPU. Propor o abaixamento porque não o já fizeram? Porque não tomaram ainda uma posição pública em relação à CNAPU? Porque não houve um requerimento na Assembleia da República sobre esse assunto? Já agora, uma situação que me deixou



curioso, penso que sem razão, propõe-se zero vírgula cinquenta e seis e eu pergunto, porque não? Zero vírgula cinquenta e cinco ou zero vírgula cinquenta e sete. Propõe zero vírgula trinta e eu questiono, porque não zero vírgula vinte e nove, ou zero vírgula trinta e um. De certeza que a proposta teve por base um estudo económico sério e rigoroso e por isso é fácil a demonstração da opção pelos valores, de zero vírgula cinquenta e seis e zero vírgula trinta. Penso inclusive, que já tenha a previsão dos montantes que o Município de Viseu irá receber em dois mil e nove e por isso, poderão informar e desafio que, informem esta Assembleia dos resultados do estudo e da viabilidade económica da proposta que apresentam e sem essa proposta afectar os instrumentos previstos para o Município de Viseu”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Pedro. -----

- QUARENTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO JOAQUIM PEDRO MARTINS DO AMARAL LOURENÇO (PSD) – Pede a palavra para fazer o seguinte esclarecimento: “É muito rápido Senhor Presidente, era uma pergunta que eu ia fazer à Câmara. Eu há bocado, ouvi falar, de um documento da Direcção-Geral das Autarquias Locais, acerca dos impostos que as Câmaras praticam. Eu por acaso tive curiosidade de me informar sobre esse documento. O que esse documento diz, entre outras coisas, é que Viseu é capital de Distrito e décima terceira Capital de Distrito a cobrar estes impostos. Ou seja, antes de Viseu, há doze que cobram mais impostos que Viseu, ou seja as Taxas máximas, na prática e segundo este documento da Secretaria-Geral das Autarquias Locais, Viseu fica em décimo terceiro de dezoito Capitais de Distrito a cobrar impostos. Para trás só ficam mais cinco Capitais de Distrito. Aquilo que disse há bocado, que em média as Capitais de Distrito cobram duzentos e trinta e cinco euros por Município, é verdade, está nesse documento. Viseu está abaixo dessa média, Viseu segundo esse documento cobra em média cento e noventa e quatro euros por Município, duzentos e trinta e cinco é a média das Câmara Municipais. Tenho alguma dificuldade em perceber onde é que Viseu pratica as Taxas máximas.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Ainda tenho mais dois pedidos de esclarecimentos, um da Senhora Deputada Graça Pinto, mas se quiser fazê-lo na presença do Senhor Presidente da Câmara ele vem já, está bem? Então faça favor de usar da palavra, o Senhor Vice-Presidente vai tomando notas e depois transmite ao Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Deputado João Cruz tinha pedido a palavra para uma segunda intervenção, mas ainda quer intervir agora? Atenção, depois esgota a possibilidade das duas intervenções que tem.” De imediato da palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

- CINQUENTA – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL (BE) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Nós temos assistido de forma recorrente a uma espécie de pingue-pongue em matéria de debate sobre o IMI. De facto e já foi dito aqui atrás, não é a primeira vez com que nos confrontamos com este cenário, que quem tem culpa relativamente às elevadas taxas de IMI praticadas em Viseu. O que é certo é que, aos Municípios interessará sobretudo saber com a evolução das dificuldades e custo de vida em que medida é que estão, ou não, em condições de suportar e em que medida é que são afectados pelas práticas, aqui a esse nível. Foi aqui dito também e repetido várias vezes em pontos diversos da Ordem de Trabalhos, que não é seguro, que os valores, a diminuição apontada pelo Governo aprovada em Conselho de Ministros, seja de facto uma realidade, ao contrário já aqui foi dito, que o processo está em marcha e que é uma garantia para dois mil e nove, essa baixa. Sendo que, a ser verdade, essa argumentação, não há como fugir, a Taxa máxima será aplicada em Viseu. Portanto, Senhor Presidente da Câmara, o que queria como esclarecimento face ao argumentário que aqui foi produzido, se é ou não verdade, que é segura a entrada das novas regras relativa ao IMI para o ano de dois mil nove, essa é uma questão. Julgo que, os valores que



aqui foram propostos, apesar de se negar a certeza de entrada em vigor, são umas medidas de precaução e situam-se de facto no máximo possível e tenho como referência essa decisão do Conselho de Ministros, o que me parece incongruente a argumentação produzida para defender a proposta da Câmara. Assim sendo, obviamente a minha posição e a posição do Grupo que eu represento, é de votar contra a única proposta presente, que é a proposta produzida pela Câmara Municipal”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- CINQUENTA E UM – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO –
 Pede a palavra para responder às questões apresentadas: “Ó Senhora Deputada, não se zangue, eu só estava a perguntar. Disse o Grupo que representa, pensei que era mais que uma pessoa, mas eu não estava inserido, confesso. Pronto já percebi, estava tão aborrecida por eu dizer o Grupo que representa, só por isso? Ó Senhor Presidente, peço desculpa por ter feito este aparte, mas eu gostaria de dar respostas às questões que foram colocadas. O Senhor Deputado Mendes da Silva trouxe aqui um estudo, que a ADEGAL não assumiu, vou-lhe ler exactamente aquilo que disse à Comunicação Social. Eu já sabia que uma dessas perguntas vinha aqui. Estão aqui auto-representantes do Partido Socialista e peçam que desmintam aquilo que eu vou dizer e vou dizê-lo usurpando a responsabilidade que tenho em ser Presidente da Associação Nacional de Municípios e foi dito isto à Comunicação Social. Pedia a esses Órgãos que aqui estão, que desmintam aquilo que vou dizer. Os dados que foram divulgados e eu referia-me quando foram divulgados esses estudos, a Comunicação Social, eventualmente, com base na Direcção-Geral das Autarquias, sobre o alegado aumento do IMI e do IMT, entre dois mil e seis e dois mil e sete, estão errados, já que, ao contrário do que se afirma, o IMI não cresceu trinta e dois por cento, mas onze vírgula oito por cento. Subida que, se deu à operação de atrasados dos anos anteriores, situação que não é repetível, enquanto que a Derrama no mesmo período, ao invés de crescer, trinta e um virgula dois por cento, como foi dito, baixou três por cento, depois do ano anterior ter caído quatro por cento. Entretanto, independentemente dos desacertos dos números, o que importa é saber o que cada um destes portugueses pagou ao Município, que foi investido no seu Município. Tudo aquilo, que foi dito, que o Município pagou para o mesmo Município, foi investido no seu Município e enquanto que os três mil e seiscentos Euros, quinze vezes mais que pagou para o Estado, interessava saber em que Municípios é que foram investidos, esta é a grande diferença. Mesmo que, aquele número estivesse certo, o que foi pago ao Município sabemos que, foi investido aqui, os três mil e seiscentos Euros, que cada português pagou ao Estado, onde é que foram investidos? E concluímos, que existem estas assimetrias no País. Paralelamente, verifica-se que, afinal a maioria dos Municípios, setenta e cinco por cento são pobres e mesmo no exemplo do Município rico, Vila do Bispo por acaso um Município do Partido Socialista, a falta de rigor mantém-se, já que no caso não há um pagamento per capita dos residentes, antes uma contribuição de estrangeiros, que aí adquiriram segunda habitação. Este foi o desmentido cabal e eu lanço o desafio daqui, que venham desmentir isto, que foi aqui dito por mim. Nós percebemos o que está por trás disso, toda a gente percebe, quem tem dois palmos de testa percebe. Estamos para fazer o Orçamento de dois mil e nove, portanto isto é preparar o terreno, para depois dizer às Autarquias, que não há mais dinheiro, nós percebemos isso, mas não embarquemos nós nisto. O que está aqui, é verdade, se alguém quiser desmentir, faça favor, apareçam aí com desmentidos, que eu agradeço. Uma outra coisa que também foi dita pelo Senhor Deputado Mendes da Silva, pela Senhora Deputada Graça e pelo Deputado João Cruz, foi uma coisa muito interessante, dizem assim: “Então, mas o Primeiro Ministro já disse que em dois mil e nove a Taxa ia ser zero vírgula sete e zero vírgula quatro”, olhe eu nem precisava de mais elementos, o Primeiro-Ministro também disse antes que baixava o IVA e quando chegou lá, subiu-o, bastava-me isso para não acreditar, ainda não subiu. Reparem numa outra constatação, alguém pode tomar



medidas porque o Primeiro-Ministro numa entrevista declara num programa de televisão, que vai fazer isto, era o que faltava. Então, porque é que aquilo que o Senhor Deputado João Cruz veio dizer ao Presidente da Câmara, não o diz ao Presidente da Câmara de Braga, então aí não houve demagogia? Quer dizer, esses ainda têm o telefone mais directo para o Primeiro-Ministro que eu. Já agora uma outra coisa, que cai pela base, como é que é possível tanta demagogia. Até aqui a responsabilidade do IMI era toda da Câmara, agora já se vê, que o Senhor Primeiro-Ministro pode interferir nas Taxas máximas e nas mínimas. Então porque é que o Senhor Primeiro-Ministro, não faz a vontade ao Partido Socialista local, em vez de pôr zero sete e zero quatro, punha zero cinquenta e seis e zero não sei quantos..., e já estava o problema resolvido. Isto é demagogia pura. É de alguém, que pensa que os outros andam distraídos, exactamente isso. O Senhor Primeiro-Ministro tem essa prerrogativa, de pôr as Taxas onde quiser. Só que, ouvia os Presidentes das Câmaras de todos os Partidos, naturalmente. Portanto, não vale a pena vir confundir as pessoas, se para o ano as Taxas foram máximas, é porque o Senhor Primeiro – Ministro lhes decretou os limites máximos. Claro que, sabíamos disso e portanto, tanto pode ser acusado o Presidente de Câmara de Viseu, como o de Valongo, de Viana do Castelo, todos os dias saem resultados destas baixas. Exactamente as Câmaras, a tomarem uma posição de porem para zero vírgula quatro e zero vírgula sete e não há ninguém, que não venha dizer que as Câmara Municipais baixam os impostos, não dizem Câmaras Municipais põem os impostos para aquela Taxa, que o Senhor Primeiro-Ministro vai aplicar em dois mil e nove, era o que faltava. As Câmaras, tem autonomia em relação a isto, o Senhor Primeiro-Ministro pode não chegar a dois mil e nove. Então já conta as coisas só por declarações. Quando estiverem aplicadas, então no próximo ano veremos como é que se reage em relação a isso. A Taxa máxima será no limite, até pode ser superior, isto é, se o Senhor Primeiro-Ministro ainda quiser dizer, que para o próximo ano, os zero vírgula sete, ou os zero vírgula quatro é zero seis e meio, nós temos que adequar administrativamente, isto é, então os colegas que não fizeram nenhuma baixa, que é o nosso caso, para o ano o que é que lhes acontece? É baixada administrativamente, então pronto. Significa que, estamos nas mãos do Governo, é esta Taxa porque o Governo não quer outra. Já agora também a forma como isto foi feito, já um Senhor Deputado, aqui o trouxe, de facto é extremamente simples mexer nestes impostos, que são receita de outros, mas aqueles que produzem efeito imediato não foram mexidos. Porque é que não se mexeu no IVA, no Imposto de Selo, no IRS, porque não se mexeu nos impostos petrolíferos, porque não se mexeu nisso? Os Senhores sabem, que para quem sabe fazer contas e eu sei, se há uma coisa que me ensinaram, bem, foi a fazer contas. Os Senhores sabem que, quando se passa de zero vírgula cinco, para zero vírgula quatro, está-se a propor uma redução de vinte por cento, porque é que não utilizam isso no IVA, porque é que não põem? Os Senhores Deputados, os defensores do Governo a baterem palmas, porque se reduziu um ponto, porque não se aplicou a mesma receita, a mesma redução, que se aplicou aos impostos locais. É porque os impostos locais são para as Câmaras e estes são para o Governo. Já agora uma outra coisa, que eu não percebi, parece que ainda somos responsáveis por os coeficientes de localização não serem publicados, os coeficientes de localização deviam ser publicados em Outubro do ano passado, estamos quase em Outubro deste ano e ainda não foram publicados, mas os Senhores sabem porquê? Porque é que ainda não foram publicados, querem a resposta, é muito simples, é porque só meia dúzia de Câmaras é que propuseram a baixa, os Senhores querem desmentir isso, porque a grande maioria propõe aumentos dos coeficientes de localização. Portanto, vem o Senhor Deputado João Cruz, com uma grande teoria, bem isto parece muito claro. O que os Senhores têm que fazer é dizer à CNAPU, com certeza que é titulado pelo vosso Secretário de Estado e dizem-lhe assim: “Olhe, aquilo que os Senhores deviam ter feito, era publicar em Outubro, façam favor de publicar”. Agora, o que os Senhores dizem é outra coisa, que



eu percebo e lamento muito, que o Senhor Deputado Mendes da Silva, também tenha embarcado nessa interpretação. O que eu disse nunca foi, que eu não baixaria os coeficientes de localização, provo o contrário na proposta que fiz, o que eu disse foi o contrário, que o Senhor Deputado João Cruz aqui veio dizer. Foi, que eu, nunca baixaria o valor patrimonial através das Taxas. O que o Senhor Deputado João Cruz veio aqui dizer é: “Já que o Governo não mexe nos coeficientes de localização, já que não mexe em mais nada, o Senhor baixe as Taxas, é o que ele vem dizer”, e eu digo não, isso não é método, cada um deve fazer correctamente aquilo que lhe cabe, eu tenho que baixar os coeficientes de localização, foi o que propus e o Governo baixa as Taxas que foi o que também fez o Senhor Primeiro-Ministro. Porque, se não dizíamos o seguinte: podíamos fazer os erros que se queriam, os coeficientes de localização podiam estar todos errados e a Câmara, se não servia zero vírgula sete, punha zero vírgula seis, zero vírgula cinco e por aí fora..., então isto é justiça, isto é de quem não pensa nas coisas, tanto ia ser beneficiado o individuo que tinha uma grande património como o pequeno, eram todos reduzidos pela Taxa. Eu ao reduzir a Taxa de um local que tinha um coeficiente elevado, tanto beneficiava quem precisava e quem não precisava, é isto a politica que defendem, por amor de Deus, eu fico espantado com esta argumentação, é de quem não analisa esta questão. Não analisam esta questão e depois atiram os números para ver se pegam. Já gora, eu espero muito sinceramente que a receita, mas os Senhores tem uma receita aonde? Esta receita do zero cinquenta e seis, também não percebi como fizeram as contas, mas também não me incomoda, zero cinquenta e seis também podia ter saído outra coisa qualquer, mas suponhamos que, isto até foi estudado, então porque é que não dão esse estudo ao meu colega António Costa? Não custa nada, chegam lá e dêem-lhe. Ele, até tem responsabilidades, os Senhores dêem-lhe. O Senhor tem aqui um estudo, é possível o Senhor em Lisboa, fazer aquilo que propõe em Viseu? Os Senhores fizeram tanto um estudo para cá, como eu estou agora de Lisboa para Paris, o vosso estudo conheço eu de cor. O vosso problema é que não estudam, isso é que é o grande problema. Senhor Presidente, Senhores Deputados para terminar, eu não ouvi a posição, mas tenho-a aqui escrita do Senhor Deputado Joaquim Pedro, de facto é paradigmático olhar para o mapa de Portugal e ver quem é que baixou, quem foram os Municípios que baixaram. Andou sempre aqui a dizer, que Viseu aplicava as Taxas máximas e depois é publicado um quadro, que o Senhor Deputado Mota Faria exibiu, onde estão quem pratica as Taxas máximas, curiosamente não vem lá Viseu, mas então o Senhor nem por um momento reconhecem isso, não custava nada virem dizer isso, olhe que afinal não temos as Taxas máximas. Portanto, em relação às perguntas que me foram aqui colocadas, se nós quisermos ter impostos mais baixos para além daquela anunciada proposta do Primeiro-Ministro, é deixarem que a Portaria como disse em dois mil e sete, saia, e já não é sem tempo, porque já devia ter saído há um ano atrás”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Cruz. -----

- CINQUENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Senhor Presidente apreciei sinceramente o esforço que fez para tentar justificar o justificado. A Câmara Municipal não fez o seu trabalho desde o início e daí a situação em que nos encontramos. Não seguiu a orientação da Associação Nacional dos Municípios no que diz respeito à articulação com o Ministério das Finanças, mas seguiu o outro parecer que foi apliquem a Taxa máxima isso ela seguiu pressurosamente, desde a primeira hora. O que nós aqui dissemos foi efectivamente em determinado momento, a Câmara Municipal baixou de facto o IMI e ao baixá-lo nós dizemos com toda a propriedade, que deixou de aplicar a Taxa máxima no IMI e portanto, isso é inquestionável, não vale a pena voltarmos a falar nessa matéria. Agora há uma questão que continua na base do problema, são os coeficientes de localização que foram exagerados e por isso neste momento porventura a



ACRU não publica os resultados, eu não sei mas só para fazer o contra argumento daquilo que disse, porventura todos os outros Municípios fizeram os trabalhos de casa e neste momento estão numa fase ascensional da Taxa, até porque a dinâmica do Mercado Imobiliário tem tido algum desenvolvimento no que diz respeito à classificação patrimonial do ponto de vista fiscal e neste momento estão numa fase de ajustamento. Ora nós fizemos ao contrário, começamos sem fazer o trabalho de casa e começamos por cima e daí o exagero e não sei se recorda, mas no preâmbulo do Código a Doutora Manuela Ferreira Leite referia claramente que a entrada em vigor da Reforma Tributária do Património, tinha como objectivo acautelar prudentemente tudo aquilo que era as receitas municipais provenientes desta Taxa, acautelar não exagerar. Ora e se nós verificarmos o que se passou em Viseu, é que efectivamente há um exagero. Nós partimos de uma de Contribuição Autárquica na base dos quatro vírgula cinco, cinco milhões de euros e estamos numa arrecadação de sete/ oito milhões. Isto é que é um exagero! Isto é que é um sorvedouro! Isto é que é meter a mão nos bolsos dos viseenses! E o Senhor Presidente, mais uma vez repito, tem por força do código a possibilidade de introduzir justiça fiscal, de introduzir justiça social. Basta que utilize a base que é o intervalo, justamente para aplicar a taxa municipal. Quanto aos estudos, fizemo-los, porventura hoje estarão desactualizados. Quando preparámos a candidatura autárquica do nosso Vereador Miguel Ginestal, fizemos esse estudo. Esse estudo apontava claramente que entre zero vírgula cinquenta e seis e zero vírgula trinta, eram os valores em que se devia manter a receita municipal proveniente da contribuição autárquica, em ordem a manter o tal equilíbrio da arrecadação. Fizemos esse estudo, mas naturalmente, que hoje deveríamos actualizá-lo. Há uma dinâmica imobiliária, houve novos prédios e porventura até chegaremos a outra conclusão, mas esta base, foi uma base sólida, foi uma base pensada, porque nós estamos aqui com um projecto alternativo para Viseu, estudado, pensado, trabalhado, não estamos aqui a falar de qualquer maneira e isso é importante que o Senhor ouça. Aquilo que nós aqui dizemos, dizemo-lo com credibilidade, pena é que o Senhor não responda justamente com a fórmula séria e honesta com que nós pomos o problema. Prefere justamente, utilizar a demagogia própria do atrevimento da ignorância”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----

- CINQUENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Como sempre, quando o debate aquece, fico muito surpreendido pelo facto do Senhor Presidente da Câmara, não precisar de usar certo tipo de intervenções e certa linguagem e não conseguir conter-se e acabar por usar essa linguagem. Todos recordamos que o Senhor Presidente personalizou no Senhor Primeiro-Ministro, aqui, tudo aquilo que é decisão da competência da Assembleia da República, não é do Senhor Primeiro-Ministro. O Senhor Primeiro-Ministro é o Chefe do Governo que anuncia as propostas que o Governo vai fazer à Assembleia da República. O Partido a que o Senhor Presidente deste Município pertence, faz parte da Assembleia da República e já não é nem a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez que certamente produz bons argumentos que podem levar o Governo até a mudar a sua posição na proposta inicial. Porque é que o Senhor Presidente se dirige ao Senhor Primeiro-Ministro? Porque é que o Senhor usa a palavra Primeiro-Ministro? É pura e simplesmente uma “arma de arremesso política”. É pura e simplesmente para dizer aquilo que não é verdade. Não é o Primeiro-Ministro que toma as decisões, mas sim que as anuncia. E mais, Senhor Presidente, não temos nenhum receio do Senhor agredir também o Senhor Primeiro-Ministro. O Senhor Primeiro-Ministro não precisa de defesa, nem eu o estou a defender aqui. Agora em matéria de solidariedade para com os portugueses de classes mais desfavorecidas, o Governo deu o sinal e o que se está a passar neste Município, é que não quer dar nenhum sinal de solidariedade com as populações, nem quer dar sequer nenhum sinal de solidariedade financeira. Até o Senhor se enganou



dizendo que o IVA não foi mexido e o IVA, toda a gente sabe, que baixou um ponto. O Senhor até perguntou porque é que não baixam o imposto das petrolíferas, contra a opinião da Presidente do seu Partido. Certamente não gosta dela, eu sei, não votou nela, mas é a Presidente do seu Partido e é uma figura respeitável. Portanto, Senhor Presidente, não volte a agredir-nos com o Senhor Doutor António Costa, ou com o Município de Braga. Cada um sabe daquilo que lhe entra pelas portas adentro. Cada Município sabe e o Senhor não pode trazer aqui assim os argumentos, as situações são todas diferentes, Senhor Presidente, por favor, mude a sua linguagem, mude a sua técnica de intervenção, o Senhor não precisa disso sequer, tal como o Senhor não precisava de insistentemente repetir o auto elogio e omitir completamente os apoios centrais. Por exemplo, para a obra importante e interessante que está à vista aí em matéria ambiental, eu tiro o meu chapéu também. O Senhor não refere uma única vez os apoios da Administração Central. O Senhor diga-nos aqui a todos, acha que era possível ter feito esta obra sem os apoios da Administração Central? Acha que era possível ter feito todas estas obras sem o POLIS, sem o QREN, sem o PIDAC, sem tudo isto? São financiamentos de todos nós, só que são geridos pela Administração Central. Portanto, Senhor Presidente, “armas de arremesso” deste tipo, meta-as no saco, nós dispensamo-las bem e os Municípios também as dispensam”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mendes da Silva. -----

- CINQUENTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP) – Pede a palavra para fazer a intervenção seguinte:

“Só três pontos muito rápidos, Senhor Presidente. Em primeiro lugar, relativamente ao estudo da Direcção-Geral das Autarquias Locais, aquela lista que se falou aqui, aquele elenco listado de autarquias, não se refere às taxas, refere-se à colecta e obviamente que, os Municípios do interior ficarão tendencialmente abaixo, porque não têm como nos Municípios do Litoral, um grande volume de casas de segunda habitação. Portanto, obviamente que, a colecta do IMI fica mais abaixo. Se o Município de Viseu em dois mil e nove vai ter como taxas, zero vírgula sete e zero vírgula quatro, serão taxas máximas. Taxas são taxas, colecta é colecta, não vamos misturar as coisas. Em segundo lugar, o Senhor Presidente mais uma vez se mostrou aqui agastado e triste, com o roubo que o Poder Central faz às Autarquias baixando unilateralmente, como diz, como se aquilo não fosse numa Assembleia da República, os impostos que depois vêm beneficiar as autarquias. Eu gostava só de lhe perguntar, acha que o seu Partido vai votar contra esta proposta? Acha que em dois mil e nove ou para dois mil e nove, em vésperas de eleições vai votar contra? Ó Senhor Presidente, o que eu lhe digo é o seguinte, não quer saber, mas eu acho que deve saber. Se isso lhe causa um incómodo tão grande, porque é que não vai junto dos seus colegas do Partido que têm responsabilidades legislativas, fazer uma pressão nesse sentido? Mas finalmente, também gostava de lhe perguntar o seguinte, já lhe disse que o CDS está solidário com a sua cruzada contra a CNAPU é a nossa cruzada contra a CNAPU, temos algumas dúvidas que não possa levar a cabo a baixa efectiva de impostos por outra via, aquela que é mais directamente da sua competência, mas pronto, a sua estratégia é de bater o pé, enquanto a CNAPU não baixa os coeficientes de localização, também não baixamos, então pergunto, porque é que baixou? Se quer bater o pé, porque é que baixa? Pergunto-lhe isso, pergunto-lhe isso claramente. Será porque essa tal jogada de antecipação de que estamos aqui a falar, ou porque dois mil e nove é ano de eleições? E o CDS é que demagógico? Sempre naquela acusação por defeito, Senhor Presidente. Há regras de civilidade. Eu gosto de si, já disse, pessoalmente respeito-o bastante. Porque é que o CDS quando vem aqui dizer qualquer coisa, é demagogia, é populismo, é não sei quê? Depois o Senhor Presidente é que diz uma coisa e vai fazer outra. É que em ano de eleições baixa, dizendo que não, que bate o pé e etc., e depois eu é que sou demagógico”. ---

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----



- CINQUENTA E CINCO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO

– Usa da palavra, para responder às questões que lhe foram colocadas, da seguinte forma: “Eu gostaria de em vez de começar pelo primeiro Deputado, começaria pelo segundo, para dizer ao Senhor Deputado Correia de Campos que não gosta muito desta expressão “estar a ver-se ao espelho”. O Senhor fez exactamente aquilo de que me acusou, exaltou-se, ficou vermelho de raiva, aliás é uma característica, eu estive aqui caladinho, também lhe peço para estar calado. O Senhor esteve vermelho de raiva, ali, enganou-se uma série de vezes, até me chamou Primeiro-Ministro. O Senhor também gostava de ser Ministro da Saúde, mas não é, paciência...Ó Senhor Deputado, eu peço-lhe desculpa, eu não o interrompi e bem me custou estar a ouvi-lo com esse ar de superioridade a dizer uma série de coisas e eu não o interrompi, aparei-lhe os golpes todos. Estou a tentar estar calmo a dar-lhe as respostas, mas por amor de Deus, não fique com aquele ar de que o parlatório lhe confere, para dizer que é o Senhor absoluto da verdade. Eu ouvi-o com calma e vou responder-lhe com calma, para desmistificar aquilo que o Senhor quer demonstrar. Olhe que em matéria de nervosismo, os Senhores não nos ficam nada atrás, nem o Senhor, nem o Senhor Primeiro-Ministro, nem ninguém. Queria dizer mais ao Senhor Deputado que não dá lições sobre substância, quem confunde estas coisas todas é o Senhor. Por mais que faça que gesticule, vai ouvir-me como eu sou. Já lhe disse que eu sou como o algodão, não engano. Eu tive sempre esta atitude com os Viseenses durante dezanove anos! Os Viseenses sabem que o estilo do Presidente da Câmara é este e têm gostado, porque eu não sou pessoa para estar a dizer aqui uma coisa e estar a sentir outra. O Senhores é que vêm para aqui fazer teatro, completamente! Querem passar-se por cordeirinhos quando afinal os Senhores são extremamente... Então o Senhor veio dizer que eu fiz ataques pessoais, a quem? Fiz ataques pessoais a alguém? Ao Senhor Primeiro-Ministro? Pois acho extremamente complicado vir refugiar-se, que é a Assembleia. Não foi a Assembleia, nem o Senhor Presidente da Assembleia a dar-me a notícia, foi o Senhor Primeiro-Ministro que me telefonou a dizer que tinha acabado de declarar à imprensa que ia baixar os impostos. A quem têm que atacar, é ao Senhor Primeiro-Ministro. Atacar, não é ofender, não ofendo, tenho é que atacá-lo. Já agora, deixe-me dizer uma outra coisa, faço-a em nome da Associação de Municípios e portanto, não venham dizer, como ouvi ao Deputado, quando respondi ao Senhor Primeiro-Ministro foi na qualidade de Presidente da Associação de Municípios, não aqui. Vou dizer aquilo que fiz e também acabaria por responder ao Senhor Deputado Mendes da Silva. Eu por acaso também não sei se foi alguma vontade de se meter no lote, quando estava a referir demagogia, por acaso, não estava a responder ao Deputado do CDS. Eu via tanta demagogia neste lado, que nem me passou pela cabeça, não tem problema nenhum, estava a falar deste lado apenas. Agora há uma coisa que me ofendeu e não é o Senhor Deputado João Cruz e não volte a dizer isso Senhor Deputado, que quer que lhe responda, como fazem vocês de forma honesta e séria. O Senhor não volte a dizer isso, peço-lhe por favor. O Senhor pode andar a dar as voltas que quiser, que não é mais sério nem mais honesto do que eu. Eu sei que o Senhor não gosta de ouvir. O Senhor gosta de assumir aquela atitude de alguém que sabe tudo, que aprendeu tudo de uma vez, não sei aonde é que o Senhor exercitou isso, aquilo que aprendeu foi muito, mas não sei onde é que o aplicou. Ninguém lhe conhece nenhum resultado dessa aplicação, ninguém lhe conhece nada, mas o Senhor permite-se ir ali insultar as pessoas. Depois ficam muito hipersensibilizados, quando o Presidente da Câmara reage. Olhe, bem podem ficar! Quando o Senhor me tocar na honra, o Senhor Deputado pense duas vezes, eu aponte aquilo que disse: Que eu metia a mão nos bolsos dos Viseenses e que para copiar aquilo que me faziam, responderei de forma séria e honesta”. Outras matérias aquelas passivas de resposta...”

- **MESA** – Neste momento o Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, interrompe o Senhor Presidente da Câmara, para advertir do seguinte: “Senhores Deputados, eu peço



que efectivamente respeitem quem está no uso da palavra, que é isso que se exige numa Assembleia como esta. Senhor Presidente faça o favor de continuar”. -----

- **SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa novamente da palavra para continuar a responder às questões que lhe foram colocadas, do seguinte modo: “Senhor Presidente, em relação a alguma substância do que foi aqui dito, os coeficientes de localização, foram propostos por todas as Câmaras. Quando se diz aqui, que se calhar as outras Câmaras fizeram o trabalho de casa, fizeram como nós. Só que umas subiram, porque propuseram subidas e nós propusemos descidas e até já sabemos officiosamente que a CNAPU que se aproximou das propostas da Câmara e que não aceita algumas descidas, não chega às descidas que a Câmara propôs. Portanto, nós já sabíamos officiosamente que a CNAPU nos diz: “Em relação a tal lado, os Senhores propõem um abaixamento para um ponto quatro e nós só aceitámos um ponto seis”, portanto, nós fizemos o trabalho de casa. Ao contrário do que foi dito Senhor Presidente e eu não posso aceitar isso. Se há alguém que cumpriu o parecer da Associação de Municípios, foi eu que o redigi, fui eu que o assinei e não é o Senhor Deputado João Cruz, que vem contrariar aquilo que eu assino. Sempre assumi as minhas responsabilidades. O Senhor ficou incomodado pela resposta que veio e por isso é que só chamou o tal Secretário-Geral. De uma vez por todas, aquele protocolo que andou a distribuir na campanha, diz ser desmentido pela primeira vez. O Senhor ficou incomodado. Está ali claramente desmentido, a dizer que foi até à introdução do código. E diz mais, se o Senhor quer saber, para nos imputar responsabilidades dos coeficientes de localização, a responsabilidade dos coeficientes de localização que a Câmara de Viseu tentou modificar duas vezes, é da responsabilidade dos peritos locais. Os Senhores é que sabem o que é que andaram a fazer, se calhar, com os peritos locais, que têm uma carta na Direcção-Geral, da minha responsabilidade, assinada por mim, que é pública, em que dizia ao Senhor Director-Geral, que os peritos que indicou, que não me mereciam confiança e portanto, foram eles que fizeram a primeira avaliação. Curiosamente depois desta carta, vieram os peritos, parece que são os únicos em Viseu. Os Senhores não venham com essa conversa, porque eu conheço a situação de cor. Se há coeficientes de localização mais elevados é da responsabilidade de uma estrutura que os Senhores deviam dirigir. Se há valores que foram indicados incorrectamente, são da responsabilidade da Direcção-Geral que não conseguiu fazer o diálogo com a Câmara de Viseu, nem sequer nos disse quando é que os peritos começaram a fazer o seu trabalho. Eu não admito que haja aqui distorções em relação à verdade dos factos, porque é esta que eu estou a dizer. Já agora também, a última questão e esta é de natureza mais pessoal e mais política. Eu pedia ao Senhor Deputado Correia de Campos que não insista muito nisso, o Senhor é muito sensível com o pessoal, com o não sei quê e eu também sou, mas depois o Senhor perde também as estribeiras e de que maneira e vem dizer, o Senhor não gosta dela... Ó Senhor Deputado, foi o Senhor que disse e eu queria dizer-lhe que gosto de quem gosto. Para a próxima vez contenha-se, porque o Senhor abre as portas a ouvir aquilo que não quer”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, esclarece o seguinte: “Eu tinha referido que depois deste momento, que iríamos passar à votação e acho que é de facto, de passar à votação. O Debate está feito, as posições dos diferentes partidos estão perfeitamente em cima da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões que tinha que responder, não vamos reiniciar o debate. Se o Senhor Deputado fizer muita questão, eu tenho de lhe dar a palavra, como é óbvio, tem o direito de fazê-lo. Só que eu não quero estar outra vez a retomar as discussões, porque o Partido Socialista já teve o seu tempo. Tem a palavra Senhor Deputado João Paulo”. -----

- **CINQUENTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** – Usa da palavra para colocar a seguinte questão: “Senhor Presidente, eu agradeço, não é reeditar o debate, é uma pergunta objectiva a que pediria também uma



resposta objectiva. Queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, se nos é possível saber, se nos dá a informação, de qual é que foi a receita que a Câmara Municipal arrecadou, relativamente ao IMI em dois mil e quatro, dois mil e cinco, dois mil e seis e dois mil e sete. Se eventualmente, não tendo aí os números, se me pode confirmar ou não, que em dois mil e sete, comparando com dois mil e quatro, em termos de arrecadação de imposto em matéria de IMI, a subida foi acima dos trinta por cento, contrariando precisamente, o que era o espírito do código do IMI, que era manter, não aumentar a receita da Câmara Municipal”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- CINQUENTA E SETE – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para responder à questão que lhe foi colocada, do seguinte modo: “Senhor Presidente, também só num minuto. Aquilo que foi dito, foi de quem não conversou com o Senhor Secretário de Estado Cabrita. Eu não sei, não tenho aqui os números, seguramente já todos aqui vieram, estamos a falar de dois mil e quatro e dois mil e cinco, os Senhores já aprovaram os orçamentos. Agora aquilo que foi sempre dito e podem buscar isso à sociedade, pelo Senhor Secretário de Estado, foi que a nova Lei das Finanças Locais não permitia grandes aumentos, porque eles eram propiciados pelo IMI. Fica agora muito admirado, o Senhor Deputado, se o IMI fez aumentar as receitas, ainda por cima houve melhoria de arrecadação. Eu não lhe estou a dizer... Desculpe lá, eu não lhe confirmei, não venha tirar as elações por mim. Não lhe estou a confirmar nada, não tenho aqui os números. Já está a dizer, que o que eu estou a dizer foi acordado, que foi trinta por cento, tem uma forma de o fazer, simples, rápida e eficiente, agendam isso para uma reunião de Câmara. Então diz aos seus Vereadores na Câmara de Viseu que agendam isso para uma reunião, está bem?”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Vamos passar então para a votação do Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, apreciação e votação da Câmara Municipal sobre o “Imposto Municipal sobre imóveis – IMI”, taxas a aplicar em dois mil e nove, dos termos do número quatro do artigo cento e doze do CIMI. A proposta está aprovada com quarenta votos a favor, onze votos contra e zero abstenções. Íamos agora interromper os nossos trabalhos para almoço, a sugestão que eu fazia, pedindo aos Senhores Deputados que pudessem reduzir o período de almoço, era que pudessemos recomeçar às quinze horas, o que dá mais ou menos uma hora e um quarto para almoçar”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Muito boa tarde, uma vez que já temos quórum, vamos dar início aos nossos trabalhos da parte da tarde. Começo por dar a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Pedro”. -----

- CINQUENTA E OITO – SENHOR DEPUTADO JOAQUIM PEDRO MARTINS DO AMARAL LOURENÇO (PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Acerca deste ponto só há uma questão muito simples, eu estive a ler a Declaração de Voto do PS e o primeiro ponto diz o seguinte: “Resultando esta taxa em processo de transposição de directivas comunitárias para a legislação portuguesa, deve a taxa municipal de direitos de passagem incidir sobre as empresas que oferecem redes de serviços de comunicações electrónicas e não sobre os correspondentes clientes e utentes”. Dizer rapidamente que concordo com esta posição e acho que o PS devia levar este ponto à Assembleia da República e propor uma alteração à lei, por forma que, da próxima vez, não estivéssemos aqui a discutir a aplicação desta taxa, em virtude dela ser aplicada directamente às operadoras”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Cruz. -----

- CINQUENTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS) – Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Relativamente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, evidentemente que, ela decorre duma transposição de directivas comunitárias, mas há um pormenor e isso é bom



quando nós nos pronunciamos sobre as coisas, que as analise e que faça o tal trabalho de casa. É que efectivamente, a aprovação desta Taxa Municipal, decorre duma discricionariedade fiscal que tem o Executivo. O Executivo pode aplicá-la ou não. Nós do nosso ponto de vista, entendemos que não deve aplicá-la por várias razões, suponhamos um operador que tem dois fornecedores de figura óptica, duas entidades que concorrem no mercado e que fornecem serviços, quer da “Internet”, quer de outros serviços, vai pagar esta taxa em duplicado e isso não faz sentido, porque o que diz a transposição da tal directiva comunitária, é que efectivamente, o uso dessas infra-estruturas pode ou não ser susceptível de aplicação de uma taxa municipal. Muitos municípios não a aplicam, Viseu sempre a aplicou e nós discordamos da aplicação dessa taxa e mais uma vez retomamos a nossa incoerência, a posição que assumimos no ano passado, nós discordamos da aplicação desta Taxa de Direito de Passagem.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mendes da Silva. -----

- SESSENTA – SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Muito rapidamente para dizer que o CDS entende que, esta Taxa Municipal de Direitos de Passagem, é uma taxa iníqua em alguns sentidos. É uma taxa dirigida aos operadores de telecomunicações, fixa, mas que é suportada pelos clientes destes operadores, não por um qualquer fenómeno de repercussão económica, mas porque é assim que a própria Lei o define. É portanto, neste sentido, uma taxa aplicada por um serviço, aplicada em última instância aos particulares, aos utilizadores dos serviços destes operadores de telecomunicações. É portanto, uma taxa por um serviço que não é prestado por quem efectivamente o suporte e depois, sendo uma taxa percentual e que não tem um serviço específico como contrapartida, se poderá classificar que é um imposto e não uma taxa. Por outro lado, há também quem diga que seja uma violência administrativa no sentido que, o subsolo não mineralógico não é um recurso público com características de valor económico ou escassez, que permita a criação de um ónus artificial que deva ser administrativamente levantado. Há quem diga que, qualquer dia então também teremos taxas sobre as comunicações móveis, com base na utilização de um eventual espectro municipal ou ara municipal e portanto, independentemente da Taxa Municipal de Direitos de Passagem ser ou não ser devida, a sua fixação ser ou não ser obrigatória, a verdade é que se o for, a única hipótese que o CDS entende como possível seria, julgo que a Câmara de Leiria fez isto, a fixar taxa em zero por cento. Nós percebemos a utilização que o Executivo faz da taxa, fazendo com que a receita reverta para os bombeiros, é de facto, uma intenção meritória. Só achamos que não deve ser através desta via, que é uma via, nos termos em que expliquei, iníqua, aliás, o CDS está perfeitamente disponível para aprovar da forma que quiser um subsídio, ou que seja para os bombeiros, que venha colmatar, ou que viesse colmatar a retirada desta receita. De facto, achamos que esta é uma taxa iníqua. Se o Município quiser tomar uma posição relativamente a isto, é aplicar como Leiria. Aplicar uma taxa zero e fazer disto um movimento contra esta taxa e como disse, se não quisermos retirar essa receita, julgo que, não será por aí além em termos de montante para os bombeiros, será seguramente muito tendo em conta as receitas habituais, mas estaremos disponíveis para isso. Agora de facto, acho que a posição política que deve ser tomada aqui, é uma posição de rejeitar esta taxa, ou então de aceitá-la e fixá-la em zero por cento”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Polónio. -----

- SESSENTA E UM – SENHOR DEPUTADO JOAQUIM POLÓNIO LOPES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CÔTA (PSD) – Usa da palavra para fazer a intervenção seguinte: “Relativamente a este ponto, só queria dizer que pessoalmente não tenho nada contra a taxa, pelo contrário. Até porque, ela tem um destino louvável, que é ajudar os nossos bombeiros, só que há aqui uma injustiça e eu quis



vir aqui para dar como exemplo o meu caso. Eu pago a taxa a dobrar, isso aí é que devia ser corrigido, porque tenho dois operadores e pago por sua vez a taxa a dobrar. Nisto é que deviam ter o cuidado, se é uma única linha que presta os dois serviços, muito embora de operadores diferentes, devia procurar corrigir-se isto, no sentido de não prejudicar. Não é o meu caso, por mim, até é praticamente simbólico, portanto, não é isso que está em causa, mas de não estarmos a abrir aqui possibilidade das pessoas reclamarem uma coisa de que realmente têm razão”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- SESSENTA E DOIS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocados, do seguinte modo: “Senhor Presidente, quero esclarecer esta matéria, naturalmente que todos percebem que se for uma matéria em que o Município aplica taxas e não recebe dinheiro, é evidente que, a tentação era não aplicá-la e eu também sou sensível a isso, a melhor coisa era dizer: Não há taxa, eu não recebo dinheiro nenhum, o dinheiro é para os bombeiros. Agora eu acho que a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, é devida exactamente pelos transtornos que causa no património de todos nós. Quando uma operadora dá cabo do subsolo, é da forma como o deixa, o problema não é se o subsolo é nosso, ou se é da operadora. Utilizou o subsolo e quando é para repor, deixa normalmente anomalias e é para isso que se destina. A Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, é para repor anomalias deixadas pelas travessias da PT e pelas travessias da EDP. Agora aonde está o problema, se os Senhores Deputados não quiseram dizer, sobretudo o Senhor Deputado do Partido Socialista, que vem sempre como quem estudou bem as lições, até disse que as pessoas não fizeram o trabalho de casa. O que o Senhor devia ter dito, era que esta taxa que é devida. O Governo não a devia deixar repercutir no consumidor, isso sim, isso é que era falar. Era assim, é a transmissão duma directiva comunitária, e o Governo devia dizer, Sim senhor, não deixamos as ... Tal como veio aqui dizer o Senhor Deputado Joaquim Pedro. Escusa de haver taxas, transpunha-se a directiva, não havia repercussão no consumidor e portanto, nós não tínhamos a taxa sequer. Só queria dizer que de facto, uma Câmara que não recebe o dinheiro, pese embora ele seja já aplicado da melhor maneira... Todos perceberam qual foi o significado dos Bombeiros Voluntários, porque é que lhes demos o produto desta receita e eu não lhes retirei o subsídio, Senhor Deputado Mendes da Silva, dou-lhes o subsídio e mais esta taxa. O que eu quis dizer é, para que não acusem a Câmara de querer fazer dinheiro, com o dinheiro dos contribuintes, como eu acredito que as empresas têm que ser penalizadas, por estarem a abusar do subsolo e o deixarem às vezes em situações complicadas, e que empresas são! O que eu acho estranho é que, empresas que dão milhões de lucro, ainda o Governo lhes deixe transpor esta Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para sobrecarregar o consumidor. Só se aplica no consumidor porque a entidade reguladora deixou e portanto, não se corrige isto. Não fui eu que apliquei a taxa. O problema quando é posto nesta Assembleia, dá a impressão que foi a Câmara que a inventou e é a Câmara que quer uma taxa Municipal dos Direitos de Passagem. A Câmara lidou com esta taxa, que até tem um nome esquisito e a decisão que é posta, deve ser usada ou não? Nós achamos que sim. É pena é que não seja utilizada para todos os operadores do subsolo. Com toda a certeza e os Senhores vão fazer justiça, se houver uma anomalia na estrada, motivada por isso, ninguém vai acusar a EDP ou a PT, vão acusar a Câmara pela estrada ter abatido e portanto, nós temos a obrigação de fazer incidir na empresa, até para lhes dizer que têm que pagar”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. -----

- SESSENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Eu de facto estou mesmo doente, hoje não era para intervir, mas peço desculpa. Há bocado interrompi porque eu não percebi, era esse esclarecimento que eu pedia, quando disse que



o Governo se viesse impor, que as utilizadoras não cobrassem aos seus utentes, que a Câmara não ganhava nada com isso. Eu penso que é ao contrário, quer dizer, se não cobrasse aos utilizadores a taxa que a Câmara aplicava era a mesma para a Câmara, os consumidores é que não eram penalizados, não é isso? Peço desculpa, eu gostava de facto que me explicasse. Se aplicassem as taxas sobre as empresas a Câmara recebia a taxa, penso eu.” -----

- **SESSENTA E QUATRO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Usa da palavra para responder à questão que lhe foi colocada, do seguinte modo: “Penso que o Senhor Deputado Joaquim Pedro deu a resposta no início, se não fosse aplicada sobretaxa era aplicada directamente pelas empresas e a Câmara não se metia nisto, era transposto directamente, portanto, não havia sequer lugar à taxa, porquê? Quando se mandar transpor a directiva comunitária, por amor de Deus, há uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem, das duas, uma: Ou a Câmara a aplica e fica com o produto do dinheiro, ou não a aplica. Também há uma coisa que não percebo, o exemplo de Leiria, é de facto um exemplo paradigmático, mas então taxa zero? Então não a aplicavam pura e simplesmente. A taxa zero, é dizer que a taxa é devida e que não se quer o dinheiro, é o que eu estou a fazer. Só que a taxa zero é a diferença entra a taxa e aquilo que eu mando para os bombeiros, dá exactamente a taxa zero. Portanto, do ponto de vista da Câmara a taxa é zero, o produto é que vai para os bombeiros e assim não ia para ninguém.” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mendes da Silva. -----

- **SESSENTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS MENDES DA SILVA (CDS/PP)** – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Senhor Presidente, eu disse, de facto, confesso, não conheço as querelas jurídicas a fundo que há relativamente a esta questão, mas se de facto a taxa tiver que ser fixada segundo a Lei, então como tomada de posição política que se fixe a taxa zero por cento, que foi isso que resultou da discussão em Leiria. Foi só isso que disse”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- **SESSENTA E SEIS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Pede novamente a palavra para responder: “Eu peço desculpa, havia uma outra posição que a Câmara podia tomar em alternativa a este facto, penso que todas as pessoas ficavam caladas, é uma posição que eu também vos remeto, era eventualmente retribuir o dinheiro aos consumidores em vez de ir para os bombeiros. Os Senhores acham que é possível, depois de estar cinquenta cêntimos, vinte cêntimos, trinta cêntimos, mas eu estou na disposição de fazer isso, eu não queria dinheiro. Achei que a entidade melhor representada para o receber era os bombeiros, podem encontrar outra, até se pode encontrar a forma de o dar a cada um dos consumidores. Eu não quero o dinheiro. O que não quero, isso para mim digamos, que é um motivo de honra, é que a empresa se fique a rir deixando de pagar a taxa. E agora, se a empresa tem essa possibilidade de o Governo lhe deixar que ela se repercuta no consumidor, não deveria ter. O Governo o que deveria dizer era: Não senhor, os senhores suportam porque têm lucros suficientes para suportarem, isto é que eu acho que é o caminho correcto.” -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, intervém para dizer o seguinte: “Não tenho mais ninguém para pedido de esclarecimento, vamos passar à votação. Vamos votar então o Ponto Três, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, “Taxa Municipal de Direitos de Passagem”. A proposta foi aprovada com quarenta e um votos a favor, um voto contra e nove abstenções. Ponto quatro – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre a “Derrama”. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara”. -----

- **SESSENTA E SETE – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** – Usa da palavra para fazer a apresentação: “Só uma nota Senhor Presidente, para dizer que esta “Derrama”, ela foi há pouco tempo objecto de uma nova fórmula de cálculo, aonde podiam ter sido



feito os ajustamentos todos, até porque, tem uma nova fórmula de cálculo. A Câmara decidiu e aquilo que nos parece possível, é fazer uma redução para as pequenas e médias empresas, que tenham um volume de negócio inferior a cinquenta mil euros. Portanto, deixámos, digamos essa parte das pequenas e médias empresas salvaguardada, para os outros, naturalmente, aplicamos a taxa que é fixada”. -----

- MESA – Dou a palavra ao Senhor Deputado Mendes da Silva. -----

- SESSENTA E OITO – SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “As posições de facto não são novas no entanto, o que sobressai com maior relevo na exposição de motivos da proposta em discussão, é uma irremediável contradição dos estados da alma, da maioria do executivo. O PSD diz a miude que a sua intenção é baixar impostos, mas o que nós vemos são frases do tipo, eu vou citar duas ou três: “A situação mais recente ao anúncio da redução do valor das taxas anuais em sede do CIMI, é um bom exemplo da unilateralidade e da ausência da negociação”. Portanto o Executivo Camarário está aqui a mostrar a sua tristeza pela baixa do IMI. Outra frase por exemplo, deste caso específico da Derrama: “Os Municípios do Interior do nosso País tem sido alvo, dos poderes tributários negativos, como resultado da redução, unilateralmente decidida de impostos nacionais sobre o tecido empresarial, agravando a colecta de receitas destinadas ao bem público”, ou seja, para a Câmara Municipal de Viseu, quanto mais altos os impostos, melhor. Está portanto, notoriamente provado e reconhecido pela Câmara Municipal, qual o modelo de desenvolvimento que propõe, uma vida económica centrada e dependente do poder político autárquico e central, com o mínimo de recurso possível deixado na disponibilidade dos agentes económicos e das famílias. Como sabem, o CDS sempre alertou para a importância da Derrama, nas opções de planeamento das empresas. Sempre defendeu uma redução clara da respectiva taxa instalados em Viseu e se desse um sinal aos demais, no sentido da atracção do investimento privado. O Executivo Camarário, mais uma vez, sempre apelidou o CDS de irresponsabilidade, de populismo e agora vem baixar a Derrama para as empresas com volumes de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros. Não sabemos se agora o CDS já não é irresponsável, se ainda é, não sabemos se isto é por causa de eleições, se não é. No entanto, a verdade é que, tendo em conta a nova fórmula de cálculo da Derrama, esta baixa é de facto, muito pouco significativa. Não é algo que o CDS traga aqui pela primeira vez, é seguramente a terceira vez em que falamos aqui disto. Convém ir esclarecendo isto e era algo que as Autarquias deviam tomar como uma bandeira sua, sabemos que entre a Lei das Finanças Locais, a Derrama era calculada sobre a colecta. Era de facto, um adicional não era um imposto, era um adicional sobre o IRC, era o máximo de dez por cento sobre a colecta. Com a Lei das Finanças Locais, ser a taxa de facto, passou a ser só, um vírgula cinco por cento, algo com o intuito muito manipulativo. O PS veio mostrar como uma grande medida, mas a verdade é que um vírgula cinco por cento de taxa máxima sobre lucro tributável e não já sobre a colecta, ou seja, o centro da Derrama para o montante, isto quer dizer o seguinte, quer dizer que em primeiro lugar, o aumento da base de cálculo, porque o lucro tributável é sempre muito superior à colecta. Em segundo lugar, quer dizer um aumento da base tributária, porque desde logo abrange empresas que podem ter apurado colecta, por reporte de prejuízos fiscais do ano transacto e porque os benefícios fiscais, ou deduções à colecta não têm qualquer influência no apuramento da Derrama. Portanto, para concluir, esta é uma medida no bom sentido, no sentido da descida, mas não é necessariamente uma medida boa, porque é uma alteração irrelevante que deixa o Município na mesma posição, relativamente à atracção de investimento e por isso, o CDS vota contra”. -----

- MESA – Dou a palavra ao Senhor Deputado Vicente de Figueiredo. -----

- SESSENTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Com a



publicação da Lei das Finanças Locais, os nossos impostos sofreram significativas alterações. A mais importante destas alterações, é a que se aplica à Derrama, reduzindo aproximadamente um ponto percentual para as empresas lucrativas, que pagavam imposto de forma habitual. Porém, em contrapartida, os Municípios podem ver as suas receitas amputadas numa percentagem significativa. Mas com tudo isto, a Derrama, passa a ter como base o lucro tributável dos sujeitos passivos e já não a colecta do IRC. Na mesma Lei, deixou-se a liberdade às Assembleias Municipais para fixarem uma taxa de Derrama diferenciada para menos, para as micro empresas, cujo volume de negócios não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros. O limite da taxa a fixar situou-se então nos um vírgula cinco por cento do lucro tributável. Ao reduzir a taxa a pagar, o Governo procura introduzir uma medida de desagravamento, mas na verdade, o que fez, foi alargar a base tributável abrangendo muitos mais contribuintes, ou seja, o universo dos sujeitos passivos pagadores da Derrama, subiu de forma exponencial. Embora pareça que um vírgula cinco por cento como valor máximo a aplicar não é relevante e porque as Câmaras, têm de indicar à Direcção-Geral de Contribuições e Impostos, a taxa que pretendem aplicar até trinta e um de Dezembro, vamos então aqui apreciar e votar, uma proposta para afixação da taxa de Derrama. A Câmara Municipal, sensível às dificuldades porque passam as empresas, sobretudo as micro empresas das regiões do interior, como é a nossa e a falta também de incentivos fiscais para as empresas que se localizam nesta zona, traz-nos uma proposta realista de redução da taxa a aplicar, reduzindo em dez por cento o valor fixado pelo Governo, um vírgula cinco por cento, para as empresas que apresentam um lucro tributável inferior a cento e cinquenta mil euros e uma proposta de redução de um vírgula cinco, ou a aplicação de um vírgula cinco, para as empresas com volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros. Todos os anos, em Setembro, na Assembleia Municipal, nesta época, se discute o lançamento da Derrama e também todos os anos, nós sabemos qual é a posição, ou pelo menos adivinhamos, qual é a posição do Partido Socialista sobre esta matéria, será de votar contra. Não se dá por certo hoje, que nós vamos assistir a uma mudança de rumo do Partido Socialista, quanto ao voto da Derrama. De qualquer forma, gostaríamos de aqui contrariar os argumentos, que pensamos nós, que virão trazer a esta Assembleia. Em primeiro lugar, o argumento que costumam utilizar, que tem a ver exactamente com fixação das empresas e a deslocalização das empresas. Costumam dizer que devido à aplicação desta taxa Derrama, que eles consideram taxa máxima, as empresas saem do Concelho. A acreditar neste argumento, então os Concelhos que rodeiam o Concelho de Viseu, estariam num crescimento económico ímpar e sabemos que isso não é verdade. Sabemos também que, se porventura, a localização das empresas tivesse a ver com a isenção de taxa de Derrama, então as empresas iriam fixar-se em “paraísos fiscais”, que andam aí por esse mundo e não iriam localizar-se nos Concelhos onde não é aplicada Derrama. Mas também sabemos que há factores de atracção que justificam a localização das empresas, ou a procura de empresas e dos empresários numa determinada zona, como sejam, a existência de mão-de-obra qualificada e a aproximação à matéria-prima. E Viseu, como todos sabemos, tem mão-de-obra qualificada, formada nas nossas instituições de ensino superior e só não tem mais, como sabem também, porque tem sido negado a Viseu, a criação doutras instituições de ensino superior público, para poderem qualificar mais mão-de-obra. Outro argumento, tem a ver exactamente com os empresários e os investidores onde não se aplica a Derrama. Passa-se o contrário, se nós verificarmos os Concelhos onde não se aplica Derrama, normalmente não há investidores. O que significa que, não há e não podemos encontrar uma relação directa de investimento com a localização das empresas. O Senhor Presidente da Câmara tem afirmado em discussões anteriores sobre esta matéria: “Isentar as empresas de Derrama, era estar a beneficiar empresas com alto volume de negócios”. Ele tem recordado e eu refiro, porque efectivamente é um bom exemplo, recordo aqui empresas como a EDP, a Caixa Geral de



Depósitos, a PT, o Montepio, que inclusive, como é do vosso conhecimento, nem sequer muitas delas tem sede aqui em Viseu e entretanto, poderiam ser dispensadas do pagamento destes montantes. Sobre a deslocalização das empresas ainda, o argumento que habitualmente é utilizado, gostaria que depois o Partido Socialista me explicasse, como é que se justifica, se assim fosse verdade este argumento, como é que se justifica, o aumento da população que Viseu tem conhecido, sobretudo nas últimas décadas. Se não há empresas, como é que há um aumento de dez mil pessoas nas últimas décadas. Outro argumento passa pelo desemprego, costuma também dizer o PS que, precisamente devido à deslocalização das empresas, ou à falta de fixação de novas empresas na região, o desemprego tem aumentado no Concelho. E todos nós sabemos que o Partido Socialista faz demagogia com esta matéria, trazendo à colação índices de desemprego no Concelho que não se coadunam com a realidade. Este flagelo, se por ventura, tivesse realidade no Concelho como dizem, teria que ser comparável com o que se passa a nível nacional. E já agora, também deixava um desafio ao Partido Socialista, saber se por ventura, como de manhã disseram, nestas reduções da taxa de desemprego, estão a contabilizar todas aquelas pessoas que deixaram de estar inscritas nos cadernos do Instituto do Emprego, porque emigraram. Portanto, quanto sei, se há pessoas que estavam inscritas e emigraram e nós sabemos que o volume da emigração aumentou substancialmente nos últimos tempos, gostava de saber se estão a contabilizar esse corte nas listas do Instituto Nacional do Emprego. Assim como também, gostaria de saber se por ventura aquelas pessoas que sobre pressão foram enviadas para cursos “EFA”, para os “CEFES”, ou para as “Novas Oportunidades” e que deixaram de estar inscritas no Instituto de Emprego, porque entretanto, foram contabilizadas como mão-de-obra activa, também gostaria de saber se foram contabilizadas na vossa contagem na redução do desemprego. Outro argumento, para ser rápido, tem a ver exactamente com a defesa que os Senhores assumem dos Municípios do Interior e sistematicamente vêm com o argumento de que a Câmara, o Executivo Camarário, deveria criar incentivos para as empresas que se localizam no interior e essa seria uma boa forma de desenvolver também o próprio Concelho, que é um Concelho do Interior. E o que eu tenho a dizer, é que sobre isto, não basta que haja boas intenções que é preciso ver obra e essa obra não aparece. Nós ficamos a aguardar que haja incentivos fiscais por parte do Governo e que podem dar um bom sinal, nomeadamente baixando, já aqui foi dito, baixando outros impostos, porque não o IVA, porque não o Imposto sobre Combustíveis, etc., etc. É uma boa forma do Governo Central dar um bom exemplo também, sobretudo para os municípios do interior. Também finalmente dizer que, se o Município de Viseu aplica uma taxa de Derrama, fá-lo para bem dos seus munícipes e das pessoas que tem que gerir. Fá-lo porque é um instrumento imprescindível para o desenvolvimento do Concelho e os Senhores que discordam da aplicação desta taxa, então expliquem à Assembleia, como é que vão gerar uma receita para fazer as obras que vão ao encontro da melhoria da condição de vida das pessoas. Como é que os Senhores vão dar cumprimento ao plano de actividades, no que diz respeito às receitas que provêm da Derrama e onde é que os Senhores cortariam no investimento se por ventura entenderem que, a redução da taxa da a Derrama deve ser superior àquela que o Executivo Camarário propõe”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Cruz. -----

- **SETENTA – SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS)** – Usa da palavra para intervir da seguinte forma:”Com a entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais, a fórmula de aplicar a Derrama, foi alterada como aqui já foi dito, podendo os Municípios aplicar uma taxa de Derrama até a um limite máximo de um vírgula cinco por cento, sobre o lucro tributável. Podendo ainda, no caso daquelas empresas que se encontram dispersas por outros Municípios, aplicar também uma taxa que deriva de uma proporção entre a matéria colectável, ou superior a cinquenta mil



euros e a massa salarial da empresa no local. E pode ainda fazer uma discriminação para aquelas empresas que têm volumes de negócios inferiores a cento e cinquenta mil euros. O PSD propõe-nos mais uma vez, de acordo com o novo figurino em vigor, que nas empresas sobre os resultados de dois mil e oito, seja tributável em dois mil e nove, a uma taxa de um vírgula cinco por cento, para as empresas com lucro tributável acima dos cento e cinquenta mil euros e para as outras empresas abaixo daquele valor, uma taxa de um ponto trinta e cinco. Qual é o impacto desta proposta em termos do orçamento? Se nós verificarmos em dois mil e sete a evolução da execução orçamental no que diz respeito à Derrama, significou que efectivamente, o Município arrecadou cerca de um vírgula nove milhões de euros em Derrama, o que significa que, fez uma execução orçamental, muito acima daquilo que tinha previsto em orçamento. E tendo em conta a qualidade da previsão que faz em orçamento, apontou para dois mil e oito uma previsão de um, vírgula oito milhões de euros, previsão já corrigida de Derrama. Não sabemos a que nível é que se está a encontrar a execução da Derrama, não há dados sobre isso, mas gostaria de dizer que a Derrama tem um peso nas receitas cobradas pelo Município nas receitas globais, de cerca de três a quatro por cento. Portanto, estamos a falar de uma verba pouco expressiva, no quadro da receita global cobrada pela Câmara Municipal, prevendo-se essa receita cobrada em dois mil e oito, cerca de sessenta e cinco milhões de euros, em termos do orçamento. A proposta do PSD, tendo em conta que, existem no Concelho cerca de mil duzentos e cinquenta e dois sujeitos passivos, que têm lucros tributáveis acima dos cento e cinquenta mil euros e que geram lucro tributável na casa dos oitenta e nove milhões de euros, significaria só por este lado, uma arrecadação de um vírgula três milhões de euros. Nas outras empresas, cujo universo em termos de empresas, portanto, com pequenas e médias empresas com lucros tributáveis, existem cerca de mil setecentos e quarenta unidades que geram treze milhões de euros de lucro tributável, aplicando a taxa de um ponto trinta e cinco, significaria cento e setenta e quatro mil euros de receita cobrada em Derrama, previsivelmente. Ou seja, nós tínhamos aqui para dois mil e oito, uma receita de cerca de um vírgula cinco milhões de euros, não obstante a previsão da Câmara Municipal, aponta para um vírgula oito por cento. Feitas as contas, há aqui ainda um coeficiente de cerca de trezentos mil euros, que gostaria de ver justificado. A proposta do PS, tendo em conta justamente, a mesma base de raciocínio, significaria se aplicarmos uma taxa de um ponto vinte e cinco por cento naquelas empresas que têm lucros tributáveis e com volume de negócios a cento e cinquenta mil euros, uma arrecadação de um vírgula um milhão de euros. Para as outras empresas, aplicando uma taxa de zero setenta e cinco por cento, uma arrecadação de cerca de noventa e sete mil euros. Somadas as duas parcelas, teríamos uma previsão da Derrama, em cerca de um vírgula, dois milhões de euros. A distância que vai entre a proposta do PS e a proposta aqui apresentada pelo PSD, ou seja, a do PSD aponta para um vírgula cinco milhões de euros, nós para um vírgula dois milhões é uma diferença de cerca trezentos mil euros. É disso que estamos a falar, quando falamos das propostas e das diferentes taxas a aplicar pela Derrama. Bom, mas se isto fosse efectivamente, o raciocínio utilizado pela Câmara Municipal, enfim, nós poderíamos discutir se esta margem, seria uma margem de grande impacto ou não, ao nível do orçamento e já vimos que não é, pelo peso que a Derrama tem nas receitas cobradas. Agora o que é certo, é que efectivamente, sobre aquela verba prevista com base em resultados concretos dos lucros tributáveis verificados no Concelho, há de facto, uma diferença ainda para cima de trezentos mil euros. Portanto, a Câmara neste momento, propôs para dois mil e oito, um vírgula cinco milhões, os resultados decorrem do raciocínio e ela propõe para previsão orçamental cerca de um vírgula oito milhões de euros. Esta é que é a realidade. Esta realidade convinha ter uma explicação Senhor Presidente, porque razão é que efectivamente, há esta diferença entre aquilo que são os dados fornecidos pelas Finanças, em matéria daquilo que é o lucro tributável



verificado no Concelho e a previsão que é feita em termos de orçamento para dois mil e oito. Há de facto, aqui um problema que convinha discutir acerca da qualidade do orçamento da Câmara Municipal. A nossa proposta continua a ser, a de aplicar uma taxa de um ponto vinte e cinco por cento, sobre as empresas com lucro tributável e volume de negócios acima de cento e cinquenta mil euros e para as empresas com lucro tributável e volume de negócios abaixo de cento e cinquenta mil euros, de zero setenta e cinco por cento, esta é a nossa posição, atendendo ainda ao facto que efectivamente, neste momento, temos que ajustar a política fiscal do Município, à própria situação e ao próprio contexto de abrandamento económico em que vivemos. Isto seria um bom sinal que a Câmara daria aos seus agentes económicos, independentemente doutro aspecto que é efectivamente, uma política sensata, de taxas razoáveis e graduais sobre a Derrama, permitiria de facto, criar um outro clima atractivo ao investimento, que de outra maneira não tem. A prova está aí, nós de facto não temos no Concelho de Viseu, uma política industrial nem sequer nas novas tecnologias, atractiva e capaz, naturalmente, de gerar fixação de novos postos de trabalho no Concelho de Viseu. A proposta do PS é igual à do ano passado e propomos portanto, um ponto vinte e cinco e zero setenta e cinco de Derrama para dois mil e nove”. -

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- SETENTA E UM – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PSD) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Mais uma vez vimos aqui com uma proposta do Partido Socialista e agora com algum cuidado, tentando demonstrar que fizeram o estudo. Não sei se se lembram, de manhã havia também um estudo que afinal era de dois mil e cinco e que precisava de ser actualizado, foi tão bem feito que até teve três situações que ninguém quer. Tinha a previsão das receitas do Município, em termos de IMI, de dois mil e nove, não sei se o Senhor Presidente da Câmara conhece, se alguém conhece. Tinha inclusivamente, já a previsão de todas as isenções que iam acontecer de dois mil e cinco, até hoje. Tinha inclusivamente, a previsão já de uma medida que um Primeiro-Ministro iria tomar em dois mil e oito, ou seja, tudo isto estava contemplado, só faltava uma actualização. E tinha mais, tinha toda a previsão da evolução do sector imobiliário. Depois também se confunde investimentos faraónicos, como o TGV, com investimentos de auto-estrada do centro, que tem receitas próprias, que vai ser portajado. Mas vamos à Derrama e ao ler a proposta do PS sobre os dados do desemprego e para mim é uma área socialmente complicada, é uma área que todos nós, quando falamos em desemprego estamos a falar de pessoas, tive dúvidas, mas pensei, bem, apresento uma proposta escrita, institucional divulgada publicamente, de certeza que não tem erros. Mas ao analisar a situação comecei a ficar um bocadinho perplexo e nem pretendo discutir alguns conceitos: Conceitos de desempregado, o conceito de população activa e até o tipo de métodos estatísticos utilizados. Todas as pessoas vão perceber, compara-se a taxa de desemprego de um trimestre do INE, cuja determinação se baseia em processos científicos complexos, metodologias próprias e bem definidas, com uma operação de divisão simples num dado mês, está logo a comparar-se o que não é comparável, mas a minha estupefacção aumentou. A população activa que servia de denominador, era a população residente com quinze ou mais anos, segunda condição perante a actividade económica em dois mil e um. Ou seja, já não bastava analisar somente o mês Julho de dois mil e oito e num mês pode ocorrer eventualmente um despedimento colectivo que origine toda uma oscilação significativa, mas a população activa era a de dois mil e um, sem qualquer projecção inter-censitária para o ano de dois mil e oito. Ou seja, Viseu estagnou, a população activa não aumentou a população residente, continuamos nos noventa e três mil, quinhentos e um e a população activa também não aumentou, estamos como se fosse em dois mil e um, a taxa de desemprego determinada é algo suigeneris. Eu vou ler aquilo que determinaram: “Proporção de inscritos nos Centros de Emprego em Julho de dois mil e oito, em relação à população



económica de momento activa em dois mil e um”, estão a ver os grandes resultados que isto vai dar, o aspecto comparável, sem comentários. Mas como resultado, dava um valor superior para Viseu por este método e isto era o que interessava. Eu só diria duas situações, em política tem de haver a este nível, também rigor e seriedade, começam todos a ficar um bocadinho saturados das engenharias estatísticas, das engenharias dos números e por isso, fazia um apelo para o futuro, em relação a este caso e estou pronto com todos os dados a discutir isso, se assim pretenderem, pedia que se aconselhassem, há pessoas na bancada que sabem sobre esta temática, poderão ajudar e quando apresentarem dados, eles sejam rigorosos e não mistificações com objectivos para factos políticos. O que se pretendia aqui, era pura e simplesmente isto, vamos a ver se passa, que a taxa de desemprego em Viseu é superior à média nacional. Como o objectivo era esse, fizeram-se umas contas e vai-se comparar a população inscrita, vejam isto, em dois mil e oito, num dado mês com a população activa de dois mil e um. Pronto, isto deu mais do que a taxa do INE, que até era do segundo trimestre. Conclusão em Viseu há uma taxa de desemprego superior. Eu gostaria muito mais, porque estamos a falar de pessoas, que se preocupassem com a situação dos inscritos, ou seja que se preocupassem que um terço dos inscritos no Centro de Emprego, têm nível secundário, ou superior. Se preocupassem com políticas activas de emprego, que dezoito por cento que estão à procura do primeiro emprego e que sessenta e seis por cento que têm menos dum ano de inscrição no Centro de Emprego. Era com isso que se deviam preocupar, que são pessoas e não com mistificações de determinações de taxas”. -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Graça Pinto. -----

- SETENTA E DOIS – SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO (BE) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Eu vou ser muito breve, pedi a palavra, mais para tornar claro o sentido de um voto. Não vou propriamente produzir grandes considerações, que aliás, aqui estiveram presentes sobre a evolução da Derrama ao longo destes últimos anos e a problemática, que aqui tem estado presente em anos anteriores. Penso que, sobre isso estamos bastante esclarecidos e é clara também a posição de cada um dos grupos. Eu queria, como disse, clarificar o sentido do meu voto e dizer também, que fiquei muito sensibilizada e partilho inteiramente das preocupações sociais plasmadas nos considerandos da proposta, que o Executivo Camarário traz aqui a esta Assembleia. Parece, no entanto, como diz o povo, passe a expressão, “A bota não bate com a perdigota”, isto é, não me parece suficiente a redução e é proposta para as empresas, um volume de negócios inferior a cinquenta mil euros, não me parece consentânea a análise, que se faz à agonia, a expressão é minha, está tudo pouco subjacente das pequenas e médias empresas e com a falta de incentivos, que tem havido a nível Nacional e eu concordo e partilho inteiramente essa opinião. No entanto, parece-me, como disse a redução aqui é presente, não é, a nosso ver, suficiente para colmatar ou amenizar a crise, que as pequenas empresas atravessam como consequência de uma política, é de facto, tem favorecido os grandes grupos económicos. Em relação ao problema do emprego e desemprego, foi dito aqui há pouco, quando se fala de desemprego, que se fala de pessoas, completamente de acordo. Agora parece-me que por vezes está ausente para além dos números e da esgrima dos números, estão ausentes questões como a qualidade de emprego, está aqui de alguma forma implícita não suficientemente aprofundada. Eu gostava de saber, não só no Concelho de Viseu, mas em muitos outros Concelhos do País, qual é para além da esgrima dos números da diminuição sazonal ou não, pontual ou não do desemprego para além disso qual é a evolução? Isso interessaria debater futuramente, parece que não é aqui neste momento, não é o momento próprio, nem se é próprio bater a qualidade de emprego. A ideia que temos nós, vulgar cidadão, que pode até não estar na posse de muitos elementos estatísticos é que, de facto a propriedade laboral tem-se intensificado e que os números que se esgrimem, têm por



detrás uma realidade do desemprego qualificado de jovens licenciados e baixa qualidade de emprego desses mesmos jovens, que cada vez mais recorrem a trabalhos e salários. Fala-se muito na geração dos quinhentos, não sei se será a geração dos quinhentos, ou a curto prazo será a geração menos quinhentos, por mês de euros. Jovens altamente qualificados, que estão aí a prestar trabalhos em condições de precariedade, não consentânea com as suas habilitações. Por outro lado, sabemos que em conversas informais, a nível e estou a citar o caso do pequeno comércio, microempresas a nível do comércio que se chega ao absurdo de os dirigentes desses associados, portanto a Associação Comercial estar a dar apoio jurídico e informático, formação para insolvências e falências, porque as pessoas não tem preparação, quer dizer isto traduz a realidade que não será característica só do Concelho, mas que importaria estar presente exactamente porque as pessoas são pessoas e os números não traduzem tudo. É como a estatística do bife, não sei quantos comem carne, mas depois quantos é que a comerão de facto e com que qualidade, portanto nós votaremos contra esta propostas porque achamos insuficiente.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- SETENTA E TRÊS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Pede a palavra para responder às questões que lhe foram colocadas: “Esta questão da Derrama, suscita sempre aqui uns comentários, são sempre os mesmos. Senhor Presidente é previsível agora o que vai ser dito aqui, mas há uma coisa que eu não pensava, gostaria de dizer ao Senhor Deputado Mendes da Silva, que esta redução já foi do ano passado, fez alusão a dois mil e nove. Deixe-me dizer-lhe, a ideia é o CDS fazer-se de vítima, eu estou pouco preocupado, sinceramente já reduzimos isto o ano passado e penso que não estive atento, e a mesma redução e com o mesmo texto para reduzir às empresas com volume de negócio... tal, tal, tal... Depois dá impressão, que fomos nós que alteramos o método de cálculo, alguns dos Senhores Deputados viram-se para a Câmara, como se fossemos nós a alterar o método de cálculo, eram um, o Governo decidiu arranjar outro e a Câmara posiciona-se nesse método de cálculo, bem agora para dizer o quê? Dá impressão que a Câmara, que além de fazer o novo método de cálculo, que ainda iria ter que actuar naquilo que o Governo define como base do cálculo da Derrama. Já agora, também dizer ao Deputado Mendes da Silva, não percebi e eu aponte, que a Câmara que tem, quanto mais altos os impostos melhor. Eu queria dizer, que aquilo que trago aqui hoje, só são reduções de impostos com a excepção de um, que é no Centro Histórico, os prédios a cair e que estejam abandonados aumentar o imposto, de resto tudo aquilo que eu trago hoje são descidas de impostos, podem-me dizer, isso é pouco, eu sei, eu conheço a história, é pouco para quem não tem que gerir isso, mas eu gostava de perguntar a quantas pessoas destas o Governo faz reduções dos impostos nacionais. Isto é, para a Câmara deve reduzir tudo, as Derramas, tudo e eu pergunto? E o Governo para as mesmas empresas nos impostos nacionais, que redução é que faz? Nós conhecemos muito bem esta situação. Eu estou a ouvir ali do lado incentivos, então tenhamos a coragem de dizer, aquele incentivo que foi dado da redução dos impostos de capitais, o que é que deu? Do IRC o que é que deu? Ainda no outro dia, fui chamado a pronunciar-me sobre isso juntamente com uma série de observadores, qual foi o resultado da redução do IRC no interior, qual foi? Estamos todos aí inundados de empresas, que a troca da redução de IRC vieram invadir o Interior e estão para aí a sediarem-se em todo o lado. Os Senhores conhecem essas empresas, bem. Vale a pena ser sério a discutir isto e falar com conhecimento de causa. Outra coisa, que eu gostaria de dizer não só ao Deputado Mendes da Silva como aos outros Deputados que intervieram e a toda a Assembleia. É que, o que se passa aqui é mais profundo, eu gostava de ver criticada era a forma de cálculo, podíamos fazer uma discussão sobre esta forma. Porque é que se alterou o cálculo? Foi por uma simples razão, foi para pôr os mais pequenos a pagar para os grandes, isso é que os Senhores Deputados do Partido Socialista



não conseguem pôr. Dou-vos um exemplo, vão ali ao Concelho vizinho de Tondela, que tinha a Derrama de uma empresa, que neste momento, teve redução de uns milhares de contos, a grande maioria das pessoas passou a pagar, portanto, aquilo que se fez com a alteração dantes, era imposto sobre o lucro e agora sobre a colecta, o que significa, que há um Universo a pagar e quem é que se juntou a este Universo a pagar? As pessoas com dificuldade, aquilo que se fez, foi isso, mais gente a pagar para reduzir grandes empresas, estão a culpar-me a mim disto, era só o que faltava. Eu não tenho culpa, não fui eu, não tive nada a ver com isto e se quiserem assumir isso, assumam. Puseram mais gente a pagar, para que uma série de empresas que pagavam, pagassem menos. Depois uma outra coisa, foi da dispensa da Taxa Municipal de Direito de Passagem, isto pode relacionar-se com isto, é muito engraçado porque o que se diz, dispensem as empresas do Direito Municipal de Passagem, porque se aplica nos consumidores e ao mesmo tempo poupem a Derrama. Podíamos arranjar aqui uma associação de amigos da PT, de amigos da EDP, da Galp, do Montepio. Eu já tive oportunidade de trazer aqui um estudo, vinte empresas nacionais, pagam tanto como os nossos empresários todos, é esses que querem reduzir a Derrama, querem reduzir à PT, à Galp, ao Montepio, à Caixa Geral de Depósitos, bem, se é isso assumam isso. O Senhor Deputado João Cruz, veio trazer aqui um exercício muito engraçado, entretem-se com contas, penso que são feitas a nível interno. O Senhor Deputado, sabe qual foi a média de cobrança da Derrama em dois mil e um na Câmara, não faz ideia? Então faça-lhe a redução. Aqui está bem previsto e bem patente, de dois mil e seis para dos mil e sete, diminuámos quatro por cento e depois três, ao contrário do que vem dizer, a Derrama na Câmara diminuiu. Depois diz uma outra coisa muito curiosa. Virou-se para os Senhores Deputados e disse assim: “Vejam lá, que percentagem é que isto significa”, então se não significa uma percentagem pequena, também é um incentivo pequenino às empresas, ou não? Fiz algum raciocínio defeituoso, se isto não representa nada para a Câmara, para quem paga também representa muito pouco, também não é factor de atractividade, isto é claro, linear como água. Depois disse mais o Senhor Deputado João Cruz, que são três a quatro por cento de receitas Municipais, por isso como não íamos reduzir a taxa toda, propõem um redução de vinte por cento, o que significa que iríamos a estes três e quatro por cento tirar-lhe umas pequenas décimas, era isso que queria dizer e ficava satisfeito, pronto. Eu percebo-o Senhor Deputado, que ninguém tenha veleidades, no dia em que a Câmara aparecer aqui com uma redução de uma Taxa qualquer, de zero vírgula seis e os Senhores vem para baixo e é sempre assim, porque não têm responsabilidades, nem nunca terão responsabilidades, com essa falta de realismo, essa é que é a grande verdade. Os Senhores calam-se aos impostos nacionais, que os aumentem à vontade, os impostos municipais é sempre, sempre, sempre a baixar. Como eu disse aqui há tempos, dava-vos jeito o seguinte: Obrigar a Câmara a fazer bolos mas roubarem a farinha, o leite e o açúcar, isso era o que os Senhores queriam. Os Senhores são obrigados a fazer bolos, agora a gente para alterar, a gente rouba os ovos, a farinha, o açúcar e façam os bolos na mesma, é isso o que os Senhores querem? Mas para o Governo não estão nessa disposição. Peçam a redução para os impostos. Trouxe-lhe aqui um número que desafiei para ser rebatido, os impostos nacionais, são quinze vezes superiores aos impostos municipais. Se cada português paga x para a Câmara, paga x vezes quinze para o património nacional, com uma desvantagem é que alguns vão para o TGV, que só alguns vêm e este é todo investido aqui. Um Município de Viseu que paga para aqui quinze vezes mais do que para o Estado, até pode dizer os Senhores estão a fazer rotundas a mais, mas sabe que é para cá e pode questionar se o Ruas aplicou bem o dinheiro à disposição, agora o que sabe e nós propriamente não andamos a semear, podemos aplicar de uma maneira que as pessoas não gostem, mas é aplicado cá e o outro não é. Ó Doutor Mota Faria, eu queria-lhe dizer o seguinte, talvez nem os Deputados do Partido Socialista saibam uma coisa. Eu tenho na minha posse um estudo feito pelo Centro de Emprego e diz



que o desemprego no Concelho tinha diminuído. Eu digo-lhe aquilo que sempre disse, mente o Governo, porque senão eu tinha lá um outro Director do Centro, apesar de pessoalmente gostar muito da pessoa, um outro Ministro do Emprego, um outro Director do Instituto de Emprego a nível Nacional. Então mas nomeiam um Ministro do Emprego, nomeiam um Ministro da Economia, nomeiam o Ministro e depois o desemprego é da minha responsabilidade. Então os Senhores mandam os professores para o desemprego e querem que a Câmara os agrupe? Por amor de Deus, façam política de maneira a que as pessoas não fiquem desempregadas. Depois outra coisa, quem é que nos vigia a registar as pessoas no Centro de Emprego? Os Senhores sabem que a grande maioria de pessoas que estão registadas no Centro de Emprego, são estudantes que vieram para cá estudar e se registaram aqui, são de Tondela, Santa Comba, e não sei quê, sabem disso? Sabem tanto como eu, esta situação é que é curiosa e gostei muito de ver um médico a dar esta explicação. Então os Senhores calcularam a taxa da população residente de dois mil e um. Sabem o que é que isto significa na prática? Os Concelhos que aumentaram de população têm maior desemprego, isto é claro como água, aumenta o denominador, quem diminui o desemprego são os Concelhos cuja população reduziu, porque o denominador é mais pequeno, isto é matemática. Eu fui professor durante alguns anos e ainda me lembro disto, portanto, é isto que dá, é exactamente como eu disse. A população residente activa está em denominador e quanto mais aumentar maior é o cache. Quem cotejou e comparou com a população residente de dois mil e um, naturalmente, que dá valores de população diferente, mas isto não é da nossa responsabilidade, nem é esta nem é outra, é da responsabilidade de quem nomeia o Ministro das Finanças, o Presidente do Instituto do Emprego, as pessoas que trabalham no Centro de Emprego, portanto, eu não tenho nenhuma responsabilidade com isso. Quando ele aumentar chamem a atenção das pessoas, quando diminuir colham os louros, não venham é dizer à Câmara, que a Câmara aumentou ou deixou de aumentar. Embora nós sintamos que seja um problema para o Concelho, mas não é da nossa responsabilidade directa e os Senhores cotam-se muito com essa situação. Sobre a questão da Senhora Deputada Graça Pinto, percebi que a Senhora é ao contrário dos outros Deputados, a Senhora acha que a redução ainda foi insuficiente, criou-se a mais, pronto, depois registamos isso, fizemos uma redução, de qualquer maneira já não é nada mau que se constate que houve uma redução, mas ela poderia maior, ainda podíamos dar o dinheiro às pessoas, eu gostava ainda mais, mas não é possível. Já agora, desde dois mil e quatro a Câmara X reduziu a Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis o IMI, a oposição fala em medidas eleitoralistas. A Derrama sobre a recolha do IRC, mantém-se inalterada no valor máximo previsto, um vírgula cinco por cento sobre o lucro das firmas desde noventa e quatro, não vou dizer o nome da Câmara, naturalmente, porque é uma Câmara Socialista, mas esta, como já vimos os cálculos são feitos para aqui, é diferente. Para o outro pode, aqui não. Como é que o mesmo número tem duas leituras? Quando se é da oposição aqui, ou quando se é do partido do Governo, quando não é". -----

MESA – Dá a palavra ao senhor Deputado Mendes Silva. -----

- **SETENTA E QUATRO** – **SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP)** – Pedes a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Senhor Presidente eram só dois esclarecimentos muito rápidos. Não, sem antes fazer a seguinte intervenção, o Senhor Presidente às vezes da maneira como fala, quase que leva as coisas pessoalmente e já o disse que são questões políticas, de todos os modelos diferentes, opiniões diferentes. Digo-lhe isto com toda a sinceridade e com toda a amizade, para o próprio debate, ser um bocado difícil, porque o ambiente torna-se pesado, eu até gosto de políticos com um estilo aguerrido, não fosse o meu modelo o Senhor Churchill. Por isso, mais aguerrido que isso. Porque a sua maneira de ser, até lhe impede que compreenda na plenitude o que as pessoas dizem. Onde é que me ouvir dizer, que o



culpava a si, pela alteração da fórmula? Eu até critiquei o PS por ter feito daquilo uma bandeira, de reduzir a taxa, mas aumentou a base tributária e a base de cálculo, o que eu lhe disse foi o seguinte: Logo na primeira Assembleia, a seguir a aprovação da Lei das Finanças Locais, tendo em conta até a nova base de cálculo, tendo em conta que a sua intervenção, que vai aumentar previsivelmente a colecta da Derrama, que reverte a favor das Câmaras Municipais. O Município de Viseu devia ter isso em conta e aprovar taxas que não oneram em demasia as empresas, que se instalam, ou pudessem vir a instalar-se em Viseu. Não estou a criticá-lo pela alteração da forma, que não foi da sua autoria. O Outro esclarecimento, eu defendo também a baixa da Derrama para as empresas cujo volume de negócios sejam de cinquenta mil euros. Porque estas empresas ainda criam mais empresas que as outras. O Senhor Presidente veio aqui acusar-me, que qualquer dia íamos fazer aqui uma Liga de Amigos, da PT, do Montepio, não sou particularmente amigo dessas empresas, mas porque é que hei-de ser inimigo? Porque é que nós havemos de fazer o que o Senhor Presidente faz, tornar isto, numa luta de classes, porquê? Eu percebo, que se calhar há algumas pessoas que gostam disto, contra os ricos contra as grandes empresas, mas porque é que isto há-de ser uma luta de classes? Eu percebo, em Viseu, se calhar a Câmara Municipal deu muito mais emprego, que essas empresas todas, mas vamos ver no quadro empresarial, quais são as empresas que dão emprego às pessoas de Viseu, é o Montepio, a PT, a Visabeira, dão muito mais empregos do que as outras. Senhor Presidente, é só para lhe dizer o seguinte: Eu não vou fazer amigos nenhuns, porque não é o meu estilo, não sou propriamente de fazer amigos aí, tenho muitos Graças a Deus, alguns aqui, mas não sou defensor dessas empresas, porque precisamente o liberal não é isso, o liberal não é defensor das empresas, vai à sua vida, mas não me obrigue a ser inimigo das empresas, que dão trabalho a todos nós”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- SETENTA E CINCO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Pede a palavra para responder: “Eu queria dizer ao Senhor Deputado Mendes da Silva, que qualquer coisa que digo estou a responder-lhe a ele. Eu tenho obrigação de lhe responde e dizer-lhe aquilo que penso. Como outra coisa, a do cálculo, eu não acusei o Senhor Deputado Mendes da Silva, a dizer que fui eu, estava a interrogar-me se era eu o culpado de uma alteração, estava a falar para a plateia não foi para o Senhor Deputado, eu não sei de onde é que vem essa ideia. Já agora, uma outra coisa, eu não tenho nada contra as grandes empresas, agora há uma coisa que eu sei, também não tenho nada a favor, para diminuir empresas altamente criativas, aumentar-lhes as isenções é um contraposto com as empresas de menor dimensão, isso toda a gente nota, porque é que eu hei-de diminuir o imposto a uma empresa, que tem um Presidente que ganha dezassete mil euros por mês. Isto é um atentado para todos os portugueses, isto não é uma luta de classes, é uma constatação, é uma vergonha. Como é que é possível isso? Ainda é a Câmara que vai contribuir com a dedução da Derrama para aumentar esses lucros, por amor de Deus. Uma retirada de uma percentagem no vencimento estamos resolvidos, os Senhores sabem bem disso, sabem do que é que eu estou a falar, acho que não é segredo nenhum. Temos é que por as coisas no seu lugar, não vou fazer reduções em empresas lucrativas, que fazem tudo aquilo que se conhece, há-de haver alguém que as ponha na ordem, com os dinheiros Municipais para ainda aumentar esses dividendos e esses lucros, isso era o que faltava, não tenho nenhuma obrigação de o fazer”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Vamos passar então à votação do Ponto quatro, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre a “Derrama”, a proposta foi Aprovada com quarenta e um votos a favor, dez contra e uma abstenção. Vamos passar agora ao ponto seguinte, o Ponto cinco, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Financiamento” – Autorização para Consulta de Financiamento dos seguintes Projectos – Acessos à cidade a



partir da A vinte e quatro Via EN dezasseis; Reabilitação da Quinta da Cruz – Primeira Fase; Reabilitação da Quinta da Cruz - Segunda Fase; EN duzentos e vinte e nove – Ligação da Circunvalação à Primeira Circular Norte; EN dois – Requalificação da Travessia Parcial de Repeses, nos termos da alínea d) do número dois e número sete do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos e noventa e nove, de dezoito de Setembro (alterada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro) e do número seis do artigo trinta e oito da Lei número dois de dois mil e sete, de quinze de Janeiro”. Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- **SETENTA E SEIS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Pede a palavra para fazer a seguinte apresentação: “Senhor Presidente, tenho que fazer uma nota, tem a ver com o financiamento, naturalmente da boa saúde financeira da Câmara. A Câmara aproveita todas as oportunidades e esta recorre como já notaram no processo, com uma carta ofício de dezanove de Maio, da Direcção Geral das Autarquias Locais em que, indica o limite de endividamento da Câmara em trinta milhões, zero cinquenta e dois, zero sessenta e nove, oitenta e cinco. Portanto, a Câmara com esta capacidade de limite de endividamento, que resultou da sua boa gestão financeira recorre a um empréstimo para cobrir estas obras, que actualmente não tem cobertura no QREN”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao senhor Deputado João Cruz. -----

- **SETENTA E SETE – SENHOR DEPUTADO JOÃO DUARTE DA SILVA FERREIRA DA CRUZ (PS)** – Pede a palavra para dizer o seguinte: “Uma questão simples, é a seguinte: Efectivamente a Câmara tem uma capacidade de endividamento, que aponta segundo a informação que aqui dispomos, que o Senhor Presidente citou cerca de trinta milhões de euros, e atendendo também, que a Câmara Municipal em trinta e um de Dezembro, de dois mil e sete, evidenciava um volume de aplicações financeiras de quase..., isto dito de memória, peço desculpa se eventualmente não disser o número correcto, mas cerca de vinte e quatro milhões de euros. Eu pergunto, se por termos capacidade de endividamento se justifica esta obra de recurso ao crédito?”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder. -----

- **SETENTA E OITO – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Pede a palavra para responder: “Justifica-se Senhor Presidente, quem tiver um bocadinho mínimo de sensibilidade para gestão financeira e quem estudou isto sabe, que justifica. As Câmaras e as empresas devem ter oportunidade de recorrer a todos os empréstimos benéficos como é este, como aliás vamos fazer a seguir. A Câmara por esta ordem de ideias não participava no Programa “Pagar a Horas”, mas eu oiço-lhe dizer tanta asneira e não o interrompo, mal eu falo, não resiste à tentação. A Câmara tem a sua capacidade de endividamento, que granjeou pela sua boa gestão exactamente para autorizar, conforme muito bem entender. Eu fico até espantado Senhor Presidente, para ver como é que a Câmara gere em função de cada calendagem naturalista, como já aqui ouvi de algumas pessoas dizer, que se a Câmara quisesse, esgotava as suas aplicações, ou os Senhores tem medo, se ganharem a próxima Câmara ficarem com o dinheiro, é? Por amor de Deus, isso é de quem não sabe nada de gestão financeira. Então a Câmara, que tem um limite de capacidade de endividamento de trinta milhões de euros. Tem obras da sua performance, que são autorizadas pela Direcção Geral das Autarquias Locais, quer que lhe dê o nome de dois. Fomos muito cautelosos, desses trinta milhões vamos utilizar nove milhões, apenas. Por amor de Deus, ou não se sabe que uma aplicação financeira é bem diferente para tomar decisões sobre uma obra, para se requerer empréstimo, é um exemplo. Se eu tiver uma aplicação financeira tenho espaço de manobra. Eu queria saber como é que uma Câmara se geria na vossa óptica nestes intervalos do QREN. Os Senhores sabem com certeza mas omitem-no, então o QREN leva dois anos, ainda não vimos um tostão que saísse do QREN. Então se a Câmara não tivesse essas aplicações, fazia como? Vivia como? Isto é de facto, quem nunca foi obrigado a fazer o orçamento de receitas e eu sei, também lá estive, que só



se faz o orçamento de despesas, em determinados sítios, essa é que é a complicação. O resto está assegurado. “-----

- MESA – O Senhor Presidente da mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Vamos passar à votação do Ponto cinco, a proposta foi Aprovada por Unanimidade. Passamos agora ao Ponto seis, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Contratação de Empréstimo – Programa Pagar a Pronto”, nos termos da alínea d) do número dois e número sete, do artigo cinquenta e três da Lei número Cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro (alterada pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro) e do número seis, do artigo trinta e oito, da Lei número dois de dois mil e sete, de quinze de Janeiro (Lei das Finanças Locais).” Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- SETENTA E NOVE – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Pede a palavra para fazer a apresentação: “É uma questão semelhante à anterior. Nós queremos é aproveitar as condições de um Programa Governamental, que é extremamente benéfico. A Câmara pode usá-lo. Tem quarenta por cento da Direcção Geral do Tesouro, sessenta por cento, de um Banco, a Câmara conseguiu um sem juros, portanto não ia utilizar. É óbvio, que quisesse sair. O que os Senhores podiam estar a dizer, a coisa era diferente, era se nós deixássemos passar isto, estavam aqui a dizer, porque é que não era utilizado. Isso é que eu não admitia, estar aqui calado ou que me dissessem, olhe, o Senhor a tempo e horas não fez o trabalho de casa, mas se tivermos atentos, vamos pedir este empréstimo, como é evidente com toda a certeza para aplicar no Concelho também e bem”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia Campos. -----

- OITENTA – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Devo dizer, desde já, que a bancada Socialista vai votar favoravelmente esta proposta. Pedi a palavra, para fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, se não acha que as duas situações são diferentes, tinha pedido ele próprio, acabou de dizer que as situações são manifestamente diferentes. Também para lhe pedir Senhor Presidente, que não despreze a opinião das pessoas, o Senhor sabe perfeitamente a diferença de operações activas e operações passivas. O Senhor pode julgar, que está a fazer uma excelente operação, a utilizar um crédito e estar a pagar muito mais, do que utilizar os recursos que tem colocados financeiramente e que lhe rendem muito menos, que o custo do crédito que vai adoptar. Quando o Senhor tem razão Senhor Presidente, é na disponibilidade do recurso. O Senhor não tem razão, provavelmente, custar-lhe mais dinheiro usar o crédito, do que no primeiro caso, do que a sua colocação. Agora o Senhor tem razão na disponibilidade, essa é importante, eu concordo consigo. Nos anos de não receita, é bom que tenhamos essa disponibilidade, mas esta também tem um custo e o custo é flutuante, não é fixo, não é igual agora, ou no fim do actual QREN, cem por cento de acordo, mas por favor, não precisa de nos passar atestados de menoridade. Nós percebemos perfeitamente, até votamos a favor da proposta. A pergunta feita pelo meu colega de Partido e camarada, Senhor Deputado João Cruz, tem toda a razão de ser. É um estilo de intervenção com o qual..., francamente Senhor Presidente acho que não dignifica esta Assembleia e não digo mais.” -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- OITENTA E UM – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Pede a palavra para responder: “Senhor Deputado Correia de Campos, bem pode insistir nesta tecla, eu percebo o que é que o Senhor quer. Não passei nenhum atestado de incompetência, aliás se há uma coisa que os Senhores se gabam, é de conhecimentos, eu não passei nenhum atestado. Vamos ver aquilo que eu disse e os Senhores vão ser testemunhas, apenas critiquei a posição de um Deputado, que estava no seu lugar e que interrompeu o Presidente da Câmara para falar, falar..., e o Presidente da Câmara não



fez a mesma coisa, foi apenas isto. Não critiquei coisa nenhuma, disse ao Senhor Deputado que ouvia muitas vezes a dizer uma série de coisas que eu não concordava e calava-me aqui. O Senhor Deputado mal eu uso da palavra, manda logo uma boca para ver se eu me distraio, a ver se me enervo, foi apenas isso. Senhor Deputado também conheço bem esta questão financeira e mais estou sempre disponível para aprender, mas estou pouco disponível para aprender lições quando elas vêm despropositadas”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz o seguinte: “Vamos passar à votação deste Ponto seis, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Contratação de Empréstimo – Programa pagar a Pronto”, a proposta foi Aprovada por Unanimidade. Vamos passar ao Ponto sete, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Imposto Municipal sobre Imóveis – IMT – Majoração e Minoração”, nos termos previstos no número cinco, do artigo cento e doze, do Decreto-Lei número duzentos e oitenta e sete, de dois mil e três, de doze de Novembro. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação”. -----

- OITENTA E DOIS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Pede a palavra para fazer a seguinte apresentação: “Senhor Presidente duas notas em relação a isto, uma para explicar como é a minoração, esta é feita em duas fases, uma inicialmente cinco por cento para todos os prédios situados na ACRU. Uma primeira digamos isenção e depois uma outra, que majora estes prédios ou os minora e minora ainda esta taxa de quinze por cento. Se os prédios como diz aqui estiverem arrendados, ou majora-se trinta por cento na taxa a aplicar, se os prédios estiverem em estado de degradação e portanto esta foi a solução encontrada, para digamos, obrigar as pessoas a corrigir os prédios degradados e também para premiar aqueles que estão em bom estado de conservação. Já agora uma nota, que acho importante de que dê resultado a política, é que a taxa de majoração dos prédios, melhor dito sujeitos a taxas de majoração tem diminuído, o que significa, que no ano passado tivemos uns quarenta prémios. O que significa, que as pessoas, que são susceptíveis a esta realidade e que têm, digamos, requalificados os seus prédios deixando de pagar majoração de taxa”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras: “Pergunto se algum dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre este ponto, não tenho nenhum pedido de uso da palavra. Sendo assim vou pôr à votação, este Ponto sete da proposta sobre “Imposto Municipal sobre Imóveis, Majoração e Minoração”, a proposta foi Aprovada por Unanimidade. Passamos ao Ponto oito, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, sobre “Isenção de Imposto Municipal – IMT”, Petição de José Manuel de Oliveira Carneiro Pereira e Sílvia Manuela Gertrudes Carvalho, nos termos da alínea a) do número três do artigo trinta e nove B do Estatuto de Benefícios Fiscais, alterado pela Lei número sessenta e sete A de dois mil e sete. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar”. -----

- OITENTA E TRÊS – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Pede a palavra para fazer a apresentação seguinte: “Senhor Presidente, gostaria de dar uma explicação rápida, para dizer que, ao contrário do que tem sido aqui por vezes dado a entender, a Câmara faz as isenções, que a Legislação permite com uma particularidade. A Legislação, que permite as isenções, tem um mecanismo, que se chama compensação, que nunca foi utilizado, isto é, haveria de haver por força de uma determinação governamental, direito à isenção, que é aquilo que a gente traz e depois haveria de haver o mecanismo da compensação. Porque, se eventualmente isto fosse alargado a todos os contribuintes, não havia impostos municipais, pura e simplesmente, mas fazemo-lo com gosto, queria dizer, não está aí. Fizemos as contas por alto no primeiro caso, são cerca de mil e trezentos euros, no segundo caso quase mil euros de isenção e já agora dizer Senhor Presidente, porque a explicação é a mesma para os três casos, que vêm aí, os três pontos. Para o último ponto, para o terceiro, que se fala de uma isenção para um complexo de



grande dimensão, o Complexo do Almargem, estamos a falar de benefícios durante dez anos e que na nossa perspectiva podem atingir mais de um milhão de euros”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz o seguinte: “Se os Senhores Deputados estiverem de acordo ponho à discussão os Pontos oito, nove e dez. Obviamente, que depois as votações serão separadas, entretanto o Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação dos três pontos. Os Senhores Deputados, que se queiram pronunciar sobre qualquer um deles tem agora a palavra para o poder fazer. Dou a palavra ao Senhor Deputado Mendes Silva”. -----

- OITENTA E QUATRO – SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA (CDS/PP) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “A minha intervenção pode ser relativamente aos três pontos, é que, o Senhor Presidente já na sequência na discussão da Derrama, vem apresentar esta isenção como se fosse uma grande benesse da Câmara Municipal. Em primeiro lugar, não é uma benesse da Câmara Municipal, é da Assembleia Municipal que é que tem..., não Senhor Presidente desculpe, mas é verdade. Em segundo lugar, é preciso conhecer o Regime dos Benefícios Fiscais quanto a isto. Se os sujeitos passivos cumprirem aqueles requisitos todos, só tem que comunicar aos serviços de finanças e de facto tem que haver uma autorização do Município. Segundo sei, é o que diz a alínea a) do número três do artigo trinta e nove e depois o número dois, três do artigo trinta e nove. Portando, o Senhor Presidente vem aqui como se fosse uma grande benesse, se fosse por sua grande vontade fazer isso, quando não é. Por isso, Senhor Presidente cada coisa no seu lugar, não havia sequer manobra política, nem interesse político para decidirem em sentido contrário. Os sujeitos passivos cumpriram todos os requisitos, que estão na Lei, devem ter comunicado ao Serviço de Finanças e a Assembleia Municipal aqui, vai aprovar que é a sua competência”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder. -----

- OITENTA E CINCO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Pede a palavra para responder do seguinte modo: “Senhor Presidente eu de facto não estou..., bem podem dizer que sou teimoso, não deixo passar nada, que seja menos claro. Não é verdade aquilo que o Senhor Deputado disse. É colocada à Câmara, em relação aquilo que vem à Assembleia Municipal, então um dia destes os Senhores dispensam-me do Orçamento, são os Senhores que o aprovam também. Por amor de Deus, isto de facto, atingiu um cúmulo, então mas aquilo que eu trago como propostas, os Senhores se aprovarem ou reprovarem, não me responsabiliza, claro que trago. A Assembleia não se debruça em nada que eu aqui não traga. Portanto, eu trago isto, mas se querem os louros para a Assembleia, por amor de Deus não há nenhum problema.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz o seguinte: “Vou pôr à votação o Ponto oito, foi aprovado por unanimidade, o Ponto nove, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Isenção de Imposto Municipal – IMT” – ACRRU – Edifícios em Processo de Reabilitação. Sito na Rua Augusto Hilário, 28-30, Rua Nossa Senhora da Boa Morte 3, nos termos do número dois do artigo quarenta e cinco do Decreto-Lei número cento e oito de dois mil e oito, de vinte de seis de Junho. A proposta foi Aprovada por Unanimidade. Vamos passar ao Ponto dez, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Projecto de investimento – Declaração de interesse Municipal / Benefícios Fiscais” – “Complexo Turístico da Praia Fluvial do Almargem – Requerimento de J. Cruz & M. Cruz – Restauração e Hotelaria, Lda”. A proposta foi Aprovada por Unanimidade. Passamos agora ao Ponto onze, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Informações Prévias” de João de Jesus Marques – Processo trinta e quatro de dois mil e seis. Nos termos da alínea b) do número quatro do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove, de mil novecentos e noventa e nove. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara”. -----



- OITENTA E SEIS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Pede a palavra para fazer a seguinte apresentação: “Em relação a isto e não é para poupar tempo, estamos aqui para dar as respostas todas, o seguinte, é igual, só com uma diferença. Neste caso, trata-se de uma desafecção do domínio privado, para o domínio privado da Câmara Municipal, no outro, trata-se de uma desafecção do domínio público da Câmara, para o domínio privado. Uma para fazer um caminho e duas para fazer dois parques de estacionamento. Como sabem, um é no Centro Histórico e outro no Largo Mousinho de Albuquerque, mas digamos, o pedido é o mesmo”. -----

-MESA – O Presidente da Mesa do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Se estiverem de acordo estes dois pontos serão debatidos em simultâneo e depois votados cada um na sua ordem. Pergunto se algum dos Senhores Deputados quer pronunciar-se sobre estes dois pontos. Estamos a falar do Ponto onze e do Ponto doze. Não tenho nenhuma inscrição então iríamos passar de imediato à votação do Ponto onze foi Aprovado por Unanimidade. Ponto doze, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Viseu Novo SERU – Desafecção de Parcelas do Domínio Público – Parques de Estacionamento a construir”, nos termos previsto na alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro, da Lei número cento e sessenta e nove, de mil novecentos e noventa e nove. A proposta foi Aprovada por Unanimidade. Passamos agora ao Ponto treze, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração Pontual ao Quadro de Pessoal dos SMAS de Viseu”, nos termos da alínea a) do número seis do artigo sessenta e quatro, em conjugação com o previsto na alínea o) do número dois do artigo cinquenta e três, ambas da Lei número cento e sessenta e nove, de mil novecentos e noventa e nove, de dezoito de Setembro alterada e republicada pela Lei número cinco A de dois mil e dois de onze de Janeiro. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação”. -----

- OITENTA E SETE – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Pede a palavra para fazer a seguinte apresentação: “Pouco mais há a acrescentar à Deliberação, é uma alteração que é proposta pelo Director Delegado dos Serviços e pelo Conselho de Administração dos Serviços, mas que decorre de uma alteração legal, é uma imposição do Decreto-Lei que referi e nada a acrescentar”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz o seguinte: “Pergunto se algum dos Senhores Deputados pretende fazer alguma intervenção sobre este ponto. Não tenho nenhuma inscrição, vamos passar à votação. A proposta foi Aprovada por Unanimidade. Vou passar a apresentação do Ponto catorze, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Área Regional de Turismo do Centro”, nos termos da alínea a) do número seis, do artigo sessenta e quatro, da Lei número cento e sessenta, de nove de mil novecentos e noventa e nove, na sua actual redacção conjugada com o preceito constante da alínea m) do número dois do artigo cinquenta e três da mesma Lei. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a apresentação”. -----

- OITENTA E OITO – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Pede a palavra para fazer a apresentação que se segue: “Este ponto carece de alguma informação, tem a ver com o seguinte: Nós recebemos este pedido muito em cima da hora, sabemos, porque consultamos a Legislação, que os prazos para a Entidade Regional de Turismo são apertadíssimos. Isto é, se não levássemos à Câmara em cima do acontecimento, de tal modo que, viesse a esta Assembleia Municipal não faríamos parte da Entidade de Turismo do Centro. De qualquer maneira, as questões que temos a opôr, daí darmos um parecer condicionado. Tem a ver com questões, que a própria Associação de Municípios levantou, quer a posição que levantou a Comissão de Turismo Dão Lafões. Portanto, não quisemos atrasar o processo, nós achamos que devemos pertencer à Entidade de Turismo da Região Centro, de qualquer maneira duas notas ou três. Uma tem a ver com a indicação arbitrária da Sede. Mas isso, já foi explicado que tinha que ser nalgum lado, nós pensamos que também podia ter sido aqui, até porque, escrevemos que



disponibilizávamos instalações para o efeito, a escolha foi outra, tem que se responsabilizar quem a determinou. Outra coisa em que estamos perfeitamente em desacordo, sempre demos a nossa opinião positiva em relação à criação de cinco Regiões de Turismo, pelo método, que se encontrou aparecem cinco mais não sei quantos pólos, não sei quantas delegações. Nós achamos concordar com a posição da Associação Nacional dos Municípios, quando diz que isto é um desperdício de recursos, quando aquilo que se queria, era diminuir os recursos neste momento. Nós quisemos apenas uma Comissão de Turismo, uma Entidade é assim que se chama, mas acabamos por ter esta só na Região Centro, e na Serra da Estrela, mais Leiria e Fátima. Ora, nós achamos, que se a intenção inicial é boa, depois por motivos que nos ultrapassam proliferaram outra vez estas Entidades. Também discordamos frontalmente com as remunerações que são atribuídas. A Legislação anterior, equiparava e na nossa perspectiva, já de forma muito benevolente, que o Presidente da Região de Turismo fosse equiparado ao Presidente da Câmara. Digamos mais importante da Comissão e neste momento, já não é isso, equiparado a não sei quantos de primeira, que é um ordenado superior ao de Secretário de Estado, mas como nós estamos habituados já a algumas exceções, mesmo aqui na nossa distribuição dos serviços desconcentrados, também é assim e nós discordamos desta situação e portanto, demos a nossa posição para não atrasar o processo. Aliás, as razões estão numa carta, que a Associação Nacional dos Municípios, assumiu a responsabilidade e enviou ao Senhor Secretário de Estado dizendo qual era a nossa posição e porque é que estava em desacordo com esta nossa perspectiva. O desvirtuar daquilo que foi uma ideia inicial. Eu não faço ideia quantos assessores, quantos Conselhos de Administração, que estas Entidades têm todas, por isso, aquilo que era previsível ganhar em escala, acaba por se desperdiçar com a criação de pólos, mais delegações, mais não sei quantos, achamos que estas posições a Assembleia deve analisá-las e eventualmente esclarece-las”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira. -----

- OITENTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD) – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Eu venho aqui reforçar algumas das notas, que o Presidente já nos transmitiu na informação sobre este ponto, mas não queria deixar de o fazer, porque é a opinião do Grupo Parlamentar a que pertence e sendo submetido a aprovação por esta Assembleia, da adesão da Autarquia de Viseu à Entidade Regional do Turismo do Centro, que resulta de uma nova reorganização das Regiões de Turismo. O Grupo Parlamentar a que pertence, irá votar favoravelmente a esta adesão, no entanto, não podemos deixar de manifestar algumas reservas, algumas delas como já referi numa intervenção anterior, neste âmbito no último mês de Dezembro. Primeiro lugar, a reorganização das Regiões de Turismo consistia basicamente na redução de dezanove Regiões de Turismo para apenas cinco, tendo como base, as NUT dois, como aliás, o Senhor Presidente já referiu. Dessa forma, seriam aproveitados efeitos de escala na promoção das potencialidades turísticas de cada Região. Surgiram, posteriormente, outros seis pólos de desenvolvimento turístico e o mal está que foi que surgiram porventura uma consequência de pressões de favorecimento de Regiões específicas, que atomizaram a dimensão das Entidades Regionais de Turismo, além disso da análise dos Estatutos. Verificamos, que ainda são criadas delegações consumidoras de recursos, que poderiam ser aproveitados de outra forma para a própria promoção turística da Região onde a Entidade está inserida. Esta nova estratégia e organização das Regiões de Turismo têm também aspectos positivos, não deixa de os ter, pois todos os Concelhos do País passam a estar integrados numa Entidade Regional e o novo modelo de gestão promove a capacidade de auto-financiamento e o envolvimento dos agentes privados, com a possibilidade de serem estabelecidas parecerias público-privadas. Esperamos, que possam resultar efeito positivo na definição de estratégias globais, apesar da atomização atrás referida, que se traduzem em maior competitividade das Regiões e mais, capacidade de



inovação e de interligação de objectivos. No caso específico da Entidade Regional de Turismo do Centro, ficamos satisfeitos com a designação escolhida, havia uma proposta anterior do Centro Atlântico, que certamente penalizaria as Regiões do Interior, mas não podemos deixar de enfatizar, que a par do que tem sucedido em inúmeros outras situações e apesar das diligências da Câmara Municipal de Viseu junto do Secretário de Estado do Turismo, e da oferta de um local apropriado, o Governo não colocou a Sede desta Entidade no nosso Concelho, que ocupa uma posição geográfica no Centro da Região e que reunia todas as condições para possuir a sua Sede. Surpresa ou não, coincidência ou não, como reflexos desta situação desde logo na comemoração do Dia Mundial de Turismo, a Comissão instaladora organizou actividades, que tiveram lugar em Coimbra e em Aveiro, o preconizar daquilo que pode acontecer com a deslocalização da Sede desta Entidade para outra Região”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- NOVENTA – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Não tenho dúvidas nenhuma, que estamos perante um ponto para aprovação da Assembleia Municipal. Que pelos vistos, vai ser aprovado por unanimidade, como os outros anteriores e vai ser aprovado por unanimidade, pelo menos, pela minha parte também irei votar a favor. Porque estou a ser forçado a fazê-lo. Porque é que eu estou a ser forçado a fazê-lo? Porque, conscientemente eu sei que se esta Assembleia Municipal, pelos pontos que o Senhor Presidente da Câmara apresentou e que agora, o meu companheiro Paulo Pereira apresentou também, negativos de toda a constituição desta Direcção Regional de Turismo, se por absurdo, nós todos concordássemos com aquilo e que estava mal e chumbássemos a adesão, o único prejudicado no meio disto tudo, é o Concelho de Viseu, não conseguimos mais nada do que isto, penso eu Senhor Presidente da Câmara. Não podíamos aderir e ficamos prejudicados, porque eles continuaram a andar para a frente no Turismo e nós teríamos que andar aqui sozinhos neste processo. Portanto, estamos a ser obrigados, porque eu não posso concordar, que um Director Regional de Turismo vá ganhar um ordenado superior a um Secretário de Estado, numa altura destas, isto é vergonhoso. Eu tenho, que deixar isto aqui bem dito, eu vou votar a favor, porque sou condicionado pelo interesse do Concelho, mas não posso aceitar, aquilo que o Governo do Partido Socialista me está a impor. Porque eu tenho que aceitar que o Director Regional vá ganhar um ordenado escandaloso, não percebo como é que se justifica um ordenado para um Director Regional de Turismo superior ao de um Presidente da Câmara, das Câmaras de Viseu, Coimbra de Aveiro, não consigo perceber, não há nada que justifique a não ser o interesse, que nós todos estamos a entender que vai ser da nomeação de mais um “Boy” do Partido Socialista. Era bom que a imprensa, os Órgãos de Informação do nosso Concelho e eu apelo a isso, dessem voz a isto, ao modo de como as coisas nos são apresentadas, para defesa do interesse do nosso Concelho, somos obrigados a votar algo que vai ser contra as nossas convicções, mas é a defesa do interesse, para darmos emprego a mais uns “Boys” nomeados pelo Governo”. ---

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----

- NOVENTA E UM – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Eu também acho, que devemos votar favoravelmente, para não sermos excluídos deste colectivo e para poderem ser apresentadas todas as questões. Acho que, francamente reduzir as questões a discutir futuramente quando o nosso Município for chamado a intervir. Reduzi-las às duas questões, que foram apresentadas, primeiro pelo Senhor Presidente e agora uma delas reforçada pelo Senhor Deputado Esteves Correia. Eu acho que é uma desfocagem muito grande dos assuntos. Em primeiro lugar, eu chamo à atenção, que nós do NUT três Dão Lafões, somos dos principais beneficiários com a circunstância, que dentro desta macro região, se criarem pólos de marca turística. Somos a primeira das delegações que aqui



aparece, seguida à da Ria de Aveiro, de Coimbra e de Castelo Branco. Não me parece, que isto seja nada do outro Mundo, é uma questão absolutamente natural, olhar para as especificidades. Todos concordamos que o País é variado, é distinto geograficamente muito diferente de Norte a Sul, Este e Oeste. Basta andar cinquenta quilómetros, saímos da montanha e entra-se na planície, todos temos essa noção, todos temos a noção que essa variedade é uma das riquezas, uma das vantagens do nosso património turístico e da nossa atractividade turística. Não vejo agora, que haja algo de mal na criação destes pólos, veria pelo contrário, se houvesse apenas uma grande Região, veria que, nós podíamos arriscarmo-nos a sentirmos subcontados, subrepresentados, a nossa voz não ser suficientemente ouvida nesse contexto. Em segundo lugar, reduzir isto, a uma questão de “Boys”, como fez o meu amigo de longa data e companheiro, quase familiar José Esteves Correia. Também parece que é um pouco excessivo, aqui o que se diz, é que salvo erro, o Presidente da Direcção é remunerado de acordo com os montantes fixados para o cargo de Direcção Superior de primeiro grau, isto é Director Geral. Eu também tenho bem a noção, que os cargos políticos estão retribuídos no nosso País. Os Presidente de Autarquias, os Deputados, os Membros do Governo, o Presidente da República, todos sabemos, isso é verdade no contexto geral. Eu gostaria que o Senhor Presidente da Câmara e que o Executivo Camarário tivesse uma remuneração, que dispensasse a necessidade de, suponho que não se passa aqui, de haver muitos outros acrescentos contributivos por outras funções extremamente saudáveis, extremamente úteis e necessárias. Portanto, essa questão não me parece que deva ser aqui colocada, isso é uma questão de conferir alguma eficácia de base a esse lugar. Acho que não tem justificação nenhuma, estarmos a protestar contra o facto e levar daqui um mandato. Eu peço, que o nosso voto favorável, não seja interpretado como um mandato para dizer que não aceitamos o lugar de Presidente, que o lugar de Presidente da Direcção não seja retribuído com o cargo da Direcção Superior do primeiro grau, isso seria completamente desnecessário e inútil. Portanto, o mandato está conferido, a obrigação até para não ficarmos fora desta discussão, é absolutamente inadiável, movível, indeclinável, mas digamos, deixemos de estar aqui a aproveitar a ocasião para criticar o Governo, ou a atirar culpas ao Governo, pelo facto de assim e assado, por isto e aquilo, por amor de Deus. Acho que é preciso ter mais um bocadinho de atenção aos problemas”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- NOVENTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD) – Pede a palavra para responder: “Senhor Deputado Correia de Campos, eu não posso ficar calado, desculpe lá. Cada vez que se toca em qualquer coisinha referente ao Governo, o Senhor é aqui o paladino da defesa. Está mais defensor do Governo, do que o próprio Primeiro-Ministro e os Senhores escamoteiam tudo. Os Senhores chegam aqui, batem no Presidente da Câmara Municipal de Viseu de todas as maneiras e feitios, de um modo como querem. Alteram os números, fazem como querem e tá tudo bem, porque o Presidente da Câmara de Viseu aumenta impostos, faz taxas e não sei quê...e não sei quê..., vocês não se estão a ver-se ao espelho. Já hoje de manhã, os Senhores Deputados que estavam aqui a dizer que o meu companheiro José Manuel Faria, que tinha feito aqui, uns grandes elogios ao Governo, e o Senhor veio dizer, que ele estava a falar em obra faraónicas. O Senhor dá como exemplo de obra faraónica, a auto-estrada daqui a Coimbra, tem alguma comparação uma auto-estrada, daqui a Coimbra, que vai ser portajada, com um TGV de Lisboa ao Porto, que não tem nenhuma razão ser, de existir. Porque temos uma linha, que ainda não está aproveitada como deve ser, para fazer o transporte ferroviário e para pouparmos um quarto de hora ou vinte minutos. Com paragem nos sítios mais incríveis, agora até foi negociado em Rio Maior, arranca em Lisboa, ainda não atingiu o máximo de velocidade e já está a parar em Rio Maior. Estas obras faraónicas como vêm os Senhores, tentam dar a volta aqui a todos os assuntos. Há



bocadinho o Senhor Deputado João Cruz, dizia trezentos mil euros, eram migalhas, mas trezentos mil euros para o Concelho de Viseu é muito dinheiro, para os Municípios do Concelho de Viseu em obras é muito dinheiro, trezentos mil euros a nível Nacional para o Governo não é nada, sem dúvida, mas para os Senhores as fábulas de dinheiro que estão a preparar... a nossa sorte é só uma, é que na realidade temos um Primeiro Ministro, que faz promessas de que vai prometer aquilo que prometerá, não se sabe o que vai fazer, nem quando. É a nossa sorte e a maioria das coisas se calhar não vão ser feitas. Há bocadinho o Senhor Deputado João Cruz, veio aqui, o nível de endividamento da Câmara, o nosso azar é o Governo não ter limites de endividamento. A Câmara de Viseu tem limites de endividamento, é autorizada, não os autoriza todos, os Senhores como não tem limite de endividamento no Governo fazem os endividamentos que todos querem, justificam tudo. Riam-se, riam-se, eu também os vi rir, aqui há dois anos atrás, a dizer que não ia haver portagens nas auto-estradas, nas Scuts, já está anunciado a partir de Janeiro na maioria delas. É engraçado e as outras lá vêm, elas vêm todas. Porque quem vai ter que pagar esta factura toda somos nós. Os Senhores andam a prometer e a fazer e vêm atacar o Presidente da Câmara com coisas pequeninas, por causa de um endividamento de nove milhões de euros, quando ainda tem uma capacidade de endividamento de trinta milhões. Então como é? Mas o que é isto? E mais, e as promessas vão andando em catadupa, notícias em que a auto-estrada de Amarante a Bragança já vem as empresas das Scuts dizer, que terá que ser negociado, as auto-estradas e isto e aquilo e aqueloutro..., o que vale é que são promessas, mas nós é que temos de as pagar e os Senhores não tem limite de endividamento, estavam a precisar de um tutor e é aquilo que os Senhores precisam neste momento. Oxalá que o Senhor Presidente da República consiga ser um bom tutor, já que o Governador do Banco de Portugal, nos vai dizendo que sim, também é dos tais, ganha muito acima daquilo que devia ganhar”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- NOVENTA E TRÊS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Pede a palavra para responder à questão apresentada: “Não quero responder a colocar nenhuma questão, quero só dizer, que nós nunca utilizaríamos um Mandato que fosse aqui colocado, para discutir o vencimento do Presidente da Entidade. Aliás, tínhamos uma série deles para levar se o problema fosse esse. O Senhor Presidente disse e muito bem, há bocadinho, também já não havia quem ganhasse mais que o Presidente da Câmara, não havia quase ninguém e não iríamos por aqui. Agora o que nós vamos levar, isso sim, é as preocupações que a Associação dos Municípios colocou, e digamos uma, que a Câmara de Viseu colocou, a primeira que não obtivemos resposta, quando disponibilizamos instalações e porque é que nos foi dito que não merecíamos a Entidade Regional de Turismo, esta foi a primeira questão. Os Senhores têm um dossier, com a carta que escrevi, disponibilizamo-nos a sabermos que ia haver a indicação da Entidade e portanto, porque é que fomos preteridos, não há nenhuma resposta, isto vamos colocar. A outra, vamos colocar questões como aquelas que estão aí. A proliferação por exemplo, de Delegações com Dirigentes próprios, a par de criação de Gabinetes de Apoio, com atribuição de senhas de presença aos Membros dos Órgãos. Isto é, que nós vamos questionar. Há uma coisa que nós não vamos deixar, não vamos permitir que esta Comissão de Turismo, faça menos, que faziam as antigas Regiões de Turismo e essas como sabem tinham âmbito de NUT dois, com excepção de algumas que podiam sair livremente e que saíram. Portanto NUT três perdão, com excepção de algumas que saíram, isso é que vamos questionar, contando que estamos à espera até de ganhar alguma coisa com isto para além da visibilidade da Entidade Centro, espero desta vez como a Câmara não tem responsabilidade na criação desta delegação, que paguem, naturalmente as instalações, se é que vão ocupar as actuais instalações. Essa é que nós não iremos deixar passar com toda a certeza”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar profere as seguintes palavras:



“Vamos então proceder à votação do Ponto catorze, a proposta foi Aprovada por Unanimidade. Passamos ao Ponto quinze, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Viseu Solidário” – Proposta de Regulamento de Apoio Social a Pessoas e Famílias. Dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara”. -----

- **NOVENTA E QUATRO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** –

Pede a palavra para fazer a seguinte apresentação: “Senhor Presidente, como diz a proposta o “Viseu Solidário”, é um programa da Câmara de Viseu, que tem tido excelentes resultados. Quem esteve atento às fotografias, que foram publicadas na Feira de São Mateus, viu como é que transformarmos casas que estavam em ruínas, de gente que necessita, em casas habitáveis. Procurando privilegiar o que chamamos as zonas íntimas das casas, os quartos de banho, as cozinhas, foi por aí... Os telhados, as coberturas, as fachadas e tem tido uma adesão impressionante. Os Senhores Presidentes da Junta, conhecem bem o programa. Portanto aquilo que nós queremos é colocar em termos de Regulamento, nomeadamente a possibilidade de parceria com outros serviços, este “Viseu Solidário”, o que queremos, é concretizar mais projectos de ordem social e mesmo sem as reclamadas transferências de atribuições e competências nesta área parada, diria eu. Queremos fazer a nossa incursão no social, mas de uma forma mais disciplinada. Há uma referência ao CLAS, foi aprovado assim na reunião de Câmara, porque achamos correcto durante muito tempo, andamos a ser acusados que era a última Câmara que pertencia ao CLAS, talvez por letra alfabética, mas foi também por manter uma deliberação que achamos importante. Agora, quando alguém nos propôs para submetermos este Regulamento ao CLAS, aquilo que nós dizemos é que o “Viseu Solidário” é anterior ao CLAS. Portanto, não temos que o submeter a ninguém, a não ser que o Senhor Vereador da Acção Social que está aqui, hoje por sorte. Também agora já estamos mais modernos já temos um Magalhães connosco, se achar por bem entender dar conhecimento ao CLAS, pois que dê”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Elísio Dias. -----

- **NOVENTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO ELÍSIO DE JESUS DIAS**

(PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Vou ser breve porque a jornada já vai longa. Não sendo minha intenção plagiar, seja quem for, o Projecto VISEU SOLIDÁRIO, acaba por ser “a cereja em cima do bolo”. Com efeito, as preocupações sociais evidenciadas pelos Executivos liderados pelo Doutor Fernando Ruas, têm sido uma constante desde o seu primeiro mandato. E sem demagogias! Com trabalho e visão de futuro! Paralelamente a um esforço hercúleo de infra-estruturação da cidade e do concelho de Viseu, nos domínios das acessibilidades, do saneamento básico e da rede de abastecimento de água, da educação e desporto e da cultura, o Executivo nunca perdeu de vista a materialização, no terreno, do preceito constitucional (artigo sessenta e quatro da Constituição), que consagra, entre outros, o direito à saúde e à habitação. Habitação que é um factor decisivo em termos de saúde do ser humano, tendo em vista os valores da privacidade e da intimidade individual e familiar, a protecção contra as intempéries, a segurança e a tranquilidade, a própria dignidade humana. A habitação é, ainda e além do mais, um factor de inclusão e de enquadramento social, de identidade e de referência. Não se esgotando a acção do Executivo no que à habitação respeita, muito longe disso, a presente Proposta de Regulamento contempla outras situações de comprovada carência e indesmentível importância. Mas as preocupações sociais dos Executivos liderados por Fernando Ruas tiveram sempre, e têm, um âmbito muito mais vasto, consubstanciado num conjunto de opções políticas próprias de quem, na vida pública optou desde o início e definitivamente por se colocar do lado das pessoas, com ênfase para os sectores populacionais economicamente mais deprimidos. Veja-se a atenção que, em Viseu desde sempre vem sendo dada às instituições dedicadas às pessoas afectadas por deficiência motora, ou sensorial, ou mental. E porque assim é, a Proposta de REGULAMENTO DE



APOIO SOCIAL A PESSOAS E FAMÍLIAS, que hoje vem a esta Assembleia, para além de nos parecer um instrumento de trabalho criteriosamente estruturado vem, afinal, dar carácter formal ao que o Executivo vem fazendo há duas décadas na esfera da protecção social, tanto mais que na actualidade e cada vez mais, os sectores mais frágeis da população enfrentam toda uma séria de constrangimentos sócio-económicos, traduzidos num progressivo aumento do custo de vida, no aumento do desemprego, suavizado em parte e de alguma forma pelo emprego transfronteiriço, lançando na Sociedade “novos pobres”. Tudo sobe, menos o poder de compra, sendo certo que, em princípio, o pão, o leite, o arroz, a batata, o azeite, enfim, aquilo que é básico na alimentação humana, tanto custa para quem tem que contar e recontar os cêntimos, como para quem é abastado. Bem vistas as coisas a Proposta de Regulamento ora em apreciação acaba por ser, se aprovada, um valioso contributo para a promoção da saúde e para a prevenção da doença e até mesmo para a prevenção do crime e dá corpo a uma concepção holística do ser humano, utópico desideratum, meta ideal definida pela OMS, que dá pelo nome de “... estado de equilíbrio e completo bem-estar físico, mental e social...” de cada pessoa. Na verdade, se considerarmos as **NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS** na esteira de **ABRAHAM MASLOW**, ou **IDALBERTO CHIAVENATO**, na sua Introdução à Teoria Geral da Administração, havemos de concordar que as necessidades humanas básicas não satisfeitas, para além de geradoras de tensão, frustração e conflito, são, em termos motivacionais, base de muitos e complexos comportamentos humanos, os mais variados, desde a busca de água, à luta pela sobrevivência física ou económica e até à própria marginalidade. As necessidades humanas básicas nunca estão resolvidas de uma vez por todas, ou seja, satisfeita uma, logo outra se levanta, porque são cíclicas e dinâmicas, requerendo permanente atenção e adequadas medidas e políticas preventivas. Por tudo isto parece-me de louvar a Proposta do Executivo Camarário no sentido de regulamentar, sistematizando, e aprofundar, desenvolvendo, o que já vem sendo feito em matéria de protecção social. Razão pela qual vamos votá-la favoravelmente”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho. -----

- **NOVENTA E SEIS** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS)** – Pede a palavra para intervir da seguinte maneira: “A nossa bancada vai votar favoravelmente isto. Gostávamos apenas de que houvesse uma explicação complementar. Isto é, quanto é que o Executivo pensa atribuir por ano para este apoio social a pessoas e famílias, porque se atribuir cinquenta por cento por ano, é evidente que não pode. Se atribuir quinhentos mil euros, é evidente que pode ser uma coisa importante. Por outro lado, eventualmente terá feito um levantamento de quantas pessoas poderão ser abrangidas por isto. Era estas duas questões, que se o Doutor Américo Nunes permitir, eu gostava de colocar”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- **NOVENTA E SETE** – **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Pede a palavra para prestar esclarecimento. “Senhor Presidente, claro que vou esclarecer esta última intervenção. Eu pensava, que estas verbas do “Viseu Solidário” têm vindo à Assembleia nos documentos e portanto o que posso dizer, no último, nós já gastamos no computo geral um milhão e não sei quantos mil euros, um milhão e trezentos mil euros mais ou menos, é o resultado deste investimento. Queria dizer, que nós não temos nenhum limite, os casos são perfeitamente estudados com as Juntas de Freguesia que nos indicam uma série de potenciais beneficiários e naturalmente com a nossa visita da Acção Social. Eu não lhe porei nenhum limite, desde que obedeçam a estes setenta e cinco por cento do rendimento mínimo nacional. Nós trataremos de todas as casas, do número de candidatos que aparecerem, sem nenhum limite, basta que estejam abaixo dos setenta e cinco por cento do rendimento mínimo nacional, foi a meta que pusemos e requalificaremos todas as casas, quartos de banho, cozinhas e fachadas e telhados, todas, independentemente sem



aguardar pelo contacto da Segurança Social. Faremos isso no nosso domínio, sem nenhum problema”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz o seguinte: “Vou então pôr à votação o Ponto quinze, a proposta foi Aprovada por Unanimidade. Vamos passar para o Ponto dezasseis, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Associação Centro – Norte dos Amigos dos Caminhos de Santiago” – Estatutos. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara”. -----

- NOVENTA E OITO – Pede a palavra para fazer a apresentação a seguinte apresentação: “Nós estamos com alguma expectativa nesta Associação, como sabe o último Congresso sobre “Os Caminhos de Santiago”, ocorreu em Viseu e teve uma grande participação. São uma alavanca de desenvolvimento em Espanha, nós como sabemos que temos aqui três Rotas em Portugal e uma delas aqui em Viseu, podemos naturalmente com a relação que temos com a Associação Espanhola, sediar aqui como se propõe a Sede em Viseu e aproveitar mais uma potencialidade como em Espanha, aproveitando eventuais participações do QREN, para fazer e desenvolver este Turismo religioso, que em Espanha como sabem, é uma das alavancas, sobretudo a Galiza”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Henrique Almeida. -----

- NOVENTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO MANUEL HENRIQUE REDONDO MAXIMINO DE ALMEIDA (PSD) – Pede a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Tenho consciência de que a hora vai adiantada, eu serei breve nesta minha intervenção. Está em análise o último ponto nesta Assembleia Municipal de hoje, a aprovação dos Estatutos da “Associação Centro – Norte dos Amigos dos Caminhos de Santiago” à qual já aderiu a Câmara Municipal de Viseu. Porque, eu próprio participei acerca de um ano, no terceiro Congresso Internacional dos Caminhos de Santiago de Compostela, levado a cabo pela organização internacional das pequenas e médias empresas, do eixo Atlântico, as PA, realizado aqui em Viseu e foi a primeira vez, que tal iniciativa se realizou fora de Espanha, subordinado ao tema. Neste Congresso, o desenvolvimento da cultura, comércio e turismo no Noroeste Ibérico, entende deixar aqui, algum contributo sobre o alcance desta adesão. Como os objectivos fundamentais da Associação à qual está também ligada à Associação do Comerciantes de Viseu, estão expressos nos Estatutos, saliento aqui apenas alguns aspectos. Na origem deste legado histórico-cultural está o designado Culto Jacobeu, que assenta numa narrativa fundacional de valorização das relíquias do Discípulo Santiago, ou o Apóstolo maior da Cristandade, por toda a antiga Hispânia. Este maravilhoso acontecimento ocorrido nos anos oitocentos e vinte, oitocentos e trinta, em terra de Galiza, depressa se espalhou além Pirenéus. Assim, começava a forma-se o maior centro de peregrinações do Mundo Cristão. Basta consultar alguns autores medievais, cronistas e trovadores para perceber como Santiago da Galiza se afirmou como farol espiritual da Galiza e Península Ibérica e se tornou uma espécie de Roma Ocidental. Após um longo percurso histórico, os “Caminhos de Santiago” continuou a motivar até aos dias de hoje a recuperação das vias originárias e do património arquitectónico. A valorização do Turismo Rural e até a definição de circuitos pedestres, que têm vindo a ser recuperados nos últimos tempos um pouco por todos o País. Durante séculos, foi-se assim consolidando historicamente um mapa Peninsular das Rotas de peregrinação, em grande parte sobreposto aos caminhos da Romanização. A estrada de Santiago, sinalizada pelas pegadas dos peregrinos, foi reassumindo na cultura contemporânea como uma secular marca europeia. A essa marca não é estranho o espírito de uma Europa Comunitária, que viemos a cultivar ao longo dos séculos. De facto, os peregrinos acorriam de todos os pontos do Continente, através de rotas traçadas tradicionalmente e como já foi reconhecido durante o longo caminho, quer calcorreando as estradas, quer pousando nos hospitais, quer reunindo-se nas grandes igrejas os trajectos e iam os homens das várias nações, trocando ideias e permutando práticas num enriquecimento recíproco, que haveria de produzir o



fundo comum do espírito europeu. Assim, inicialmente marcada pela relação de espiritualidade cristã e sucessivamente afirmada numa relação sobrenatural, os “Caminhos de Santiago” passaram a constituir um acontecimento de enorme repercussão na vida da Cristandade Ocidental, prolongando depois as suas influências por diversas vias ao longo dos tempos. Associando-se História e Religião, Culto e Cultura, Lenda e Fé, Património e Ecologia, Comércio e Turismo, o fenómeno veio alcançar uma dimensão económica e cultural, que aqui nos interessa valorizar. O sucesso do impacto turístico cultural deste fenómeno em território galego, como já salientou o Senhor Presidente há pouco, está neste momento, perfeitamente quantificado. Nas últimas décadas, verificou-se um considerável incremento económico nas Regiões Espanholas atravessadas pelos caminhos de Santiago, pelo que, importa alargar agora quanto a esta Rota evidentes benefícios para ambos os Países, articulando-se as boas práticas educativas e culturais. Desde logo, importa efectuar levantamento de património edificado captando testemunhos ligados à Arqueologia, à Geografia, à Toponímia e à Iconografia e aqui há um contributo, que há-de ser dado em devido tempo e quando solicitado por os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, dada a dimensão que este fenómeno teve particularmente em algumas delas. Muitas localidades assinalaram já o itinerário da peregrinação elevando Mosteiros, Igrejas, Capelas, Ermidas, Cruzeiros, Marcos ou simples Alminhas, para tornar o Culto do Santo mais conhecido. Ainda que, esta via da peregrinação não seja marcada pela criação de um reportório monumental integrado num espaço artístico, filiado por exemplo, na época românica ou barroca, resistem ainda em alguns desses lugares de culto, peças de arte sacra, esculturas, pinturas, outrora objecto de acção catequética dos peregrinos. Por isso, já tivemos oportunidade de defender publicamente a viabilidade de um projecto de dinamização museológica da Peregrinação Jacobea, como um bem cultural a preservar, a investigar e divulgar. Para além do fundo histórico, artístico e etnográfico em que assentará o discurso expositivo a integrar no futuro Museu Municipal de Viseu, essa valência poderá proporcionar a criação paralela de um núcleo de investigação documental, interessado num estudo de peregrinações portuguesas a Santiago. Sobretudo o itinerário das beiras, articulando-se essa pesquisa com Universidades, Associações e outros Museus voltados para o mesmo tema, se na altura da realização do Congresso, a escolha da cidade de Viseu constituiu um desafio para a sua dinâmica, de desenvolvimento numa altura em que toda a União Europeia, os bens culturais nacionais, constituem a base do Turismo Cultural. Agora, com a adesão a esta Associação novas perspectivas se abrem neste contexto, para além do lado assistencial e filantrópico, entendemos que a dinamização do turismo religioso comporta implicações de vária ordem, com evidente impacto no domínio económico, social e cultural. A recuperação da Rota Portuguesa da Peregrinação a Compostela, enquadra-se neste domínio. Ao responder a novas motivações turísticas de uma sociedade progressivamente secularizada, podendo ser convertida em vários eixos de desenvolvimento local. Para além de tornar a Região numa referência no mapa português, esta Associação pode impulsionar a recuperação de Rotas e facilitar a delimitação da parte portuguesa nestes caminhos, particularmente de Viseu. Tomado aqui como ponto de cruzamento, podemos dizer, central de duas das principais Rotas identificáveis da Prata e a Rota Marítima. Por tudo isso, ela pode despertar novas direcções no Turismo de Viseu e por isto tudo no seu conjunto, aqui fica o ápice e a expectativa criada a partir desta adesão da Câmara Municipal e esta Associação recém-criada”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa profere as seguintes palavras: “Vamos passar então à votação, a proposta foi aprovada por Unanimidade. Votamos a “Ordem de Trabalhos” e vamos passar ao período destinado ao público. Temos uma concidadã, que está inscrita, Dona Teresa Maria Albuquerque Sousa, que pedia o favor de se dirigir aqui ao parlatório. Tem cinco minutos para fazer a sua intervenção”. -----



- **CEM – TERESA MARIA ALBUQUERQUE SOUSA** – Pede a palavra para fazer expor o seguinte: “Eu chamo-me Teresa Sousa, sou de Viseu, nasci e criei-me aqui. Comprei uma casa para viver e dou por mim a dormir num carro, por causa de um empreendimento autorizado por Vossas Excelências. Sou carteira de profissão, levanto-me às cinco da manhã, entro às cinco e quarenta, o estabelecimento em questão, abre às dez da manhã e fecha às duas, de segunda a quinta. Ao fim de semana é até às quatro da manhã. Sou obrigada a dormir no carro até às duas da manhã, pego na trouxa, durmo até às cinco em casa e durante o dia continuam as máquinas ensurdecedoras, máquinas industriais, de refrigeração de exaustão como Vossas Excelências deveriam saber, se não sabem, deveriam saber. Eu tenho fotografias que aqui enviei já por várias vezes aos Senhores da Câmara Municipal, aos Senhores Vereadores, qualquer um deles e o Senhor Presidente da Câmara já falou comigo verbalmente, mas nunca ninguém foi a minha casa, nunca ninguém quis saber do meu caso. Eu só estou aqui para perguntar a Vossas Excelências se querem que eu continue a dormir na minha viatura, no meio da rua, é só a minha pergunta. Porque da Câmara Municipal de Viseu só recebi apenas isto, que eu posso mostrar a todos vós, fotocópias apenas de um documento interno. Pedi já encarecidamente a todos vós que fossem a minha casa ver em que condições eu vivo, que condições eu tenho, não posso abrir uma janela, não posso estar em minha casa, ou seja, comprei uma casa para estar fechada. Eu já lá estava quando os outros Senhores para lá foram. Eu não quero que aquilo feche, eu quero a minha casa de volta, eu quero a minha cama de volta, porque qualquer ser humano tem direito a descanso, independentemente de quem quer que seja e eu também tenho direito a ele. Eu pago os meus impostos, tenho tudo em ordem, por isso mereço que Vossas Excelências apreciem aquilo. Foi prometido verbalmente, é verdade, Vossas Excelências estão aqui e não me deixam mentir, que iriam ver o meu problema, o que é certo é que desde dezoito de Julho que eu não tenho casa. Eu comprei uma casa é para viver nela, gostaria que Vossas Excelências apreciassem isso, apreciassem realmente este documento que foi enviado pela Câmara, onde não diz absolutamente nada, são termos técnicos pela qual ainda por cima diz aqui coisas que continuam lá, são as ilegalidades, estão aqui mencionadas ilegalidades que continuam lá. Eu já predispus a minha viatura, inclusive, para pegar em Vossas Excelências e as levar a minha casa para verem que neste momento não posso estar nela. As janelas estão fechadas e só para terminar, devo dizer que eu como realmente não uso as janelas da minha casa, fizeram o favor de pôr uma placa, está aqui nesta fotografia em cima do meu muro a tapar uma janela, eles realmente se calhar pensaram, ela não precisa das janelas ela se calhar nem cá vive, sem autorização minha nem do condomínio. Eu estou farta de escrever para os Senhores da Câmara Municipal de Viseu, ninguém me responde. Mais uma vez vim aqui, vocês obrigaram-me a isso, eu não queria, eu pedia encarecidamente que tudo fosse resolvido a bem e vocês obrigaram-me a vir aqui contra a minha vontade e mais uma vez peço-vos encarecidamente, vejam o meu problema. Porque não é só as pessoas que estão ali a viver na rua que têm dificuldades. Eu não funciono trabalhando e dormindo às horas que durmo e nas condições que durmo e o meu trabalho é o único sustento que eu tenho. É só isto que eu tenho a dizer. Muito obrigado pela atenção”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz o seguinte: “Depois desta intervenção, resta-me agradecer aos Senhores Deputados, ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, a todos, esta exaustiva Sessão que tivemos. Dou por encerrada a Sessão agradecendo a presença e a colaboração de todos”. ----- A Sessão encerrou às dezassete e quarenta. E do que se passou, lavrou-se a presente Acta, que vai ser assinada por mim, _____, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento. -----



O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim de Almeida Henriques)